

ELISSANDRO MARTINS INÁCIO

**O CONTROLE ESPETACULAR NAS CAPAS DA REVISTA
VEJA: UMA ANÁLISE DISCURSIVA**

ELISSANDRO MARTINS INÁCIO

**O CONTROLE ESPETACULAR NAS CAPAS DA REVISTA
VEJA: UMA ANÁLISE DISCURSIVA**

Dissertação apresentada ao Curso de Lingüística do
Instituto de Estudos da Linguagem da Universidade
Estadual de Campinas como requisito parcial para
obtenção do título de Mestre em Lingüística.

Orientador: Prof. Dr. Jonas de Araújo Romualdo

IEL/UNICAMP

2008

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca do IEL - Unicamp

In1c

Inácio, Elissandro Martins.

O controle espetacular nas capas da revista Veja : uma análise discursiva / Elissandro Martins Inácio. -- Campinas, SP : [s.n.], 2008.

Orientador : Jonas de Araújo Romualdo.

Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Estudos da Linguagem.

1. Discurso político. 2. Espetacularização. 3. Acontecimento discursivo. 4. Análise do discurso. 5. Discurso I. Romualdo, Jonas de Araújo. II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Estudos da Linguagem. III. Título.

oe/iel

Título em inglês: The spectacular control present on Veja magazine heading: through a discursive analyses.

Palavras-chaves em inglês (Keywords): Political discourse; Spectacularization; Discursive process; Discourse analysis; Speech.

Área de concentração: Lingüística.

Titulação: Mestre em Lingüística.

Banca examinadora: Prof. Dr. Jonas de Araújo Romualdo (orientador), Prof. Dr. Sérgio Possenti e Prof. Dr. Valdemir Miotello.

Data da defesa: 27/02/2008.

Programa de Pós-Graduação: Programa de Pós-Graduação em Lingüística.

BANCA EXAMINADORA:

Jonas de Araújo Romualdo

Jonas de Araújo Romualdo

Sírio Possenti

Sírio Possenti

Valdemir Miotello

Valdemir Miotello

Raquel Salek Fiad

Anna Christina Bentes da Silva

Dedico este trabalho a meus pais,
pela compreensão nos momentos
difíceis pelos quais passei durante
sua realização.

Ao meu orientador Jonas Romualdo,
pela dedicação durante todo o processo
que resultou neste texto.

AGRADECIMENTOS

Durante a execução deste trabalho, recebi contribuições das mais variadas maneiras. Àqueles que contribuíram, faço menção em forma de agradecimento: à **CAPES**, pela concessão da bolsa de pesquisador; a **Jonas Romualdo**, pela dedicação ao trabalho, pelos apontamentos e observações que contribuíram para o meu amadurecimento intelectual; a **Kátia Menezes de Sousa**, primeira orientadora que regou o solo bruto de minha consciência para o conhecimento; aos professores da banca examinadora, **Sírio Possenti** e **Valdemir Miotello**, pelas sugestões, que me possibilitaram novas reflexões sobre o objeto de minha pesquisa; Ao grupo **TRAMA**, que me proporcionou a oportunidade de discutir as primeiras idéias sobre o objeto que selecionei para a minha pesquisa; aos **amigos**, por me apoiarem das mais variadas formas; aos **familiares**, pela solidariedade durante o processo de realização deste trabalho acadêmico.

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo refletir, a partir de uma perspectiva discursiva, sobre a constituição do acontecimento discursivo relativo à política. Para nosso estudo, desenvolvemos uma análise a partir da noção de *acontecimento* de Michel Foucault (2002). Visando descrever a constituição do *discurso político como controle* por meio da formação de *saber espetacular*, selecionamos algumas capas da revista *Veja*. Ao descrevermos práticas institucionais da *Veja*, possibilitamos ao leitor dessa investigação conhecer alguns aspectos do papel dessa revista. Em seguida, caracterizamos a revista como “lugar” em que a política torna-se visível. No contexto de produção da visibilidade da política, mostramos que a *Veja* tece uma “história” do presente para seus leitores. Comparamos o acontecimento discursivo na mídia à noção de acontecimento discursivo trabalhada pelos historiadores. Nesse momento, discutimos a maneira como Foucault (2005) trata a história. Na constituição da história do presente, há relações de poder. Pensando nisso, explicamos a noção de “poder” para Foucault (1995), pois essa noção é desenvolvida na análise *do corpus*, possibilitando caracterizar os enunciados da revista como efeito do exercício do poder. No segundo momento da pesquisa, apresentamos uma breve história da Análise do Discurso. Nessa história, destacamos o termo acontecimento. Apontamos algumas diferenças entre a noção de acontecimento discursivo para Pêcheux e a noção de acontecimento discursivo para Foucault. Logo após, tornou-se necessário discutirmos a noção de enunciado para Foucault (2002). Para depois, tratarmos o discurso como controle exercido pela *Veja* sobre os seus leitores. Por último, analisamos as capas como acontecimento discursivo que emerge numa relação de poder-saber. Dividimos a nossa pesquisa em dois momentos: no primeiro, dedicamo-nos à descrição das práticas institucionais da revista *Veja*, explicando as noções de *visibilidade*, *história*, *poder*, *acontecimento* e *enunciado*; no segundo, ligado ao primeiro, investigamos a noção de *controle* e, em seguida, analisamos nas capas *como* esse controle forma saber espetacular. Considerando o acontecimento discursivo constituído por meio do controle espetacular nas capas da *Veja*, resistimos ao exercício do poder praticado pela revista.

Palavras-chave: Discurso político; espetacularização; acontecimento discursivo; Análise do Discurso; discurso.

ABSTRACT

This project has the objective to reflect about a discursive perception that is coming through discussing politics. For this research, I'm going to develop a kind of analysis from Michel Foucault's studies (2002). The essential proposal in this is, to write about the constitutional political discussion as a way to control the knowledge, I picked up some *Veja* magazines to prove it. As I write about the lawful ways from *Veja*, I'll make the possibility to the readers, to know some essential aspects from this magazine. After that, I'll show that magazine is the right place where and how the political aspect is going to become visible. In the context about the political progress aspects, I'll write the present history to the readers. I'll compare the discursive process in the social means of communication against the discursive process from the historian. At this moment I'll discuss the way how Foucault (2005) talks about the history. In the constitution of the present history there's a relationship with the power. Thinking about this, I'll explain the power notion to Foucault (1995), this kind of notion is developed through an analysis in *corpus* "object" creating a way to write in this magazine as a process of the power. In the second time, I'll present a short history from discussion analysis. Therefore, I'll discuss the perception from Pêcheux's position and the perception from Foucault's position too (2002). As soon as, I'll discuss how *Veja* magazine controls the readers with its discursive. At least, I'll analyze the cover magazine from *Veja* as a discursive perception that shows a kind of relationship with the power of knowledge. I have divided this research in two moments: in the first one, I write about the institutional ways from *Veja* magazine, I'll explain the notions of visibility, history, power, perception and statement; In the second part, I'll research the notion of control and I'll analyze some covers from *Veja* magazine to compare how it's used this way of control. Considering the perception discursive inside the way to control how to know through the *Veja* magazine, I have resisted that power that it was created from this magazine.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	10
CAPÍTULO 1 – OLHAR SOBRE A REVISTA <i>VEJA</i>	14
2.1 – O papel da <i>Veja</i>.....	14
2.2 – <i>Veja</i>, veículo de visibilidade pública da política.....	22
2.3 – História do presente na revista <i>Veja</i>.....	33
2.4 - A análise do discurso político da <i>Veja</i>.....	44
 CAPÍTULO 2 – ACONTECIMENTO DISCURSIVO.....	 57
3.1 - O acontecimento discursivo na Análise do Discurso.....	57
3.2 – A menor unidade do discurso.....	68
 CAPÍTULO 3 – A POLÍTICA ESPETACULAR.....	 75
3.1 – O controle espetacular.....	75
3.2 - O enunciado político na <i>Veja</i>.....	83
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	109
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	112

INTRODUÇÃO

Textos primeiros inexistem tanto quanto as puras cópias; o apagar não é nunca tão acabado que não deixe vestígios, a invenção, nunca tão nova que não se apóie sobre o já-escrito. (Michel Schneider, Ladrões de palavras, 1990).

O *corpus* deste trabalho começou a ser investigado há alguns anos atrás quando eu fazia graduação na Universidade Federal de Goiás. Um amigo apontou-me as formulações que estavam sendo produzidas pela revista *Veja* durante a campanha eleitoral de 2002. Naquele momento, fiquei intrigado com o discurso que a revista veiculava em suas capas. Eu já investigava revistas. Meu foco não era voltado para o discurso político, mas para o discurso publicitário. Mesmo assim, as formulações sobre política na *Veja* despertaram em mim um desconforto. Esse desconforto me levou a desenvolver um trabalho monográfico, onde fiz as primeiras reflexões sobre o discurso político presente nas capas da revista. O resultado produzido pelas reflexões não me deixaram satisfeito. Continuei, então, a investigar o *corpus*, tentando encontrar explicações que pudessem preencher a lacuna deixada no meu trabalho de final de curso. As inquietações, surgidas nessa investigação, tomaram conta de mim e trouxeram-me à Unicamp, onde dei sequência à pesquisa cujo resultado apresento nesse trabalho.

No final de minha graduação, comecei a ter contato com a Análise de Discurso e, simultaneamente, também iniciei minhas leituras dos textos de Michel Foucault. Naquele momento, essas leituras eram bastante desafiadoras, pois é de conhecimento comum a complexidade do pensamento desse estudioso francês. As dificuldades para compreender os textos de Foucault tornaram-se uma busca insistente e apaixonada por leituras que pudessem ajudar-me a superá-las. Mas, não posso deixar de dizer que ler os textos desse pensador é se propor a tatear na tentativa de estabelecer relações entre eles, uma vez que o

pensamento dele não é linear. Diante disso, torna-se necessário avisar ao leitor que esse trabalho foi escrito em forma de ensaio, já que Foucault não desenvolveu uma teoria do discurso. Tentei produzir um texto que, à minha maneira, tenha um tom foucaultiano. Esse texto propõe destacar o modo como Foucault abordou o acontecimento discursivo em seus trabalhos. Nossa contribuição consiste em propor uma análise acontecimental do discurso político da revista *Veja* relativo à campanha eleitoral de 2002. Tal análise visa tomar o acontecimento em sua constituição por meio da relação poder-saber. Constituído assim, o acontecimento é uma estratégia discursiva cuja finalidade é agir sobre as ações dos leitores da revista *Veja*.

Nesse trabalho, o objetivo principal é explicar a constituição dos acontecimentos nas capas da *Veja* como forma de controle sobre o leitor. Mostro que esses acontecimentos são apresentados aos leitores da revista em forma de espetáculo, constituindo-os em sujeitos políticos para as eleições de 2002. Para realizar isso, o trabalho foi dividido em quatro capítulos.

O primeiro capítulo é constituído por quatro partes: três partes foram escritas de maneira a descrever o funcionamento discursivo da revista *Veja*, e a última parte explica como analisaremos o discurso da revista. A primeira parte explica o papel da *Veja* quando se trata de formular o acontecimento discursivo, mostrando que este é fruto de interesses institucionais. O efeito de verdade do acontecimento se associa à história da revista *Veja*, pois essa história atesta a credibilidade do discurso que a revista veicula. Para mostrar que o discurso está envolvido por uma série de práticas, foi necessário descrever algumas práticas da revista, por exemplo, citar a restrição feita às cartas dos leitores. Nessa primeira parte, o objetivo foi apenas tornar familiar ao leitor práticas institucionais da *Veja*. A segunda parte consiste em fazer uma descrição de lugares em que a política se torna visível, mostrando como as práticas, nesses lugares, se realizam atualmente. O objetivo é mostrar como a revista *Veja* é um lugar em que a política é apresentada como um espetáculo. Na terceira parte, descrevemos como a revista constrói a história do presente para seus leitores. Discutimos a diferença entre a história tradicional e a nova história para que o leitor de nosso trabalho possa entender melhor a noção de história desenvolvida por Michel Foucault, pois a partir da história serial discutida por ele abordaremos as capas da *Veja*. Nosso intuito é mostrar a diferença entre a maneira como a mídia fabrica a história do

presente e a maneira como Foucault trata a história. Na última parte do primeiro capítulo, discutimos a noção de poder para Foucault, mostrando que esse poder age através do discurso da *Veja* para influenciar as ações de seus leitores nas eleições de 2002. Para manter o exercício desse poder, a revista formula estratégias. Entre elas, lança mão do espetáculo como meio de controle sobre os leitores.

O segundo capítulo está formulado em duas partes: uma que trata da inserção da noção de acontecimento na análise do discurso e outra que trata especificamente do enunciado para Foucault. Na primeira parte, apresentamos uma breve história da disciplina Análise de Discurso. Após essa breve exposição, discutimos a análise do enunciado “On a gagné” feita por Pêcheux. Depois, apontamos algumas diferenças se o mesmo enunciado fosse abordado pela noção de acontecimento de Michel Foucault. Na última parte, descrevemos a noção de enunciado apresentada por Foucault em seu livro “Arqueologia do saber”.

O terceiro capítulo é constituído de duas partes: uma trata do controle espetacular exercido pela *Veja* sobre seus leitores e, na outra parte, analisamos as cinco capas que selecionamos. Na primeira parte, discutimos dois modelos de controle apresentados por Foucault: o da exclusão dos leprosos e o da cidade empestuada. Indícios desses dois modelos de controle ainda podem ser encontrados em nossa sociedade. De certa forma, a revista *Veja* tem práticas que se assemelham aos dois modelos citados. Mostramos que esses dois modelos de controle são praticados atualmente, formando saber espetacular. Esse saber é fruto de uma mudança na fala política que deixou de ser longa, passando a fazer uso de formas breves. Atualmente na política, presenciamos uma fala que faz uso das fórmulas do *marketing*, o que se aproxima das propagandas de venda de produtos. Assim, temos, nesse momento, um controle espetacular no campo da política. Na última parte do terceiro capítulo, analisamos os enunciados políticos formulados pela *Veja*. Para analisar as capas, adotamos o modelo de análise praticado por Foucault em sua descrição do quadro “Las Meninas”, do pintor espanhol Diego Velázquez, pintado no século XVII. Essa análise se encontra no livro “As palavras e as coisas”. Essa escolha foi uma tentativa de nos aproximarmos de um modelo de análise desenvolvido por Foucault que leva em consideração imagens como formulações passíveis de análise, pois as capas que analisamos são constituídas tanto por caracteres lingüísticos quanto por imagens.

As capas trazem formulações sobre a campanha eleitoral de 2002, apresentando a política como um espetáculo para o leitor da *Veja*. Na primeira capa, trata-se de apresentar a política como um palco em que a mentira é a estratégia dos políticos para conquistar votos. Na segunda capa, os políticos são apresentados como estrelas do *show business*. Na terceira capa, trata-se de ridicularizar os políticos por meio de imagens híbridas formuladas pela montagem de figuras que são compostas pelas cabeças de políticos em corpos de dinossauros. Na quarta capa, há a figura de um monstro constituída pela caricatura da cabeça de três figuras históricas: Marx, Trotski e Lênin. Esse monstro é associado aos integrantes da esquerda. A última capa traz uma fotografia sem os traços cômicos das capas anteriores, pois traz a imagem do novo presidente segurando a bandeira nacional. Essas capas são analisadas para apontarmos a dispersão do sujeito *Veja* pelos enunciados. Assim, descrevemos como o poder forma saber espetacular para controlar os leitores da revista.

Nas considerações finais, apontamos algumas reflexões sobre a análise que realizamos acerca das capas da *Veja*. E se há uma conclusão nessas considerações, ela consiste em resistir e recusar o jogo espetacular que é praticado pela revista.

1

OLHAR SOBRE A REVISTA VEJA

De minha parte, prefiro utilizar (mais do que comentar) os escritores que aprecio. O único tributo válido a um pensamento como o de Nietzsche consiste exatamente em usá-lo, deformá-lo, fazê-lo gemer e protestar. E, se algum crítico disser que não sou fiel a Nietzsche, isso absolutamente não importa. (Michel Foucault)¹

1.1 O papel da *Veja*

Antes de desenvolvermos o esboço teórico a partir do qual analisamos o *corpus* selecionado para a nossa pesquisa, tornamos visível ao leitor uma descrição das práticas institucionais da *Veja* que está envolvida nas lutas, em nossa sociedade, em torno da busca da *identidade*.

A revista *Veja* foi criada tendo como objetivos descrever e interpretar os acontecimentos para seus leitores, isto é, uma perspectiva que estabelece uma diferença entre fatos e acontecimentos discursivos. Ao agir assim, a revista produz uma versão discursiva dos fatos², apresentando essa versão como uma realidade para os leitores. Ela descreve e interpreta com a finalidade de desvendar as chaves explicativas dos acontecimentos. Tal finalidade produz um efeito de verdade para os leitores, o que é dito põe-se a funcionar, talvez, como única possibilidade sobre os acontecimentos e, ao mesmo tempo, os simplifica, torna-os simples explicações que não alcançam a importância de cada um numa dimensão histórica mais ampla. Segundo Steinberger (2005), tem-se no relato jornalístico uma lacuna porque as páginas disponibilizadas para um assunto são definidas pela relação que se estabelece entre o editor e o jornalista. Para aquele, a importância é o que conta; para este, a quantidade de material conseguida. Entre a importância e a

¹ (Apud O'Brien, 1992, p. 33)

² A mídia trabalha levando em conta que há acontecimentos no mundo real. Ao descrever esses acontecimentos, os veículos de informação partem do princípio de que podem ser imparciais.

quantidade, tira-se uma média de quantas páginas o assunto merece. Além desses aspectos, outros também são levados em conta: “o grau de interesse para quem escreve, a projeção de interesse do público, as preferências pessoais do jornalista, o estado de humor no momento em que o texto é escrito e editado, etc.” (STEINBERGER, 2005, p. 89).

Essa maneira de constituir o acontecimento discursivo está presente em revistas como *Veja*, o que torna a materialidade discursiva uma expressão de interesses institucionais. Os dizeres, que constituem o acontecimento na revista, se impõem como realidade sobre a nossa política. Mas, eles não são, enquanto verdade posta em circulação pela revista, a expressão pura de um Poder de Estado do qual a *Veja* seria um “agente” de distribuição ideológica. Se não são a ideologia disseminada por uma classe, nem por isso deixam de envolver lutas entre sujeitos. Segundo Gregolin (2004, p. 133), para Foucault, essas lutas são “micro-lutas, já que não há um centro único do Poder, pois ele se espalha por toda a topografia social – e, sendo micro-lutas, elas transcendem a clássica noção de ‘lutas de classe’”³. No Brasil, quando se trata de política, não há, por exemplo, grandes veículos de informação marcadamente de esquerda. Essa ausência impede que os acontecimentos sejam constituídos por um discurso que negue as formulações presentes em alguns veículos de mídia. Nesse caso, perdem-se as relações que os enunciados, em uma instituição de esquerda, poderiam produzir ao manter relações com outros enunciados para produzir sentido. Temos, portanto, a verdade na maior parte das vezes construída sem a alternativa de poder apontar diferenças entre discursos que façam referência ao objeto política. O próprio fato de haver oposições na política gera o saber que está presente nas capas da *Veja*. Mas, não se trata de afirmar que os sentidos produzidos pela revista estão associados exclusivamente à sua posição no interior de uma luta de classes. Trata-se, em nosso trabalho, de analisar o que está dito na *Veja* sem se preocupar com o não-dito (vazio a ser preenchido a partir da oposição no interior da luta de classes), pois o que está dito, enquanto enunciado, produz sentido por meio das relações estabelecidas com outros enunciados, construindo, assim, a verdade para o leitor. A partir dessa noção, Gregolin (op. cit., p. 125) diz que, para Foucault, “a História se recorta pelas relações sincrônicas entre discursos; ela é construída por jogos enunciativos, por batalhas entre discursos que se negam, se afirmam, se contra-distinguem”. Nesse sentido, pode-se entender que a História

³ Voltaremos a discutir a noção de “poder” para Foucault.

se constitui em uma materialidade que está presente na existência material dos enunciados. Ao explicar a noção de enunciado desenvolvida por Foucault, Gregolin (op. cit.) afirma que a identidade do enunciado pode ser estabelecida a partir dos limites impostos pelo lugar que ocupa entre outros enunciados⁴. Seguindo esse raciocínio, problematizar a história da revista *Veja* consistiria em descrever as relações que seus enunciados mantêm com outros enunciados. Mas, a limitação do *corpus* selecionado para a nossa pesquisa não torna possível uma descrição da formação discursiva⁵ da *Veja* desde seu surgimento. Portanto, apresentamos apenas uma breve história da revista para a familiarização do leitor deste trabalho acerca da constituição do papel da *Veja*, que, enquanto instituição envolvida na produção de informações, torna o que está dito saber aceito como verdade. Os efeitos que essas informações, enquanto estratégias, produzem nos leitores não são dissociáveis da história da revista.

A *Veja* substituiu a revista brasileira *Realidade* criada em 1966 pelo editor Roberto Civita. No período em que o país se intimidava com a ditadura militar, o Brasil precisava se conhecer nesse momento. *Realidade* ajudou o país a concretizar isso. Tendo sua identidade ligada a uma época, taxada de ultrapassada, ela foi extinta em 1976, dando lugar a *Veja*, que ficou encarregada de substituí-la e já circulava há oito anos, desde 1968, sendo a Editora Abril sua idealizadora. Inicialmente, o nome da revista era *VEJA e leia*, com a primeira palavra em caixa alta.

Três meses após seu surgimento, a *Veja* sofreu um duro golpe: o presidente Costa e Silva editou o AI-5 e fechou o Congresso Nacional. Além de influenciar diretamente na cobertura política, proposta inicial da revista, o governo militar cortou toda verba de publicidade, incluindo a das empresas estatais. Isso foi, sem dúvida, um grande choque após o lançamento da revista, que gastou um milhão de dólares na época. Em sua primeira edição, a capa trazia a foice e o martelo, símbolos do comunismo, em preto sob um fundo vermelho que tomava quase toda a capa. A chamada para essa primeira edição era “O grande duelo no mundo comunista”. Ao apontar divergências no comunismo, *Veja* marca sua posição política desde sua criação. Nesse momento, o mundo estava dividido pela guerra fria entre duas potências: uma representante do capitalismo, os Estados Unidos;

⁴ As noções de História e enunciado também serão discutidas em outro tópico.

⁵ A noção desse termo deve ser entendida conforme formulou Foucault em *Arqueologia do Saber*.

e a outra representante do comunismo, a União Soviética. O impacto inicial da chamada de capa foi grande e obteve a venda de 700 mil exemplares. Entretanto, a intervenção da censura e a concorrência com a revista Manchete, que era bem aceita pelo público, provocaram sucessivas quedas nas vendas⁶. Porém, a *Veja* se consolidou ao longo dos anos como veículo de informação. Em seu estágio atual, a revista une e funde entretenimento, educação, serviço e interpretação dos acontecimentos. Suas páginas apresentam uma gama de assuntos variados, oferecendo até menos informações (as “notícias quentes”) e dando mais ênfase a assuntos pessoais que possam facilitar o cotidiano do leitor. O fato de ser impressa sugere que transmite o que é verdadeiro, se impondo sobre aquilo que não é. O que é escrito na revista não deixa de se apoiar num sistema institucional, que estabelece um conjunto de práticas que definem como o saber é distribuído nela. Assim, o discurso materializado na *Veja*, por exemplo, exerce sobre os discursos da maioria dos leitores uma influência por meio de uma pressão e de uma sedução que se manifestam na revista ao comentar, confirmar, explicar e aprofundar um fato que tenha ocorrido e que já tenha sido mostrado pela TV, jornal e divulgado pelo rádio.

O sucesso de hoje contrasta com a dificuldade enfrentada durante sete anos; no início, quando a *Veja* teve que lutar contra os prejuízos e a censura imposta pelo governo militar. Desde 1971, a revista apostou nas vendas por assinatura e, atualmente, dos aproximadamente 1.200.000 (um milhão e duzentos mil) exemplares semanais cerca de 80% são vendidos por assinatura. No Brasil, a revista *Veja* hoje é a mais vendida e a mais lida. Sendo veículo de informação, sua posição é privilegiada porque as revistas de informação não são as mais vendidas em outros países, perdem o posto para as revistas de TV. A *Veja* ocupa hoje a quarta posição de revista mais vendida no mundo, ficando atrás das norte-americanas: *Time*, *Newsweek* e *US News & World Report*⁷. Seu discurso atinge muitas pessoas; por isso, exerce grande poder quando se trata de influenciar a opinião pública em assuntos sobre política, por exemplo.

Alguns veículos da mídia moderna são consumidos por milhões de indivíduos. Entre eles, filmes, televisão e rádio. Mas, outros segmentos da imprensa têm um público leitor relativamente pequeno. Entre eles, livros e revistas. Segundo Thompson

⁶ Nilton Hernandes. *A revista Veja e o discurso do emprego na globalização: uma análise semiótica*. Dissertação de Mestrado.

⁷ Scalzo, 2003.

(1998), deve-se observar na comunicação de massa não necessariamente a quantidade de indivíduos que consomem os produtos, mas o fato de que estes produtos são disponibilizados de início para um grande público. Ele defende ainda que “os produtos da mídia, por sua disponibilidade, em princípio, a uma pluralidade de receptores, têm intrinsecamente um caráter público, no sentido de que estão ‘abertos’ ou ‘disponíveis ao público’” (THOMPSON, op. cit., p. 36). Quando se trata de revistas como a *Veja*, mesmo que seu consumo seja relativamente pequeno em um país com mais de 180 milhões de habitantes, pode-se levar em conta que, ao conservar e produzir discursos, ela influencia não só seus leitores, pois não controla a dispersão do seu discurso entre outros públicos. Entre alguns exemplos, alguns professores de cursinhos e escolas de ensino médio assinam a revista *Veja*. No ambiente de ensino, esses professores se encarregam de fazer o discurso circular entre seus alunos, exigindo-lhes a leitura do periódico semanal. Assim, o controle praticado pela revista vai muito além da sua relação com seus leitores assinantes e eventuais compradores nas bancas, se impõe também a outros sujeitos que, talvez, não leram a revista, mas indiretamente foram atingidos pelos efeitos de seu discurso. Aqueles que entram em contato com o discurso da revista são movidos, de alguma forma, pela vontade de saber sobre política ou outros temas que a *Veja* apresenta em seus exemplares semanais. Assim, a revista atinge um grande público que tomará conhecimento da história e da cultura de nosso país por meio de suas páginas, onde os hábitos, as modas, as personagens de cada momento, os assuntos que mobilizaram grupos de pessoas, se tornam visíveis.

Em “sociedades de discurso”⁸ como a nossa, o papel da revista é conservar ou produzir discursos para fazê-los circular entre seus leitores. Segundo Foucault (2004), o ato de escrever, tal como se apresenta em nossa sociedade, institucionalizado no livro, no sistema de edição e no personagem do escritor, pode ser visto como pertencente a uma sociedade de discurso que se caracteriza, talvez, pela difusão, mas que não deixa de ser coercitiva. Essa coerção se liga às práticas lingüísticas, por exemplo, da mídia que impõe uma certa singularidade na maneira de escrever: uma escrita padrão e outros recursos por meio de imagens que não são compreensíveis a uma grande parcela da população. Essas práticas são impostas porque, em nossa sociedade, existe um grupo de indivíduos que se

⁸ A *Ordem do Discurso*, p. 39.

apodera dos discursos com a finalidade de retê-los, usá-los, redistribuí-los. A *Veja* faz parte desse grupo, onde seu papel é controlar a distribuição dos discursos em nossa sociedade. Esses discursos são acontecimentos que ganham visibilidade na materialidade da revista. Tal asseveração é possível, tomando por base afirmações como estas, de Foucault (2004, p. 57), que diz que

é sempre no âmbito da materialidade que ele [acontecimento] se efetiva, que é efeito; ele possui seu lugar e consiste na relação, coexistência, dispersão, recorte, acumulação, seleção de elementos materiais; não é o ato nem a propriedade de um corpo; produz-se como efeito de e em uma dispersão material⁹.

Ao produzir discursos sobre política, a *Veja* se investe de uma vontade de verdade, apóia-se na distribuição institucional, exercendo sobre os sujeitos leitores um controle. Tal controle é exercido por meio dos enunciados que a revista formula sobre política para seus leitores. Para realizar o controle, a revista pratica os rituais da expressão, que são institucionais. Ela entra na *ordem do discurso*, porque satisfaz a certas exigências e, além disso, domina um certo número de regras. Essas regras regem a troca e a comunicação, que “são figuras positivas que atuam no interior de sistemas complexos de restrição” (FOUCAULT, 2004, p. 38). Trata-se de ver o ritual como a forma mais visível de restrição porque ele agrupa os gestos, os comportamentos, as circunstâncias e signos que devem acompanhar o discurso. A restrição causada pelo ritual determina “a eficácia suposta ou imposta das palavras, seu efeito sobre aqueles aos quais se dirigem, os limites de seu valor de coerção” (FOUCAULT, 2004, p. 39). Assim, as práticas institucionais dão forma às sociedades de discurso, que se encarregam de fazer circular os discursos religiosos, judiciários, “por que não midiáticos?”, que estão associados à prática de um ritual que estabelece para os sujeitos que falam, em certa medida, propriedades singulares e papéis preestabelecidos, conforme diz Foucault (2004). Produzir discursos sobre política na mídia não é facultado a qualquer um, pelo contrário é algo que se realiza num espaço mais ou menos fechado. Pela sua qualificação, a *Veja* pode determinar os gestos, os comportamentos, as circunstâncias, e fazer a escolha do léxico que comporá o discurso sobre política. Essa qualificação da revista se deve ao fato dela fazer uso da linguagem jornalística que, segundo Steinberger (2005), tem o poder combinado para multiplicar em grande escala e velocidade sua versão dos fatos e, simultaneamente, constituir um discurso

⁹ Grifo nosso

legitimado socialmente que recebe muita confiabilidade. Pode-se traduzir essa velocidade não apenas por sua atualidade, mas também pela rapidez com que atende às exigências informacionais em escala sempre crescente na modernidade. Além disso, a revista faz parte da mídia, que tem papel principal quando se trata de formar a opinião pública, pois ocupa a posição de sujeito do espaço público¹⁰ e confere-se legitimidade ao mediar sociabilidades cotidianas dos cidadãos, principalmente, quando se trata de política. Portanto, a *Veja* tem competência para estabelecer-se no espaço público midiático porque, para Steinberger (2005), quem não tem competência jornalística não permanece nesse espaço. Para essa autora, a competência se divide em três aspectos: intuitiva, técnica e institucional. Em suma, trata-se de ver “a competência intuitiva como afeta a conteúdos; a competência técnica associa-se ao domínio das formas e formatos; e a competência institucional refere-se ao canal, isto é, ao tipo de veículo escolhido, radiofônico, televisivo, impresso, digital” (STEINBERGER, 2005, p. 163). Assim, a revista é espaço de enunciados políticos, além de outros, que fazem efeito no real. Estabelecem, por assim dizer, formas que

definem modelos de palavra ou de ação, mas também regimes de intensidade sensível. Traçam mapas do visível, trajetórias entre o visível e o dizível, relações entre modos do ser, modos do fazer e modos do dizer. Definem variações das intensidades, das percepções e capacidades dos corpos. Assim se apropriam dos humanos *quaisquer*, cavam distâncias, abrem derivações, modificam as maneiras, as velocidades e os trajetos segundo os quais aderem a uma condição, reagem a situações, reconhecem suas imagens. Reconfiguram o mapa do sensível confundindo a funcionalidade dos gestos e dos ritmos adaptados aos ciclos naturais da produção, reprodução e submissão. O homem é um animal político... (RANCIÈRE, 2005, p. 59).

As idéias, acima, sobre a configuração estética do comum, se estendem à *Veja*, que está posicionada em um ponto, onde pode traçar mapas do visível em relação à política. Para Rancière (op. cit., p. 15), a partilha do sensível é o sistema de evidências sensíveis, que, ao mesmo tempo, revela a existência de um *comum*, e dos recortes que, nele, definem lugares e partes respectivas. Segundo ele, uma partilha do sensível estabelece, por assim dizer, simultaneamente, um *comum* partilhado e partes exclusivas. Rancière (op. cit.) configura essa separação das partes e dos lugares, que se baseia numa partilha de espaços, tempos e tipos de atividade, que delimita adequadamente a forma como um *comum* se dá à

¹⁰ Não entraremos na discussão sobre espaço público.

participação e como uns e outros se apossam de uma parte nessa partilha. Pois bem, a *Veja* assume um lugar nesse *comum*, que é a sua posição de veículo de comunicação, assim tomando parte no recorte dos tempos e dos espaços, do visível e do invisível, do enunciado que delimita, ao mesmo tempo, o lugar e o que está em jogo na política como forma de experiência¹¹.

O que a revista pratica é a distribuição de um saber sobre política, entre outros temas cotidianos, que não é facultado a qualquer um porque há em nossa sociedade “procedimentos de exclusão”. Entre estes, está a interdição que define papéis, isto é, “sabe-se bem que não se tem o direito de dizer tudo, que não se pode falar de tudo em qualquer circunstância, que qualquer um, enfim, não pode falar de qualquer coisa” (FOUCAULT, 2004, p. 9). De certa forma, a *Veja* pratica a interdição. Segundo Steinberger (2005), a mídia controla a participação do público por meio de uma edição de suas falas. Essa prática em veículos de comunicação impede que as resistências se tornem visíveis. Na *Veja*, há uma política discursiva que rege a participação do leitor. Tal participação, não escapando do crivo editorial e discursivo, estrutura-se pela relação ao que é da ordem geral do discurso jornalístico, pela relação ao que é da ordem da linguagem suporte (impressa no caso de revistas), pela relação ao que é da ordem da política editorial da própria *Veja*.

Instituição legitimada pela história relatada acima, a *Veja* ocupa um lugar de privilégio: o espaço público em que pode produzir, entre outros, discursos sobre a política de nosso país. Ela tem seu discurso legitimado porque faz parte de uma instituição: a mídia, cuja posição enunciativa é assegurada pela organização social em que estamos inseridos. Sendo veículo de visibilidade pública, a revista pode discutir suas idéias que são os valores que defende exercendo, assim, seu papel. Tal papel é o que pretendemos questionar porque, em nossa sociedade, o discurso é controlado, selecionado, organizado e redistribuído por veículos de comunicação, que estão envolvidos na constituição da identidade dos sujeitos políticos. Além disso, as lutas e os enfrentamentos se dão no/pelo discurso. Por isso, este trabalho é uma maneira de resistir ao discurso da revista *Veja* que não dá visibilidade às vozes da resistência. Por meio de uma “polícia discursiva”, ela estabelece o que deve ser reativado em cada um dos discursos que farão parte da sessão cartas dos leitores. Essa polícia discursiva é uma forma de controle da produção do discurso, pois impõe aos

¹¹ Adaptações do texto de Rancière (2005, p. 16).

sujeitos leitores regras para produzir os discursos, impedindo contrariedades ao que a revista espera deles.

Diante disso, nos propomos a tarefa de descrever o discurso da *Veja* para resistir à maneira como ele constitui o leitor. Dito de outro modo, pretendemos tornar visível a resistência que, como veículo de visibilidade pública da política, a revista faz invisível; não sendo, portanto, democrática. Tendo em vista a importância da visibilidade da política que a *Veja* proporciona aos seus leitores, discutimos a seguir formas de visibilidade.

1.2 - *Veja*, veículo de visibilidade pública da política

Apresentaremos lugares em que a política se torna visível para mostrar onde o acontecimento discursivo relativo à política se realiza. De forma resumida, mostramos alguns funcionamentos desses lugares na Grécia, na Revolução Francesa e algumas práticas na mídia contemporânea. Em seguida, relacionamos o funcionamento da visibilidade na atualidade às capas da *Veja*, que é um lugar em que a política se torna visível. Ao produzir sua visibilidade, a revista faz isso inserida em nossa sociedade que constitui-se por meio de práticas voltadas para o controle dos indivíduos. Portanto, torna-se necessário fazermos a descrição de características das sociedades de controle porque o leitor deste trabalho se familiarizará com o contexto de emergência dos enunciados nas capas que analisamos.

Herdamos a idéia moderna de democracia¹² da antiga Grécia, onde ela surgiu nas colinas da Acrópole as quais convergiam para a praça central da cidade: a *ágora*. Nesta, se dava o acontecimento discursivo relativo à política em forma de deliberação. A democracia antiga não foi uma herança *Ipsis litteris*, no sentido de ser uma transposição exata para o nosso tempo. Ela foi sendo modificada ao longo da história. Na Antigüidade,

¹² Não pretendemos fazer uma história da democracia ou da política, mas apenas apresentar alguns lugares em que elas se tornam visíveis.

Platão e seus contemporâneos entendiam a democracia como prática em que os homens livres deliberavam em público, e mulheres e escravos não tinham esse direito. Assim, o discurso político¹³ na democracia da antiga Grécia estava restrito a um lugar onde alguns privilegiados falavam e ouviam. Nesse período, a escrita não tinha o mesmo valor que a ela atribuímos hoje. Assim, a fala em praça pública tinha primazia sobre a escrita, ou seja, o *espaço* público só se realizava em um *local* público. Não se trata de dizer que essa maneira de exercer a democracia na praça como lugar de visibilidade seja um modelo exemplar, mas apenas tê-lo em mente como começo do modelo democrático apoiado num modelo de visibilidade que sofreu transformações até a nossa prática atual de discussão política. A configuração da *ágora* como lugar público de exercício político deixava de fora mulheres e escravos, distanciando-se, assim, de uma idéia de democracia predominante atualmente porque se sustenta em uma teoria que se apresenta como inclusiva de todos no processo democrático, mas que não se realiza na prática. Tratava-se, na Antigüidade, de separar o espaço de visibilidade pública do espaço privado porque era no público que se realizava a política. No contexto grego, a liberdade política era exercida no espaço público. Platão (2007, p. 255) diz que a democracia é “uma forma de governo aprazível, anárquica, variegada, e que reparte a sua igualdade do mesmo modo pelo que é igual e pelo que é desigual”. Porém, esse filósofo condena a liberdade em excesso porque ela resulta em escravatura em excesso, tanto para o indivíduo quanto para o Estado. Parece ser uma preocupação de Platão a não extensão da liberdade aos escravos porque não seria agradável que um escravo gozasse da mesma liberdade de seu senhor. De fato, a *ágora* se limitava às deliberações de poucos homens livres. Nela, as ações e os atores políticos se tornavam visíveis. A limitação permaneceu após transformações no lugar de visibilidade da *ágora*. Apesar de sabermos que essas transformações foram lentas e graduais, suas mudanças na modernidade criaram novos tipos de relações entre os indivíduos envolvidos nas disputas políticas.

Outro lugar¹⁴ de visibilidade pública da política ganha destaque vários séculos mais tarde, marcando o início da Modernidade. A visibilidade pública da política no continente europeu não acompanhou o desenvolvimento da Grã-Bretanha, que

¹³ Esse termo “discurso” não tem a mesma acepção com que trabalharemos.

¹⁴ Os termos lugar e espaço, quando aplicados à mídia, são metafóricos.

experimentou com a Revolução Inglesa, desde meados do século XVII, um notável desenvolvimento na imprensa. Mas, na modernidade, o marco foi o impacto da imprensa no fim do século XVIII. Nesse momento, a imprensa marca ativamente a sua presença no nascimento da Modernidade por meio de suas mudanças durante a Revolução Francesa. A principal mudança ocorreu nos jornais durante esse período. Eles “se tornaram a principal forma impressa na qual a luta revolucionária pela legitimidade política se articulou” (POPKIN, 1996, p. 199). Os jornais possibilitaram conduzir a discussão pública em âmbito nacional, permitiram a transmissão sucessiva das opiniões do público para seus representantes eleitos, deram acessibilidade ao esclarecimento dos eleitores¹⁵ por parte de seus líderes intelectuais. Além disso, a imprensa era um instrumento capaz de estabelecer a soberania popular na França com grande extensão territorial, um obstáculo à adoção dos modelos praticados nas cidades-estado como Atenas e Roma. Os jornais marcavam, assim, uma transformação na visibilidade da política. J. P. Brissot disse que, por meio dos jornais, “pode-se ensinar a mesma verdade no mesmo momento para milhões de pessoas; através da imprensa, elas a discutirão sem tumulto, decidirão com calma e darão sua opinião” (apud Popkin, op. cit.). A imprensa durante a Revolução sofreu várias transformações que mostram o impacto cultural provocado pela influência que os jornais tiveram no processo revolucionário. De certo modo, a participação do “povo” na Revolução Francesa foi devido ao envolvimento da mídia¹⁶. Mas, os jornais não eram acessíveis à boa parte da população, devido ao fato de uma assinatura anual custar o equivalente a várias semanas de trabalho de um operário comum. Outro obstáculo, que impedia maior acesso aos periódicos, era os baixos níveis de alfabetização em muitas regiões da França, o que impossibilitava a leitura dos jornais, mesmo que fosse feita a leitura de alguns em voz alta, conforme Popkin (op. cit.). Mesmo assim, os jornais se consolidaram como meio de controle sobre os leitores. Durante a Revolução, eles não se reduziam a simples acessórios da Assembléia Nacional e nem muito menos a ser reflexo do ânimo do público. Popkin (1996, p. 219) reproduz um dos princípios do jornal *Patriote françois* que consiste em “devotar-se-á sobretudo tanto a defender os direitos do povo [...] quanto a evitar que o povo seja levado a uma contínua fermentação, que perpetuaria a desordem e adiaria a Constituição”. Nesse sentido, embora

¹⁵ Popkin (op. cit.) usa o termo eleitores para o período da Revolução Francesa.

¹⁶ (BRIGGS & BURKE, 2004, p. 104). O termo mídia já é usado por esses autores para fazer referência ao período da Revolução Francesa.

não fossem predominantes na cobertura noticiosa desse jornal, suas matérias jornalísticas sobre a Assembléia “eram destinadas a guiar os deputados em seu trabalho e a frustrar a obstrução externa a ela tanto pelo populacho desinformado quanto pelas forças da reação aristocrática” (POPKIN, op. cit., p. 219). Assim, a visibilidade pública da política sofre grande transformação nesse momento, pois não se praticava mais a deliberação em público como na *ágora* em que os atores políticos e a fala eram visíveis. A partir da Revolução, os atores e as falas passaram a ser intermediados pelos jornais. Desse modo, o acontecimento discursivo relativo à política tinha um novo lugar: as páginas dos jornais. Porém, cabe uma observação: o controle, surgido durante o processo revolucionário, não é o mesmo tipo de controle praticado nas sociedades de controle; por outro lado, o controle praticado pela imprensa revolucionária ainda está presente entre nós.

A visibilidade pública da política nos jornais convivia ao lado de outro tipo de visibilidade relacionada a outra forma de política: a política dos micropoderes. Apresentado por Michel Foucault, esse outro tipo tratava de um sistema de visibilidade que surgiu em meio à Revolução Francesa. Esse Filósofo não estudou a mídia, mas o sistema de visibilidade ao qual faz referência pode ter influenciado bastante na formação da mídia moderna. Ao investigar as condições de aparecimento da prisão, Foucault (1986) busca mostrar um sistema de aprisionamento cujo efeito se exprime através da vida social: na escola, na fábrica ou na caserna. Instituições como o exército, a escola, a prisão, o hospital, aplicaram mecanismos de poder sustentados no treinamento, na disciplina, na observação e no registro. A dispersão destes mecanismos na camada social de maneira crescente deu início a uma “sociedade disciplinar” que se baseia na visibilidade de muitos diante de poucos, fazendo aparecer o poder do olhar.

O *Panopticon* de Jeremy Bentham, formulado em 1791, é, para Foucault (op. cit.), o símbolo da nova forma de visibilidade. Esse *Panopticon* é uma construção em anel cujo centro tem uma torre. Esta possui grandes janelas voltadas para o interior do anel. Esse anel é composto por celas que têm uma janela que recebe luz do exterior e outra que se volta para as janelas da torre central. Toda essa arquitetura tornava a vigilância mais fácil porque bastava um único guarda para vigiar vários reclusos de maneira permanente. Assim, as celas podiam receber um louco, um doente, um condenado, um operário ou um aluno, pois a vigilância constante a que eram submetidos era eficaz. A visibilidade constante a que

os presos são expostos é uma forma de controle sobre suas ações. Além disso, “a visibilidade é uma armadilha” (FOUCAULT, 1986, p. 177).

Trata-se de ver a visibilidade, segundo Foucault (op. cit.), como efeito positivo no sentido benthaniano porque cada um fica recolhido em sua cela sem contato com outros e, ao mesmo tempo, é vigiado de frente pelo vigia, evitando por meio de muros laterais o contato com outros reclusos; assim não há formação de massas, o que seria efeito negativo. Com essa organização, o recluso é visto, mas não vê, torna-se objeto de uma informação, ficando impossibilitado de comunicação. Como sua cela está de frente para a torre central, tem uma visibilidade apenas relativa ao eixo central do Panóptico, sem qualquer tipo de visibilidade lateral. Assim, pode-se evitar que os detentos condenados façam complô, tentem fuga coletiva, projetem novos crimes, causem más influências recíprocas. Similaridade ocorre na internação, pois evita que os doentes possam expor ao contágio, também evita que os loucos possam praticar violências recíprocas. Quando se trata de crianças, evita que elas colem, que façam barulho, que conversem, que haja dissipação. Quando se trata de operários, evita que haja roubos, conspiração, distrações que atrapalham o trabalho, causando acidentes. Por meio deste funcionamento, “a multidão, massa compacta, local de múltiplas trocas, individualidades que se fundem, efeito coletivo, é abolida em proveito de uma coleção de individualidades separadas” (FOUCAULT, op. cit., p. 177). Assim, o papel do guardião é facilitado porque tem diante de si uma multiplicidade enumerável e controlável. Por outro lado, o detento é obrigado a conviver com uma solidão seqüestrada e olhada.

Para Foucault (op. cit.), o Panóptico provoca no detento um estado consciente e permanente de visibilidade que garante o funcionamento automático do poder. Faz a vigilância ser permanente em seus efeitos, não é necessário que ela seja contínua por parte do vigia. Na ausência de vigilância, o poder já estaria constituído a tal ponto que supriria essa ausência. Assim, a arquitetura do Panóptico se encarrega de criar e sustentar uma relação de poder que não depende daquele que o exerce. Em suma, os detentos são enlaçados numa situação de poder que trazem em si. Isso se realiza conforme expõe Foucault (op. cit., p. 178): “é ao mesmo tempo excessivo e muito pouco que o prisioneiro seja observado sem cessar por um vigia; muito pouco, pois o essencial é que ele se saiba vigiado; excessivo, porque ele não tem necessidade de sê-lo efetivamente”. Nesse sentido,

Foucault diz que Bentham concebeu o poder como algo visível e inverificável. Essas duas características definem o funcionamento do poder a que se refere Foucault. De um lado, o poder é visível quando o detento fica exposto à torre central de onde é vigiado. De outro, inverificável quando o detento não tem certeza de estar sendo observado, mas imagina que sempre pode ser. Desse modo, o Panóptico é responsável pela separação entre ver e ser visto porque nas celas os detentos são totalmente vistos, mas não vêem; por outro lado, na torre central, o vigia vê tudo, mas não é visto.

A visibilidade é também a maneira como o poder¹⁷ se exerce sobre os indivíduos. Transforma-os em objetos de múltiplos e interligados olhares que se exercem por meio do exercício diário de controle. É a configuração de uma nova visibilidade que surge no fim do século XVIII. Esse sistema de aprisionamento, como sistema global implantado e inscrito na realidade das relações concretas no século XVIII, pode nos fornecer algumas perspectivas para analisar a mídia.

Em nossa sociedade atual, a mídia é responsável pela visibilidade pública da nossa política, ou seja, todos vêem a política por meio dela e ela faz os atos políticos e seus atores visíveis. Ela distribui seu discurso político pelo corpo social, fazendo com que o *Panopticon* ganhe nova configuração, ou seja, molda o olhar de todos e, assim, todos se vigiam. Desse modo, a mídia arroga-se o direito sobre o sistema de visibilidade pública da política, é nela que o acontecimento discursivo relativo à política se realiza. Gregolin (2004, p. 133) diz que, em Foucault, o controle torna-se uma vigilância geral, o *Panopticon*, que é praticada, na sociedade moderna, ao abrigo de uma diversidade de formatos: “que vão desde as câmeras colocadas em cada canto dos prédios até as estatísticas e os sistemas de segurança que são usados para aferir e modelar o cotidiano”. Talvez não em discordância com o pensamento dessa autora, esses formatos coexistem, enquanto sistema de visibilidade do *Panopticon*, com um sistema de visibilidade mais geral: o da Mídia. Não se trata de dizer que a visibilidade produzida pela mídia seja idêntica à do *Panopticon*, mas, ao possibilitar a visibilidade de estilos de vida, a mídia se coloca no lugar de um outro que diz o que deve ser feito para se tornar pertencente a um grupo bem aceito; tornando-se, portanto, um “vigia” que não pode ser determinado como aquele que impõe tendências. Ela está por trás da “luz” que dissimula seu papel, pois, assim como no Panóptico, também

¹⁷ Trataremos da noção de poder em Foucault em outro capítulo.

incute no sujeito o poder que exerce. A visibilidade midiática produz sujeitos que, além de tentarem se enquadrar nos estilos de vida sugeridos, também vão vigiar outros sujeitos, tratando-os como inadequados. Mas, ao produzir vigias, a mídia não perde seu posto, visto que o controle é exercido por meio de uma comunicação contínua que assegura o seu papel.

Como já dissemos, na Grécia antiga, o modelo de visibilidade da *ágora* separava homens livres de escravos. Por outro lado, durante a Revolução Francesa, dois sistemas de visibilidade conviviam: o do modelo disciplinar, e o outro que se desenvolvia por meio da imprensa. Enquanto o modelo disciplinar separava por meio de muros, o modelo da imprensa separava por meio dos periódicos que não eram acessíveis a todos. Na Grécia, o controle era exercido para assegurar o exercício democrático aos homens livres, evitando que a vida privada invadisse o espaço público. Na França, o controle via imprensa era exercido para assegurar o processo revolucionário por meio da consolidação da Constituição. Nesse momento, o controle por meio da disciplina dos corpos visava ao mesmo objetivo da imprensa revolucionária ou vice-versa, evitar o contato entre os indivíduos, pois poderia gerar resistências. O que a mídia absorveu do modelo disciplinar desde a aurora da Modernidade foi o mecanismo de “vigilância” para controlar os indivíduos, ou seja, para dizer-lhes em quem votar, o que comer, o que vestir, como viver uma vida saudável, com o que concordar ou discordar, concretizando o controle discursivo.

Para simular a vigilância geral, a mídia absorveu as câmeras de vigilância colocadas nos prédios, tornando muitos visíveis a muitos. De fato, as câmeras, antes usadas para vigiar a propriedade privada, passam a produzir um espetáculo que expõe a vida privada nos veículos de mídia. O Big Brother é um exemplo desse controle. Porém, sua “inspiração” no romance 1984 não conservou a vigilância presente neste, e sim deu ao programa outra finalidade: produzir um espetáculo. O que era visto como transgressão torna-se atração, pois o espaço privado que, na Grécia antiga, era de interesse privado; passa, na “sociedade da informação”¹⁸, para o espaço público, invadindo o que é de interesse público com o que é de interesse privado. As revistas populares, que trazem detalhes da vida privada das estrelas do *show business* e dos políticos com o objetivo de tornar público o privado, podem ser dadas como exemplo. Nesse sentido, a exposição do privado, ao ser praticada por uma revista, pode ser uma forma de controlar, já que de forma

¹⁸ (BRIGGS & BURKE, 2004, p. 264)

velada pode direcionar leitores a se identificar com uma figura pública ao invés de outra. Uma das capas que analisamos pode servir de exemplo porque traz o enunciado “Enéas: o policossauro que pinta a barba e dorme de calça e camisa”, essa formulação apresenta a vida privada do político para que os leitores o rejeitem. Esse exemplo se aproxima do que Courtine (2003) definiu como triunfo do *talk-show*, onde o homem privado surge no personagem público. No cenário político, a política tem sido apresentada cada vez mais no domicílio dos atores políticos, seus objetos íntimos e detalhes pessoais são destacados pela câmera, tentativa de produzir o personagem público a partir do privado. A vida privada como elemento político é, para Courtine (op. cit.), resultado do predomínio do espetáculo sobre o controle do Estado no que diz respeito à informação política. O que pode ser percebido por meio da inserção do privado no espaço público é, sem dúvida, uma forma de controle. Mas, a visibilidade no sentido benthaniano, simulacro na mídia, continua, de certa forma, presente em nossa sociedade atual. Ainda presenciamos a expressão violenta sobre os corpos, por exemplo, quando a polícia adentra as favelas em nosso país. Além disso, a disciplina, tão importante para assegurar o poder nos países que se informatizaram, vem sendo atenuada, mas mesmo nesses países ela não foi eliminada.

Por outro lado, após perceber uma certa mudança nos mecanismos disciplinares, Foucault (2006b, p. 268) afirma que “... é evidente que devemos nos separar, no futuro, da sociedade de disciplina...”. Em um pequeno texto “A sociedade disciplinar em crise”, Foucault assinala a passagem irreversível da sociedade disciplinar a um outro tipo de sociedade.

Esse outro tipo de sociedade, que ainda coexiste com as sociedades de disciplina, é discutido por Deleuze (1992) que a denomina de “sociedades de controle”. Para esse filósofo, as disciplinas entraram em crise, dando lugar a novas forças que foram ganhando espaço depois da Segunda Guerra Mundial. Passávamos, então, a conviver com as sociedades de disciplina e com as sociedades de controle. O aparecimento das sociedades de controle é marcado pelo anúncio constante de reformas pelos ministros em instituições símbolos das sociedades de disciplina: prisão, hospital, fábrica, escola, família. Para Deleuze (op. cit.), a fábrica era um espaço, nas sociedades de disciplina, que exigia alta produção em troca de baixos salários. Por outro lado, as sociedades de controle passam da fábrica para a empresa que tem a finalidade de promover a concorrência entre os indivíduos

por meio de prêmios e salários diferenciados. Assim, a empresa se distingue da fábrica na medida em que não se preocupa mais em formar uma massa em que cada indivíduo é vigiado, mas em introduzir a rivalidade entre os indivíduos, dividindo cada um em si mesmo.

De acordo com Deleuze (op. cit, p. 223), as máquinas podem ser uma maneira de explicar o funcionamento lógico particular de cada tipo de sociedade, não por serem determinantes, mas por representarem “as formas sociais capazes de lhes darem nascimento e utilizá-las”. Assim, as sociedades disciplinares se sustentavam sobre máquinas energéticas, correndo o risco passivo da entropia e ativo da sabotagem; por outro lado, as sociedades de controle apóiam-se em máquinas de informática e computadores, o risco passivo é a interferência e, o ativo, a pirataria e a introdução de vírus. Nas sociedades de disciplina, o capitalismo centrou-se na produção e na propriedade. A fábrica é o espaço de agenciamento, onde se realiza o confinamento. Por extensão, outros espaços são dominados pela lógica da fábrica: a família, a escola, o hospital e etc. Mas, trata-se de um capitalismo que não está nas sociedades de controle totalmente voltado para a produção. As fábricas foram enviadas aos países pobres, o capitalismo volta-se para a venda de serviços, principal atividade das empresas. Disso resulta que, para Deleuze (op. cit.),

o marketing é agora o instrumento de controle social, e forma a raça imprudente de nossos senhores. O controle é de curto prazo e de rotação rápida, mas também contínuo e ilimitado, ao passo que a disciplina era de longa duração, infinita e descontínua.

Em uma sociedade de controle, as formas de dominação de outras sociedades estão presentes, mas alguns são transformados e adaptados ao regime geral de controle desse novo modelo de sociedade em que estamos inseridos. Trata-se de perceber que o controle-empresa cria novas formas de lidar com “o dinheiro, os produtos e os homens, que já não passam pela antiga forma-fábrica” (DELEUZE, op. cit., p. 225).

A mídia faz simulacros na sociedade de controle, transforma modelos disciplinares em modelos de controle como os que estão presentes nos programas de *reality show* cuja forma é a expressão adequada da situação de empresa. Por isso, o sucesso desse tipo de entretenimento é bastante elevado.

Um *reality show* famoso no Brasil foi produzido a partir de um modelo de sociedade disciplinar apresentado em um romance. O Big Brother foi criado tendo como modelo o romance de George Orwell escrito em 1948, data invertida para 1984, em que, diariamente, as pessoas escutam uma tela de televisão na qual há um rosto que as controla, exprimindo-se por meio de palavras amistosas que, de fato, camuflam ordens. O Grande Irmão é um personagem em uma sociedade totalitária em que reina o controle dos corpos, corações e mentes dos indivíduos. Os sistemas cruéis de intimidação, como tortura dos presos por meio de violentos processos físicos e psíquicos de condicionamento para não infringir as leis; ao contrário do que acontece no romance, convivem atualmente com outras formas de dominação. O controle praticado por meio da violência sobre os indivíduos divide espaço com uma forma espetacular, própria das sociedades de controle cuja expressão se faz presente nos *reality show*, como o Big Brother. Nesse programa, encontra-se a rivalidade própria das empresas, estimula-se a concorrência entre os participantes com a finalidade de que o melhor jogador leve o prêmio final do jogo. O controle acontece nesses programas quando um determinado participante começa ter suas qualidades ressaltadas, o que leva o público a escolhê-lo, ocorrendo a escolha prevista. Na sociedade de controle, a televisão é lugar de visibilidade de um mundo em ordem, regido pela hierarquia dos temas e a adaptação, a esta hierarquia, das situações e maneiras de falar. Não só a televisão exerce controle, mas também uma revista, pois participa desse processo. As revistas de TV põem em circulação todo um conjunto de estilos de vida dos participantes desses programas televisivos. Além disso, as práticas desses programas constituem também os sujeitos políticos do espaço público. Assim, a sociedade de controle sustentada no marketing tornou-se também espetacular, transferindo inteiramente para a visibilidade pública da política o espetáculo como forma de individualização. Mas, não se pode deixar de fazer uma ressalva, há também as mídias alternativas, as quais optam por práticas diferentes das mídias que dominam o mercado. Não discutiremos as mídias alternativas porque não selecionamos *corpus* para isso.

A visibilidade pública da política constitui-se como lugar onde se produzem idéias, opiniões, noções, informações e imagens, que formam o conhecimento comum sobre a política. Ela pode ser entendida como lugar em que se publicam, onde se tornam públicas as ações políticas, possibilitando à política ser visível aos indivíduos. Estes são

controlados pelas informações. Esse controle acontece pelo fato da visibilidade do cotidiano, da realidade, dos eventos sociais, políticos e econômicos, conforme Weber (2006, p. 123), se subordinarem à edição jornalística, ao anúncio publicitário e aos debates em programas de entretenimento. Uma das principais características do jornalismo é a atribuição a si de um saber que não falta com a verdade, porém um fato tem vários aspectos verdadeiros os quais podem ser mostrados pelas mídias, “contornados pelo tempo e pela edição, para que o fragmento pareça a totalidade”. Assim, o controle sobre o interesse público é exercido pelos formadores de opinião, pelas pesquisas e na conjunção de interesses privados das mídias, ou políticos, o que vai depender de quanta atração editorial e mercadológica o acontecimento provocar.

Atualmente, a mídia controla a visibilidade pública da política. Ela transformou essa visibilidade em espetáculo. Esse espetáculo midiático é uma passagem da fala sobre política e negócios, como decisões e funcionamento das instituições encarregadas de difundir o “governo”¹⁹ dos indivíduos, à fala sobre a vida privada dos atores políticos e também à produção de imagens, que provocam a aparência de um entretenimento ininterrupto. Assim, pode-se perceber que a visibilidade pública não se investe mais dos valores democráticos e nem do serviço ao interesse público; entretanto, não lhes impõe conduta contrária²⁰. Ocorreu uma mudança que deforma o sistema democrático. “Comunicações democráticas pouco têm a ver com espetáculos midiáticos de uma sociedade moderna saturada de mídia, sejam eles chamados de “noticiários”, “debates públicos” ou qualquer outro nome” (EKECRANTZ, 2003, p. 96). Para este autor (op. cit.), a mídia deve ter seu papel democrático questionado porque produz um *show midiático* em que políticos tornam-se celebridades e se juntam a outras de outras áreas com a finalidade de se autopromoverem, deixando de lado os debates sérios sobre problemas reais. Assim, a mídia não produz diálogos de interesse público, discussões abertas, mas competições espetaculares a fim de conquistar espectadores, algo parecido com um entretenimento de palco.

A mídia possui vários veículos que a compõem como visibilidade pública da política: a televisão, o rádio, a revista, a internet e etc. Entre esses meios de comunicação, a

¹⁹ No item “Análise do discurso político da *Veja*” essa noção de governo será discutida.

²⁰ (GOMES, 2003, p. 58)

revista é um “lugar” que reproduz o sistema empresa nas sociedades de controle a que se refere Deleuze (op. cit.), dando contorno a uma nova visibilidade pública da política. Como visibilidade, a revista é, em forma de empresa, lugar de venda de serviços. Ao tornar visível a política, sua finalidade é controlar os corpos, corações e mentes do público leitor porque só assim se mantém no espaço público.

Assim como na Revolução Francesa os jornais tiveram um papel fundamental na consolidação dos ideais revolucionários ao possibilitar sua visibilidade, a revista como veículo de visibilidade pública da política atualmente também exerce uma grande influência no exercício da democracia contemporânea. Além disso, é um lugar em que a história do presente de um país pode ser apreendida por meio de indícios. Ao selecionarmos as capas da *Veja* como visibilidade pública da política para investigarmos o acontecimento discursivo relativo à política da campanha eleitoral de 2002, o nosso objetivo é mostrar como o discurso é formulado para controlar os leitores.

1.3 - História do presente na revista *Veja*

Discutiremos como a revista *Veja* produz a história do presente por meio de acontecimentos discursivos sobre política. Com isso, nosso propósito é comparar o modelo tradicional de abordar a história e o modelo da nova história, aproximando este modelo de concepção da história ao elaborado por Foucault. Em seguida, trata-se de mostrarmos a maneira como a mídia se relaciona com a história e o modo como os historiadores tratam os acontecimentos históricos. Por último, apresentamos o método de Foucault, o que possibilita entender como ele trata os acontecimentos.

De acordo com Thompson (1998, p. 38), o avanço tecnológico dos meios de comunicação possibilitou o que se pode chamar de historicidade mediada: o sentido do passado, e como ele chega até nós, está cada vez mais submetido à expansão crescente de um reservatório de formas simbólicas mediadas. Em sociedades como a nossa, muitos

indivíduos entram em contato com o sentido dos principais acontecimentos do passado, como os acontecimentos que se destacaram no século XX (as duas guerras mundiais, a revolução russa, o holocausto, etc.), por meio de livros, jornais, revistas, filmes e programas televisivos. À proporção que nos afastamos do passado, se torna mais raro que os indivíduos tenham alcançado o sentido dos acontecimentos por meio de experiências pessoais ou de relatos de testemunhas comunicados em interações face a face. Não podemos descartar ainda o importante papel desempenhado pela tradição oral e pela interação face a face na nossa compreensão do passado, mas estão sendo cada vez mais suplantadas pela produção simbólica presente nos produtos das indústrias da mídia. Esse autor reflete uma visão contemporânea dos meios de comunicação como construtores de uma historicidade. Thompson (op. cit.) acrescenta ainda que

se a mídia alterou a nossa compreensão do passado, criou também aquilo que poderíamos chamar de “mundanidade mediada”: nossa compreensão do mundo fora do alcance de nossa experiência pessoal, e de nosso lugar dentro dele, está sendo modelada cada vez mais pela mediação de formas simbólicas.

As formas simbólicas são uma maneira de representação do mundo, que cria uma relação com o passado que nos distancia do sentido denso de sua configuração enquanto tempo e fatos vividos. Esse passado na mídia, que um dia foi presente, é exposto a uma incessante reconfiguração, na medida em que é reconstruído para servir a um presente intolerável sem a mediação de formas simbólicas. A mídia apresenta o passado como um produto perecível para consumo rápido, sem exigir maiores reflexões sobre a importância dos fatos ocorridos como constituintes de uma memória. Neste ponto, torna-se necessário estabelecer a diferença entre a abordagem do acontecimento feita pela mídia e a abordagem do acontecimento feita por Foucault (2005).

Há, na mídia, segundo Steinberger (2005), uma relação arbitrária entre o fluxo de informações e o fluxo de fatos, isso acontece por que a crescente demanda por informação obriga preencher o tempo das rádios e televisões ou as páginas das revistas e jornais sem esperar pelos novos acontecimentos no mundo dos fatos. Para a autora, a mídia se sustenta por meio de um produto cujo limite físico é preestabelecido em páginas ou em minutos. Ao estabelecer esse limite, não há, no horizonte, a preocupação de tratar de um fato novo que aconteça pelo mundo afora. Caso houvesse tal preocupação, a mídia em geral

não seria um negócio lucrativo, conforme afirma Steinberger (op. cit.). O princípio, sobre o qual a mídia se sustenta, não estabelece os limites físicos da produção de acordo com a determinação exterior do volume de fatos, mas segundo critérios de conveniência. Tentando explicar essa conveniência da mídia, Steinberger (op. cit., p. 205) elege três modos diferentes de lidar com esses limites:

o primeiro, engendra uma rede capaz de recolher mais informações; segundo, desenvolve recursos de manipulação capazes de fabricar uma informação desvinculada dos fatos; terceiro, investe na sua imagem junto ao público, levando-o a “esquecer” dos seus limites.

Porém, a autora vai além para mostrar que há uma maneira que a mídia privilegia, visando superar tais limites. Essa maneira consiste em reciclar informações, o que pode acontecer “entre gêneros (dos noticiosos para opinativos), entre veículos (de um jornal para outro), entre mídias (do rádio para a TV e desta para a mídia impressa)” (STEINBERGER, op. cit., p. 206). Trata-se, nesse caso, de perceber que a história do jornalismo atualmente se confunde com a história de seus usos, isto é, das suas reconversões entre valores de uso e valores de troca, assim evidencia Steinberger (op. cit.). Nesse processo, a mídia pode ser vista como produtora de uma história conveniente a suas necessidades de custo e benefício. Seu papel, portanto, além de mediadora do passado, também pode ser definido como mediadora do presente e, pelo exposto acima, o constrói sem qualquer preocupação em manter uma fidelidade aos fatos novos. Tal atitude, em relação aos fatos novos, põe em xeque a autonomia do sentido como sendo efeito de uma irrupção singular, de certo modo, inesperado, ou seja, fruto do acaso.

Nesse sentido, Steinberger (op. cit.) faz emergir a relação dos discursos jornalísticos aos fatos novos como algo pré-definido, o que apaga a impressão de imprevisibilidade desses fatos, mostrando que há uma trama que interfere nos sentidos deles. Sua constatação pode ser entendida ao se fazer a distinção entre o atual e o novo. Pelo fato de sofrer interferência, um desastre aéreo, como notícia do dia, não é novo, sua constituição se deve a um *script* jornalístico de papéis pré-definidos “para ‘vítimas’, ‘família e amigos das vítimas’, ‘empresas aéreas’, ‘danos materiais’, ‘apuração de causas (técnicas) e responsabilidades (humanas)’, ‘eventuais testemunhas do acidente’”, assim assevera Steinberger (2005, p. 87). Trata-se de perceber que esse *script* passa por uma

atualização em relação ao tempo, espaço e circunstâncias determinadas, deixando pequenas brechas para assuntos menos previsíveis como histórias de vida dos envolvidos, o que pode ser visto como aspectos secundários. Tem-se aí, conforme Steinberger (op. cit.), um “acontecimento recortado na substância da atualidade”.

Ao contrário disso, há acontecimentos que irrompem como singulares, escapando ao crivo dos *scripts* já constituídos. Como exemplo de fato novo, Steinberger cita os atentados do 11 de setembro de 2001. Tal acontecimento se liga à ordem do contingente. Por outro lado, o atual se liga à ordem do previsível, da habitualidade. Este último tipo de acontecimento é predominante como constituinte dos fatos jornalísticos ou noticiosos. Desse modo, veículos de comunicação, como a *Veja*, produzem o presente.

Uma análise do acontecimento apoiada em Foucault (2005) não se preocupa em fazer a distinção entre um fato não-discursivo e outro discursivo para determinar a atualidade daquele por meio do discurso que o constrói. Mas, consiste em mostrar que um acontecimento discursivo se apóia e depende de outros, ou seja, ele é “um ponto em uma rede”²¹ e faz referência a outros textos, frases. Esse gesto recusa a atitude de, por meio do discurso, apontar se o que está dito faz referência a algum fato que possa ser localizado em um período determinado como atual. Trata-se, antes, de

acolher cada momento do discurso em sua irrupção de acontecimento; na pontualidade em que ele aparece e na dispersão temporal que lhe permite ser repetido, sabido, esquecido, transformado, apagado até em seus menores traços, enterrado, bem longe de qualquer olhar, na poeira dos livros (FOUCAULT, 2005, p. 91).

Não é preciso verificar se o discurso é atual ou não, mas analisá-lo no jogo da instância próprio a cada um, conforme explica Foucault (op. cit.). Este autor se preocupa mais com os enunciados efetivamente ditos. Mas, não está interessado em fazer uma análise da língua para determinar as regras que possibilitaram a formulação de um enunciado, e sim mostrar que o discurso é limitado pelas seqüências lingüísticas que foram formuladas. Para uma análise do acontecimento apoiada em Foucault (op. cit.), deve-se descartar a análise de um discurso que tenta mostrar as regras de construção de um enunciado para acolher uma análise descritiva do discurso que mostre a singularidade do enunciado pelo

²¹ (FOUCAULT, 2005, p. 89).

fato de ter sido formulado e nenhum outro em seu lugar. Não é pertinente também uma análise que vise fazer aparecer a intenção do sujeito que produziu o discurso, nem o que ele quis dizer, muito menos se perguntar o que ele dizia no que está dito. Em Foucault (op. cit.), essas práticas são substituídas pela análise do acontecimento para “determinar as condições de sua existência, ... fixar da maneira mais justa os seus limites, ... estabelecer suas correlações com os outros enunciados aos quais ele pode estar ligado, ... mostrar que outras formas de enunciação ele exclui” (FOUCAULT, 2005, p. 93). Não se trata de dar voz a um discurso secreto que estaria por trás do que está dito, mas determinar por que o que está dito não pode ser diferente do que é, determinar que a posição que esse dito ocupa em relação aos outros discursos não poderia ser ocupada por nenhum deles.

Trata-se de uma análise que toma o enunciado em sua condição singular de acontecimento, rejeitando tanto uma análise que toma apenas a estrutura lingüística quanto uma que tenta fazer aparecer uma significação que estaria oculta. Esse tipo de análise toma o enunciado²² em sua irrupção histórica, privilegiando-o como corte de uma realidade, já que ele produz a própria realidade de que fala, e aponta a sua manifestação como irreduzível. A análise que propomos à esteira de Foucault (op. cit., p. 93-94) é apoiada no

enunciado [que] é sempre um acontecimento que nem a língua nem o sentido podem de fato esgotar. Acontecimento estranho, certamente: de início, já que é ligado, por um lado, a um gesto de escrita ou à articulação de uma palavra, mas que, por outro, abre para si mesmo uma existência permanente no campo de uma memória, na materialidade dos manuscritos, dos livros ou de não importa que forma de registro; a seguir, já que é único como qualquer acontecimento, ele é oferecido à repetição, à transformação, à reativação; finalmente, porque ele é ligado simultaneamente a situações que o provocam e a conseqüências que ele incita, mas é ligado ao mesmo tempo, e de acordo com uma modalidade completamente diferente, a enunciados que o precedem e que o sucedem.

Essa postura analítica a partir do enunciado não nos distancia da posição assumida pelos historiadores da chamada “Nova História”, da qual se aproxima Michel Foucault que é o suporte teórico deste trabalho. O termo “nova história” é bem conhecido na França, como destaca Burke (1992). A nova história foi desenvolvida pela chamada *École des Annales*, que divulgava suas idéias na revista *Annales: économies, sociétés, civilizations*. Não é fácil definir o que é a nova história. Por isso, explicá-la apontando o

²² No próximo capítulo, explicaremos a noção de enunciado em Foucault.

que a diferencia da história tradicional, pode ser uma boa maneira para entendê-la. Torna-se necessário ressaltar que a nova história se opõe ao modelo tradicional de história. Para diferenciar essas duas correntes, Burke (op. cit.) aponta alguns pontos de contraste entre elas. Expor a relação entre a nova história e a história tradicional, pode ser útil para nos familiarizarmos com a noção de história que pratica Foucault (2005).

Segundo Burke (1992), o modelo tradicional vê a história fundamentalmente como política. Nesse sentido, a política se liga intrinsecamente ao Estado, o que mais interessa é a política nacional e internacional em detrimento da regional. Vista como essencialmente política, a história tradicional deixa à margem outros tipos de história, por exemplo, história da arte ou história da ciência.

Em contrapartida, a nova história trouxe para o terreno da história toda a atividade humana. Isso implica um tipo de pensamento que vê tudo dotado de uma história. Esse modo de abordar a história ganhou força a partir da ascensão da história das idéias na primeira metade do século XX, assim observa Burke (op. cit.). A história das idéias tratou de tópicos que haviam sido deixados de lado: a infância, a morte, a loucura, o clima, os odores, a sujeira e a limpeza, os gestos, o corpo, a feminilidade, a leitura, a fala e até mesmo o silêncio. Dentro da nova perspectiva de história, Burke (op. cit.) ressaltava que a diferença fundamental é que o que era visto como imutável passa a ser visto como uma construção cultural, à mercê de variações espaço-temporal.

A história tradicional trata a história potencialmente como narrativa dos acontecimentos, por outro lado a nova história se ocupa, conforme Gregolin (2004, p. 22), de várias problematizações:

- a) ...o difícil problema metodológico da periodização escandida por revoluções;
- b) cada periodização recorta na história um certo nível de acontecimentos e, opostamente, cada estrato de acontecimentos exige sua própria periodização. Chega-se, assim, à metodologia complexa da descontinuidade;
- c) apagou-se a velha oposição entre as ciências humanas (que estudam o sincrônico e o não evolutivo) e a História (que analisa a dimensão da grande mudança incessante).
- d) introduzem-se, na análise histórica, tipos de relação e modos de ligação muito mais complexos do que a velha e universal relação de causalidade.

Para a história tradicional, o que importa são os feitos dos grandes homens, estadistas, generais ou ocasionalmente eclesiásticos. Nesse tipo de visão, todas as outras

práticas da humanidade ficam à margem. Ao contrário, a nova história traz à cena a história da cultura popular. Presenciamos um movimento inverso ao da história tradicional que se baseia nos documentos, pois a nova história aponta que os documentos oficiais estão investidos do ponto de vista oficial. Esta enfatiza a necessidade de se buscar mais indícios do fato que se quer explicar em outros tipos de fonte, apresentando, assim, a insuficiência dos registros oficiais.

Outra crítica à história tradicional é o fato de ser dada como objetiva. O olhar do historiador propiciaria aos leitores uma visão dos fatos como eles realmente aconteceram. Em contrapartida a essa visão, a nova história propõe o relativismo cultural, que deve ser aplicado à escrita e também aos objetos. Para Burke (op. cit.), tal relativismo implica que o pensamento não é espelho da realidade, mas se organiza a partir da estrutura de convenções, esquemas e estereótipos, um cruzamento que se modifica de uma cultura para outra.

Já Foucault (2005) critica a postura de análise da história que apaga a prática humana para privilegiar apenas a estrutura. Essa história, que privilegia a estrutura, recebe a crítica negativa de Foucault, principalmente porque privilegia o lógico em detrimento do causal. Esse estudioso toma como exemplo a postura de Lévi-Strauss ao analisar um mito. Este antropólogo não se preocupa em saber de onde vem o mito, por que ele nasceu, o modo como foi transmitido, os motivos que levaram uma população a fazer uso desse mito ou a transformação desse mito por outra população. Estava na preocupação de Lévi-Strauss: “estabelecer relações lógicas entre os diferentes elementos desse mito e, no espaço dessa lógica, é possível determinações temporais e causais” (FOUCAULT, op. cit., p. 285). Na concepção de Foucault (op. cit.), há nesse tipo de abordagem uma falha em relação à história. Para se distanciar de uma posição que se centra na estrutura, Foucault abre para o estruturalismo uma perspectiva histórica²³, aproxima-se da nova história que dá novo sentido à noção de acontecimento e percebe entre seus contemporâneos a opção pela história dita serial, que põe no centro de suas preocupações acontecimentos e conjuntos de acontecimentos.

Foucault (op. cit.) diz que a história serial não se preocupa com objetos cristalizados como o Estado ou a Igreja, constituídos *a priori*. Ela deixa de lado a

²³ (DOSSE, 2001, p. 195).

“categorização prévia em períodos, épocas, nações, continentes, formas de cultura...” (FOUCAULT, op. cit., 290). Assim, opera-se uma recusa a estudos do tipo o Brasil ou a América do Sul durante a escravidão.

A história serial ocupa-se dos documentos para estabelecer relações entre eles. Segundo Foucault (op. cit.), essa postura em relação à história evita que o historiador analise os documentos para fazer aparecer a realidade social ou a espiritualidade que estaria por trás. Ao praticar-se história serial, busca-se manusear uma série de documentos homogêneos, tendo relação com um objeto específico e um momento determinado, “e são as relações internas ou externas desse *corpus* de documentos que constituem o resultado do trabalho do historiador” (FOUCAULT, op. cit., 291). Com esta prática, é possível fazer aparecer acontecimentos que, na história tradicional, por exemplo, não viriam à tona. Foucault (op. cit.) marca bem a diferença ao dizer que, na história tradicional, os acontecimentos são tomados como conhecidos, visíveis, identificáveis direta ou indiretamente, a preocupação é encontrar a causa e o sentido. Tanto a causa quanto o sentido estão ocultos. No terreno da história tradicional, o acontecimento é encarado como visível, mesmo que não tenha documentos para atestar sua existência inquestionável. Por outro lado, a história serial, conforme Foucault (op. cit, p. 291), possibilita que diferentes estudos de acontecimentos venham à tona, entre estes alguns são visíveis, até mesmo conhecidos pelos contemporâneos, “e em seguida, debaixo desses acontecimentos que são de qualquer forma a espuma da história, há outros acontecimentos invisíveis, imperceptíveis para os contemporâneos, e que são de um tipo completamente diferente”.

Em certo sentido, Foucault (op. cit) mostra que a relação com o acontecimento deve apresentar algo que não é visível aos contemporâneos. Isso, para ele, é o que pode ser visto como rupturas decisivas. Nesse sentido, ele dá como exemplo a inversão de uma tendência, o ponto a partir do qual uma curva econômica que tinha sido crescente torna-se estável ou entra em declínio. Trata-se de perceber que esse ponto pode representar muito na história de uma cidade, de um país, até mesmo de uma civilização. Entretanto, tal ponto, às vezes, escapa às pessoas que lhe são contemporâneas, conforme observa Foucault (op. cit.). Deve-se buscar o estrato escondido de acontecimentos difusos. Para isso, a história serial é bastante eficaz, pois ela possibilita os estratos de acontecimentos se multiplicarem, dando mais indícios para explicar o que possa ter

acontecido. Isso resulta em multiplicações das descontinuidades. Para contrapor, Foucault (op. cit.) dá como exemplo a história tradicional que aponta as descontinuidades nos acontecimentos, ao se referir à descoberta da América ou à queda de Constantinopla. De certo modo, esses acontecimentos relacionam-se às descontinuidades, porém, segundo Foucault (op. cit.), outro tipo de acontecimento como a grande inversão da tendência econômica, que ocorreu no crescimento na Europa do século XVI, que se tornou estável e começou a regredir ao longo do século XVII, faz emergir outro tipo de descontinuidade que não é contígua da primeira. Observando essa análise de Foucault, podemos entender que a concepção de história, que defende, difere da grande continuidade sob uma descontinuidade aparente, mostra-nos, ao contrário, a co-existência de descontinuidades que se sobrepõem. A história, vista assim, é constituída internamente de durações diferentes, conforme observa Foucault (op. cit.). Isso resulta em ver a história como uma multiplicidade de tempos que se entrecruzam e que se misturam uns nos outros. Ao adotar essa postura frente à história, Foucault (op. cit.) se opõe aos estruturalistas que são adeptos da grande duração que envolvia, em uma só atividade, todos os fenômenos humanos. Não se trata de ver a história guiada por uma espécie de evolução biológica que abarcaria todos os fenômenos e todos os acontecimentos, mas de observá-la como durações múltiplas, constituídas cada uma por um certo tipo de acontecimentos.

A proximidade de Foucault com o pensamento da nova história pode ser constatada pelos temas que aparecem em seus trabalhos: loucura, sistema prisional, sexualidade, entre outros. Esses temas são abordados por meio da história serial. Tal tipo de história sustenta-se, conforme Foucault (2004), em quatro princípios: o primeiro, da inversão, rejeita que o discurso remeta a uma fonte como a do autor, da disciplina, da vontade de verdade; o segundo, da descontinuidade, nega que o discurso seja visto como um não-dito ou como um impensado que se deve articular ou pensar por meio de um entrelaçamento de todas as suas formas e acontecimentos. Ao contrário, o discurso deve ser visto como práticas descontínuas, “que se cruzam por vezes, mas também se ignoram ou se excluem” (FOUCAULT, op. cit., p. 52-53); terceiro, da especificidade, não trata o discurso como significações prévias, pois o mundo não é conivente com nosso conhecimento. “Deve-se conceber o discurso como uma violência que fazemos às coisas, como uma prática que lhes impomos em todo caso; e é nesta prática que os acontecimentos do

discurso encontram o princípio de sua regularidade” (FOUCAULT, op. cit., p. 53); por último, da exterioridade, rejeita que se passe para a interioridade do discurso, buscando uma significação que se manifesta nele. Por outro lado, toma o discurso em sua aparição e regularidade, visando suas condições externas de possibilidade. A finalidade, conforme já dissemos, é se perguntar: por que este discurso e não outro em seu lugar? Foucault (2004) elege quatro noções para sua análise. Elas se opõem às noções que sustentaram a história tradicional. São elas: o acontecimento oposto à criação, a série oposta à unidade, a regularidade oposta à originalidade e a condição de possibilidade oposta à significação.

Na esteira de Foucault (op. cit.), elegemos os acontecimentos para explicar discursos que são formulados como verdade sobre a política nas capas da revista *Veja*. Selecionando essas capas, não tratamos da política nos documentos oficiais. Além disso, o nosso *corpus* é pensado a partir da noção de série descrita acima, pois analisamos a série de cinco capas da revista que circulou no mês de outubro de 2002. Agindo assim, não nos distanciamos da relação estreita entre o jornalista e o historiador, analista do discurso. Essa relação é descrita por Steinberger (2005, p. 221) que afirma que

A História é uma das fontes de informação para o jornalista, e a informação jornalística é uma fonte para o historiador. Nos dois casos, há a percepção de uma filtragem, através de métodos e técnicas diferentes e com justificação teórica também diferente. Essas chaves cognitivas ou arquivos de informação, convencionalmente associados a determinados usos/práticas de ordens sociais/institucionais, constituem uma espécie de museus discursivos, repositórios de trocas passadas das quais se preservou a forma desvestida do movimento dinâmico da enunciação. A informação é expressa linguisticamente através de enunciados, que são usos de frases em circunstâncias particularizadas de discursos...

Nesse sentido, a autora acrescenta que a matéria jornalística faz uso dos discursos da História para constituir os fatos cotidianos e produzir recepções culturais compatíveis com os sistemas de distribuição de poder vigentes na sociedade. Assim, ela vê Jornalismo e História como complementares um do outro, constatando que a matéria jornalística se torna documento histórico. Nessa relação, os discursos jornalísticos, conforme Steinberger (op. cit.), exercem, paradoxalmente, o poder de subverter cronologias e subtrair fatos históricos de seus contextos em alguns casos, fazendo-os entrar “em cena” estranha ao momento histórico a que pertencem para servir ao noticiário, ganhando *status* de jornalismo atual. Se o jornalista pratica essa subversão dos fatos para produzir o presente, o historiador faz uso das matérias jornalísticas para tentar constituir o cotidiano de

uma determinada sociedade. Não podemos deixar de fazer uma breve ressalva, o que nos leva a contrariar, talvez, as idéias acima. Ao falarmos do papel do historiador, não pretendemos de forma alguma assumir esta posição; pelo contrário, tentamos fazer análise do discurso de uma história do presente, mas ocupando a posição de analista do discurso, o que não nos impede de nos aproximarmos dos historiadores ao elegermos fatos cotidianos para explicar o discurso político que nos constitui, mas pretendemos permanecer no terreno da Linguística.

Se o cotidiano passa a ser de interesse dos historiadores, então aquilo que o retrata também entra como material para sua descrição. No tocante à cultura, Burke (2005, p. 43) diz que essa “palavra passou a se referir a uma ampla gama de artefatos (imagens, ferramentas, casas e assim por diante) e práticas (conversar, ler, jogar)”. Esses artefatos e práticas podem explicar muito sobre o cotidiano de uma sociedade. De certo modo, os meios de comunicação são mediadores da cultura de um determinado momento, pois reproduzem de várias formas esses artefatos e essas práticas. Tornam-se, portanto, materiais para uma análise da cultura de determinado meio social, pois a cultura não é adicional aos meios de comunicação, mas seu componente inerente. Uma investigação de um determinado veículo de mídia, por exemplo, pode revelar fatores que preliminarmente não foram observados. Podemos chegar a esses fatores se entendermos o que nos diz Veyne (1998, p. 252) sobre Foucault, que este não fala de um discurso misterioso, mas daquele que temos ouvido, “ele nos convida a observar, com exatidão, o que assim é dito”. Nesse sentido, é necessário percebermos a zona do que é dito para fazermos aparecer preconceitos, reticências, saliências e reentrâncias, que surgem no discurso dos locutores, mas escapam às suas consciências. A mídia proporciona o compartilhamento do significado dos símbolos com os indivíduos que ocupam o espaço social, dando a eles a oportunidade de organizar o pensamento conforme as estruturas simbólicas públicas. De fato, o cotidiano é tecido também por meio do *mass media*, que apresenta indícios do passado para construir o presente e também constrói o presente de acordo com o que lhe é conveniente. Pode-se assinalar que esse presente não é exposto em sua totalidade, mas em fragmentos que podem ser acessados. Ou seja, o discurso da mídia constrói o presente por meio do que realmente é dito.

Apoiamo-nos nessa linha de pensamento para justificar que uma revista pode ser tomada para explicar as práticas cotidianas de uma determinada sociedade. Sua participação na história e na cultura de um país, conforme já dissemos e voltamos a reiterar, pode ajudar a compreender os hábitos, as modas, as personagens de cada momento, os assuntos que mobilizaram grupos de pessoas. Portanto, uma revista produz uma história do presente para seu leitor. Não se pode esquecer que, conforme Steinberger (2005), um acontecimento vivenciado ao ser relatado nos meios de comunicação é exíguo e superficial. Nesse sentido, a notícia é uma forma resumida da experiência. Para essa autora, a contradição em um jornal, por exemplo, pode ser grande, pois dedicam-se 35 páginas a um assunto de um só dia ou duas linhas a dez anos. Assim, o leitor terá sua compreensão do período prejudicada pela forma como foi apresentado, ou seja, vazio de eventos. Quando se trata de uma revista como a *Veja*, a relação com os acontecimentos não é diferente da praticada nos jornais, pois nela a história do presente aparece em forma de indícios sobre nossa política e a instância discursiva em suas capas, como acontecimento discursivo relativo à política, ao ser analisada, pode revelar os discursos formulados como verdade produzida pela revista sobre as práticas políticas em nosso presente. Sendo assim, propomo-nos fazer uma análise do discurso político da revista, pensando em fazer aparecer, na esteira de Foucault (2005), nunca é demais reforçar, seus preconceitos, reticências, saliências e reentrâncias expostos aos seus leitores.

1.4 - A análise do discurso político da *Veja*

... é preciso considerar o discurso como uma série de acontecimentos políticos, através dos quais o poder é vinculado e orientado. (Michel Foucault, 2006b)

Ao selecionar os textos de Michel Foucault como base teórica para este trabalho, entramos na ordem arriscada de um discurso que provoca muita desconfiança, principalmente, quando se trata de fazer Análise de Discurso no terreno da Lingüística. Os esforços para que os conceitos elaborados por Foucault façam parte do quadro teórico da Análise de Discurso, têm gerado boa recepção por parte de alguns, mas inquietações em outros. O principal argumento dos que são contrários ao exercício de análise a partir de conceitos dos textos de Foucault, é que este não era lingüista e, por isso, seus escritos não podem servir de base teórica aos analistas de discurso que pretendem fazer análises no seio da Análise de Discurso Francesa a qual tem em Michel Pêcheux o seu arcabouço teórico. Para os que defendem o exercício de análise a partir dos textos de Foucault, a tarefa tem sido contornar esse argumento de que a não formação em Lingüística seja um obstáculo a reflexões a partir dos textos desse estudioso. Tal tarefa tem sido insistentemente desenvolvida pela pesquisadora Maria do Rosário Gregolin que deu visibilidade ao desconforto de uns e à simpatia de outros no seu livro “Foucault e Pêcheux na construção da análise do discurso: diálogos e duelos”²⁴. Do ponto de vista dessa pesquisadora, não só alguns textos ou conceitos de Foucault devem figurar como suporte para análise dos discursos praticada pelos lingüistas - o que, para alguns, seria mais apropriado – mas também o quanto os escritos de Foucault são “frutíferos” para analisar discursos. Em seus textos, Foucault abordou vários temas. Ele não trabalhou especificamente uma teoria do discurso, mas seus conceitos e seus textos sobre vários temas podem fornecer elementos

²⁴ Ver GREGOLIN, Maria do Rosário. *Foucault e Pêcheux na construção da análise do discurso: diálogos e duelos*. São Carlos: ClaraLuz, 2004. Não entraremos nesta discussão, fazemos referência a ela para ficar claro que estamos cientes da relação um tanto conflituosa.

para uma análise do discurso. Trata-se de perceber que o pensamento de Foucault se dispersou em várias direções, conforme expõe Gregolin (2004, p. 19), já que

buscou compreender a transformação histórica dos saberes que possibilitaram o surgimento das “ciências humanas” (o homem enquanto sujeito e objeto do saber) na sua fase chamada de “arqueológica”; tentou compreender as articulações entre os saberes e os poderes, na fase denominada de “genealógica”; investigou a construção histórica das subjetividades, em uma “ética e estética da existência”.

Para Gregolin (op. cit.), as temáticas acima, no pensamento de Foucault, estão ligadas a uma reflexão sobre os discursos e pressupõem que as coisas não existem *a priori*, mas a partir das práticas discursivas. Estas são responsáveis pela constituição e pela determinação dos objetos. Nesse sentido, a reflexão de Foucault se volta para as transformações históricas as quais envolvem o fazer e o dizer na sociedade ocidental, “práticas discursivas que provocam fraturas, brechas e rearranjos nas configurações do saber-poder”, é aí que se edificam as suas problematizações (GREGOLIN, 2004, p. 20). Cientes das três fases que envolveram as problemáticas de Foucault, a “arqueológica”, a “genealógica” e a “ética”, não pretendemos fazer uma separação minuciosa entre elas em nosso trabalho, uma vez que tentar uma análise de textos a partir dos escritos desse estudioso requer um constante ir e vir porque não há linearidade em seu pensamento, mas tomaremos o cuidado de não “congelar” suas idéias. Assim, tentamos entrelaçar os conceitos dispersos pelos textos de Foucault para conseguirmos um conjunto que possa nos auxiliar na análise que propomos. Ao agir assim, sabemos que nosso olhar sobre o trabalho desse pensador se processará de maneira especulativa porque lemos seus textos com um olhar de pesquisadores da linguagem.

Lugar de visibilidade pública da política, a *Veja*, entre outras revistas, torna-se lugar do enunciado político, pois, conforme Arendt (2004, p. 23), o homem se torna político pela relação no intra-espço. Assim, a política é algo que acontece no “*entre-os-homens*”. Em certo sentido, o enunciado, visível na revista, é o mediador dessa relação entre homens, sujeitos, e a *Veja*, “lugar” de subjetivação desses sujeitos. Assim, o enunciado político da revista é um “olhar controle” sobre os leitores, na medida em que constrói uma realidade política, ao mesmo tempo, que a impõe como modo de subjetivação. O olhar da revista é um entre múltiplos e interligados olhares que constituem os indivíduos

que entram em contato com o seu discurso. Para Arendt (op. cit.), o homem é a-político, pois nele não há algo político que seja intrínseco à sua essência. Essa idéia nos permite propor que a subjetivação do sujeito político, entre outros, se dá por meio da linguagem, forma de controle, que constitui os leitores da *Veja*. Trata-se, de certo modo, de relações entre indivíduos as quais se dão na/pela linguagem. Ao dizer isso, aproximamo-nos da idéia de “poder” formulada por Foucault (1995), essa idéia põe em jogo relações entre indivíduos ou entre grupos. Para esse autor, o poder das leis, das instituições ou das ideologias, de estruturas ou de mecanismos de poder, supõe que “‘alguns’ exercem um poder sobre os outros” (FOUCAULT, 1995, p. 240). O “poder”, a partir dessa noção, sugere relações entre “parceiros”, mas as ações dos parceiros provocam reações umas às outras.

Quando falamos que as relações entre indivíduos se dão na/pela linguagem, não se trata de reduzir essas relações a simples transmissões de informação por meio de uma língua. Nem muitos menos propor a comunicação como forma de agir sobre os outros. Mas, conforme Foucault (op. cit.), mostrar que a formulação e a circulação de elementos significantes, como os que estão nas capas da *Veja*, têm por finalidade ou conseqüências efeitos de poder. Para Foucault (op. cit.), as relações de poder têm sua especificidade que independe de passar ou não por sistemas de comunicação. No entanto, podem ser analisadas também nos meios de comunicação, se for observado que as relações de poder são independentes deles, porém podem aparecer neles. Isso fica um pouco mais claro na explicação do próprio Foucault (op. cit., p. 240-241)

“Relações de poder”, “relações de comunicação”, “capacidades objetivas” não devem, então, ser confundidas. O que não significa que se trata de três domínios separados; e que haveria, de um lado, o domínio das coisas, da técnica finalizada, do trabalho e da transformação do real; e, do outro, o dos signos, da comunicação, da reciprocidade e da fabricação do sentido; enfim, o da dominação dos meios de coação, de desigualdade e de ação dos homens sobre os homens. Trata-se de três tipos de relação que, de fato, estão sempre imbricados uns nos outros, apoiando-se reciprocamente e servindo-se mutuamente de instrumento.

Nesse sentido, as relações de poder se exercem por meio da produção e da troca de signos, mas também através de técnicas de adestramento, procedimentos de dominação, maneiras de obter obediência e por meio da divisão do trabalho e na hierarquia das tarefas. Como produção e troca de signos, pode-se, assim, muito bem analisar as relações de poder nas capas da *Veja*, conforme propomos para o nosso trabalho. Em Foucault (op. cit.), as relações de comunicação são resultado da aplicação da capacidade

objetiva que é exercida sobre as coisas e que possibilita a capacidade de modificá-las, utilizá-las, consumi-las ou destruí-las – o que concebe um poder como fruto das operações inscritas no corpo ou realizadas por dispositivos instrumentais. Conforme já dissemos, o poder para Foucault, por outro lado, se inscreve em relações entre indivíduos ou entre grupos. Mas, como ele mesmo disse, relações de poder, relações de comunicação e capacidades objetivas, estão entrelaçadas. Pode-se, conforme Foucault (op. cit.), ver nas atividades finalizadas, algo como a reprodução dos dizeres e as práticas que esses dizeres suscitam nos leitores da *Veja*, como consequência das relações de comunicação entre revista e leitores. Tais relações de comunicação produzem efeitos de poder pelo fato de causarem modificação no campo de informação dos parceiros, por exemplo, os dizeres presentes na revista *Veja* sobre a campanha eleitoral induzem efeitos de poder ao trazerem informações que influenciaram as decisões dos leitores. Assim, as relações de poder são exercidas pela produção e trocas de signos, mas indissociáveis das atividades finalizadas, que se distribuem, como mostra Foucault (op.cit.), entre técnicas de adestramento, os procedimentos de dominação, as maneiras de obter obediência e se desdobram também por meio da divisão do trabalho e na hierarquia das tarefas. Trata-se de perceber que os procedimentos de dominação podem se apresentar de muitas maneiras, entre elas a sedução por meio dos signos ou pela hierarquia das tarefas, que reparte os papéis entre a *Veja*, que informa por meio de uma linguagem, e o leitor, que é informado por essa linguagem. Ainda, a restrição que o crivo editorial da revista faz àqueles que apresentam um discurso contrário ao dela, pode ser vista como uma maneira de obter obediência dos leitores. De certa forma, ao interditar o discurso do leitor, a revista espera “adestrá-lo” para fazê-lo usar a “correta” operação dos elementos significantes²⁵.

O discurso político da revista se constitui como um poder exercido no sentido de “conduzir condutas” e, de certa forma, organizar as possibilidades a serem realizadas. Ao exercer o poder, a *Veja* não está apenas mantendo uma relação de “parceria” com seus leitores, mas agindo sobre eles. Foucault (1995, p. 244) discute esse poder como algo que não está na relação direta entre dois adversários, mas que se trata, precipuamente, do “governo” dos outros. Seu sentido está diretamente ligado a uma forma de conduzir os indivíduos ou os grupos, pois seu exercício é direcionado a agir sobre probabilidades de

²⁵ Fazemos um deslocamento perigoso do significado de adestramento em Foucault.

ação dos outros indivíduos. Assim, o governo dos outros é a estruturação ocasional do espaço de ação dos outros, pois sujeitos individuais ou coletivo distribuem-se em um espaço onde possibilidades de condutas, reações e modos de comportamentos podem se realizar. Trata-se, então, de ver o poder não como algo global, maciço ou em estado difuso, concentrado ou distribuído, mas como exercício de “uns” sobre os “outros”. Ele se concretiza em ato, ainda que “se inscreva num campo de possibilidade esparso que se apóia sobre estruturas permanentes” (FOUCAULT, 1995, p. 242). Nesse sentido, quando se exerce o poder, como a *Veja* faz, não se tem um consentimento por parte do leitor, por exemplo, nem mesmo renúncia de uma liberdade e nem muito menos transferência de direito. O poder não é algo que uns possuem em detrimento de outros e não tem como condição o consentimento para que seja exercido; ao contrário, “a relação de poder pode ser o efeito de um consentimento anterior e permanente; ela não é, em sua própria natureza, a manifestação de um consenso” (FOUCAULT, 1995, p. 243). Portanto, pode-se pensar que o poder exercido pela revista não está na relação direta com o leitor, pois este não participa de nenhum consenso para que a revista exerça o poder; pelo contrário, o poder exercido pela revista é imposto por meio do saber formulado para modificar o campo de informações do leitor.

O poder do qual fala Foucault (op. cit.) não pode ser associado ao uso da violência com supremacia sobre a aquisição dos consentimentos, visto que ao se exercer o poder um ou outro estará necessariamente presente ou os dois ao mesmo tempo. Trata-se de perceber que

Ele não é em si mesmo uma violência que, às vezes, se esconderia, ou um consentimento que, implicitamente, se reconduziria. Ele é um conjunto de ações possíveis; ele opera sobre o campo de possibilidade onde se inscreve o comportamento dos sujeitos ativos; ele incita, induz, desvia, facilita ou torna mais difícil, amplia ou limita, torna mais ou menos provável; no limite, ele coage ou impede absolutamente, mas é sempre uma maneira de agir sobre um ou vários sujeitos ativos, e o quanto eles agem ou são suscetíveis de agir. Uma ação sobre ações.

A relação de poder do “governo dos outros” se dá por meio da existência de uma liberdade, dos sujeitos individuais ou coletivos, que podem se deslocar, e, em certa medida, livrar-se desse poder. Nesse sentido, a liberdade é a condição de existência do poder, e automaticamente também é sua precondição, pois ela é essencial para que o poder

se exerça, sendo também seu suporte, pois, se a liberdade se furtasse completamente ao poder que sobre ela se exerce, deixaria de ser praticada, dando lugar à coerção pura e simples da violência. A forma de existência da liberdade, “atualmente”, se liga ao exercício do poder que a determina completamente (Foucault, op. cit.). Portanto, produzir discursos no sentido de definir as práticas sociais em que estão explícitas noções de liberdade, é a expressão do poder com seu mais temível efeito. Em que outro campo essa noção de liberdade como escolha se dá tão claramente, senão no campo da política? A democracia é a noção explícita de liberdade de escolha. Porém, essa liberdade não é exercida sem um poder que a governa, no sentido de determinar as possibilidades de sua prática. Aí entra o discurso político da revista *Veja* como forma de agir sobre as ações dos outros indivíduos que vão exercer seu papel democrático.

Tratamos do discurso político da *Veja* como forma de exercer o “governo” dos leitores/eleitores, na medida em que busca agir sobre suas ações estrategicamente. Tomamos, para nossa investigação, o acontecimento discursivo relativo à política que se inscreve na revista, que constitui sua estratégia de governo. O nosso papel é “antiestratégico” (FOUCAULT, 2006, p. 81)., na medida em que visa descrever o acontecimento discursivo para fazer esse poder aparecer, pois “...é sempre perigoso o poder que um homem exerce sobre outro” (Foucault, 2006a, p. 80). Não se trata, porém, de um poder negativo que conjectura, de um lado, a figura de um superior em autoridade e poder cuja função é a de interditar e, do outro lado, um sujeito que, de certo modo, está sempre pronto a aceitá-lo plenamente. Conforme Foucault (2006b, p. 248), trata-se de um poder coextensivo ao corpo social, que não deixa brechas para o exercício de liberdades elementares. Esse poder se constitui em relações que, por sua vez, “são intrincadas em outros tipos de relações (de produção, de aliança, de família, de sexualidade) em que desempenham um papel ao mesmo tempo condicionante e condicionado”. Essas relações de poder não se reduzem à interdição e ao castigo, mas se distribuem em formas múltiplas. Pelo fato das relações de poder se entrecruzarem, demarcam os contornos de acontecimentos gerais de dominação. Tal dominação se ordena em forma de estratégia em que há uma coerência e uma unidade, possibilitando que os procedimentos dispersos, heteromorfos e locais de poder sofram readaptações, intensificações, transfigurações por essas estratégias globais de poder. No entanto, essa dominação não se divide em dois pólos:

de um lado, dominantes e, de outro, dominados. Ela é permeada de inércia, de intervalos, de resistências, se configura como “uma produção multiforme de relações de dominação, que são parcialmente integráveis a estratégias de conjunto” (FOUCAULT, 2006, p. 249). Disso decorre que as relações de poder não surgem como designação de um interesse econômico que estaria na base; mas, elas são tornadas úteis em estratégias. Foucault (op. cit., p. 49) diz que

não há relações de poder sem resistências; que estas são tão mais reais e eficazes quanto mais se formem ali mesmo onde se exercem as relações de poder; a resistência ao poder não tem que vir de fora para ser real, mas ela não é pega na armadilha porque ela é a compatriota do poder. Ela existe tanto mais quanto ela esteja ali onde está o poder; ela é, portanto, como ele, múltipla e integrável a estratégias globais.

A noção de poder de Foucault nos permite ver que através do discurso da *Veja* opera um poder, pois o próprio discurso da revista é um componente em um dispositivo estratégico de relações de poder. Em nossa sociedade, esse dispositivo é um controle que pode ser exercido por meio do discurso-espetáculo, mas não somente por ele, pois, conforme já demonstramos, a disciplina convive com o espetáculo que presenciamos principalmente na mídia. Trata-se, nesse caso, de tomar o discurso como acontecimentos políticos, “através dos quais o poder é vinculado e orientado” (FOUCAULT, 2006b, p. 254), para fazer aparecer não somente o *efeito de sentido*, mas para mostrar o mecanismo de funcionamento do poder exercido pela revista. Assim, o sentido do discurso não está em primeiro plano, mas o fato de que há uma função por trás do que foi dito pela *Veja* naquele momento. O que se pode denominar de acontecimento discursivo.

A definição de Foucault (1979) do termo dispositivo pode nos ser útil no sentido de situarmos a *Veja* nos mecanismos do poder. Em sua concepção, a noção de dispositivo pode ser compreendida como conjunto heterogêneo que reúne “discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas” (FOUCAULT, 1979, p. 244). Trata-se de um mecanismo que se compõem do dito e do não dito como seus elementos. Tais elementos possibilitam que um discurso exista como projeto de uma instituição ou, em outro sentido, se coloque como instrumento para dar a razão e dissimular uma prática que se conserva silenciosa e, também, permite a reinterpretação dessa prática, investindo-a de uma racionalidade inovadora. Foucault (op.

cit.) explica que dispositivo é uma formação identificada a um momento histórico em que a função essencial é responsabilizar-se por algo que surja como iminente nesse momento. Disso resulta que o dispositivo se expressa como uma função estratégica dominante, conforme Foucault (1979). Este estudioso (op. cit.) explica que o dispositivo pode ser entendido nas sociedades disciplinares como formações estratégicas de relações de forças no conjunto heterogêneo, citado acima, que produzem saberes que as reforçam e possibilitam que as técnicas disciplinares se realizem. Ele dá como exemplo uma população flutuante que perturbava uma economia mercantilista e, por isso, havia a necessidade de absorvê-la. A partir dessa necessidade, configurou-se uma estratégia que gerou um dispositivo, que gradativamente foi formando o dispositivo de controle-dominação da loucura, da doença mental, da neurose.

O dispositivo nas sociedades disciplinares é controle-dominação ligado a um momento particular em que havia a necessidade de recolher uma população flutuante. Em nossa sociedade, não há mais a necessidade do confinamento das sociedades disciplinares, mas a exigência de um controle contínuo e comunicação instantânea. Por isso, as formações estratégicas de relações de força, neste momento, produzem saber espetacular que é um mecanismo de controle em nossa sociedade. Esse saber espetacular é produzido principalmente na mídia. Ao propor analisar esse saber espetacular, estamos, conforme Foucault (1995), selecionando uma instituição para analisar a relação de poder que produz tal saber. Pois, segundo Foucault (op. cit.), deve-se analisar as instituições a partir das relações de poder, e não num movimento inverso. Trata-se de perceber que as relações de poder são coordenadas a partir de um mecanismo que deve ser investigado *a priori*, ou seja, na sua formação histórica, posto que “elas se incorporem e se cristalizem numa instituição, deve ser buscado aquém” (FOUCAULT, 1995, p. 245). Retomando o que disse Foucault (op. cit.), uma relação de poder é um modo de ação sobre ações; portanto, se enraíza no nexos social, o que deixa de lado uma luta no sentido de destruir uma estrutura suplementar que está acima da sociedade. Assim, uma convivência social no nível elementar não se concretiza sem a ação de uns sobre os outros. Sem esse tipo de convivência, uma sociedade só poderia ser pensada como uma abstração. Para não cair em tal abstração, Foucault (op. cit.) propõe que, como atitude política, sua preocupação consiste em analisar aquilo que as relações de poder são numa determinada sociedade, sua formação histórica, aquilo que as

faz sólidas ou frágeis, as condições imprescindíveis para transformar umas e abolir as outras. Foucault (op. cit.), entre outros, enumera alguns pontos que constituem as relações de poder. Entre eles, nos interessa no sistema das diferenciações que possibilitam agir sobre a ação dos outros: diferenças lingüísticas ou culturais; diferenças na habilidade e nas competências. Complementares a esses, no tipo de objetivos que perseguem aqueles que influenciam a ação dos outros: manutenção de privilégios e acúmulo de lucros. Ainda outro, nas modalidades instrumentais: os efeitos da palavra. Além desses, nas formas de institucionalização, que podem misturar dispositivos tradicionais: estruturas jurídicas, fenômenos de hábito ou de moda (algo próprio da mídia). Por último, nos graus de racionalização:

o funcionamento das relações de poder como ação sobre um campo de possibilidade pode ser mais ou menos elaborado em função da eficácia dos instrumentos e da certeza do resultado (maior ou menor refinamento tecnológico no exercício do poder) ou, ainda, em função do custo eventual (seja do “custo” econômico dos meios utilizados, ou do custo em termos de reação constituído pelas resistências encontradas) (FOUCAULT, 1995, p. 246-247).

Trata-se, conforme Foucault (op. cit.), de perceber que o exercício do poder passa pelos cinco pontos abordados acima dos quais destacamos: o sistema das diferenciações, o tipo de objetivos, as modalidades instrumentais, as formas de institucionalização e os graus de racionalização. Tudo isso possibilita que o poder seja algo que se elabora, se transforma, se organiza, se dota de procedimentos mais ou menos ajustados. Portanto, o poder não pode ser visto como algo global, que, para ser apreendido, necessitaria de uma análise de todas as instituições que estivessem compreendidas no campo da política para se saber qual o tipo de poder domina uma determinada sociedade. Pelo contrário, para se chegar aos mecanismos do poder é necessário fazer o movimento inverso porque “as formas e os lugares de ‘governo’ dos homens uns pelos outros são múltiplos numa sociedade; superpõem-se, entrecruzam-se, limitam-se e anulam-se, em certos casos, e reforçam-se em outros”. Nesse sentido, o poder está disperso pelo meio social e investe nas instituições para coordenar a ação de uns sobre outros, dando contornos microfísicos ao exercício do poder, o que pode ser entendido nas análises das relações de poder feitas por Foucault na ordem pedagógica, judiciária, econômica, familiar. Assim, o poder deixa de ser visto como algo que pode ser possuído ao se tomar o controle do Estado, mesmo que este não tenha deixado de ser nas sociedades contemporâneas uma das formas

ou um dos lugares mais importantes de exercício do poder, também há outros tipos de relações de poder que fazem referência a ele a partir de instituições que o mantêm: a escola, o hospital, a prisão, além de outros, assim explica Foucault (1995). Por essa ótica, a mídia pode ser entendida como uma instituição em que relações de poder fazem referência, entre outros, ao Estado e, em certo sentido, exerce influência sobre as ações dos outros acerca da política. Os meios de comunicação que compõem a mídia podem ser vistos como mecanismos que possibilitam o exercício do poder sobre os indivíduos. Nesse sentido, a revista *Veja* é uma instituição que produz enunciados espetaculares que servem ao controle dos indivíduos. Isso se realiza, retomando o que já dissemos, por meio de seu discurso que é um componente do dispositivo estratégico de controle-espetacular. O espetáculo é uma técnica de poder que investe na revista, mas não somente nela. Conforme demonstramos, a televisão também é lugar do espetáculo e também dissemos, não é demais lembrar, que há uma mídia alternativa que resiste a reproduzir o espetáculo em suas práticas de comunicação. Baseando-nos no que disse Foucault (op. cit.), o poder não toma a mesma forma em todas as instituições; por isso, ao analisar a revista *Veja*, não corremos o risco de fazer generalizações. Frente à estratégia de controle-espetacular, nos colocamos com outra estratégia que pode ser vista como um componente de outro tipo de dispositivo que visa ser anticontrole-espetacular.

Para Foucault (op. cit, p. 247), o termo estratégia pode ser empregado em três sentidos. Primeiro, consiste em designar a escolha dos métodos empregados para atingir um determinado fim, ou seja, racionalidade para se chegar a um objetivo. Segundo, definir como um parceiro numa situação de relações age determinado a partir do que ele imagina ser a ação dos outros e também a partir do que ele imagina que os outros imaginarão ser a dele, ou seja, trata-se do meio pelo qual buscamos obter vantagem sobre o outro. Por último, “para designar o conjunto dos procedimentos utilizados num confronto para privar o adversário dos seus meios de combate e reduzi-lo a renunciar à luta; trata-se, então, dos meios destinados a obter a vitória”. Essas significações da palavra estratégia fazem referência a guerra ou jogo, em que o objetivo é se sobressair a um adversário. Mas, Foucault propõe à palavra estratégia outros sentidos.

Trata-se, em certo caso, para Foucault (1995, p. 248), de acrescentar ao termo estratégia a palavra poder, o que daria a ela uma nova configuração, isto é,

“estratégia de poder”, então é possível dar-lhe nova significação, ou seja, “conjunto dos meios operados para fazer funcionar ou para manter um dispositivo de poder”. A essa nova configuração da palavra estratégia, podem ser acrescentados também modos de ação sobre a ação possível, eventual, suposta dos outros. Disso decorre que “estratégias” se referem aos mecanismos utilizados nas relações de poder. Mas, entre as estratégias e as relações de poder não se desenrola uma convivência pacífica, pois há entre elas estratégias que podem ser de confronto às relações de poder. Estas não existem sem uma resistência que as enfrente, que tente se esquivar e que tenha por objetivo se libertar. Assim, quebra-se uma estabilidade que poderia ser permanente da ação de uns sobre outros, dando lugar a uma situação de luta, de confronto, que por sua vez também cede lugar a uma estabilidade que resulta na condução de uns sobre os outros. Enfim, o poder tenta se impor onde há resistência, mas esta às vezes o neutraliza, transformando-se em seu adversário, e às vezes é dominada por ele, o que resulta num processo de repetição entre a tentativa de dominar e a resistência. Assim, Foucault (op. cit, p. 248) afirma que “toda estratégia de confronto sonha em tornar-se relação de poder; e toda relação de poder inclina-se, tanto ao seguir sua própria linha de desenvolvimento quanto ao se deparar com resistências frontais, a tornar-se estratégia vencedora”.

Para realizar a tarefa de antiestratégia ou estratégia de confronto, intervimos por meio de um discurso que tenta mostrar como a *Veja* formula enunciados para agir sobre as ações de seus leitores. Em particular, separamos uma disciplina dentro do campo das ciências humanas: a Análise do Discurso. Essa disciplina pertence a um ramo específico na ciência: a Linguística que é, portanto, a reguladora principal de nosso pensamento antiestratégico.

Ao analisar discursos, Foucault trata o discurso como ele é para depois investigar os seus diferentes modos de ser pelos quais o discurso exerce “um papel no interior de um sistema estratégico em que o poder está implicado, e para o qual o poder funciona” (2006b, p. 253). Em sua concepção, o poder não é princípio nem causa do discurso. Ele age através do discurso, visto que o “discurso é um ente em um dispositivo estratégico de relações de poder” (op. cit.). Trata-se de perceber que, para Foucault (op. cit.), captar o sentido do discurso não é apreender o poder. Ele toma o discurso como uma série de elementos que operam no interior do mecanismo geral de poder. Resultado disso,

deve-se tratar o discurso como uma série de acontecimentos, enquanto acontecimentos políticos, por meio dos quais o poder é ligado e disposto segundo uma direção (FOUCAULT, 2006b, p. 254). No horizonte metodológico desse filósofo, está o discurso como alguma coisa dita por alguém em um dado momento. É assim que Foucault (op. cit.) entende o discurso como acontecimento. Sua tarefa consiste em tomar o discurso como uma série de acontecimentos, de instituir e “descrever as relações que esses acontecimentos mantêm com outros acontecimentos que pertencem ao sistema econômico, ou ao campo político, ou às instituições” (FOUCAULT, 2006b, p. 255).

Assim, o discurso deve ser tratado em sua irrupção de acontecimento para fazer aparecer as relações de poder que agem através dele. Nesse sentido, analisar o discurso político da *Veja* consiste em desnudar as relações que mantêm com acontecimentos que dão forma aos dizeres políticos presentes em suas capas. Além disso, fazer aparecer a mecânica do poder que é a matriz do discurso da revista, descrevendo, conforme já dissemos, por que aparece tal discurso e não outro em seu lugar. No próximo capítulo, apresentaremos a disciplina Análise do Discurso.

2

ACONTECIMENTO DISCURSIVO

2.1 - O acontecimento discursivo na Análise do Discurso

Para nossa pesquisa, fazemos um percurso histórico da AD o qual não pretende ser uma contextualização em pormenores, mas apenas uma apresentação da disciplina, e a inserção do conceito de acontecimento discursivo em seu quadro teórico. Em seguida, discutimos a análise feita por Pêcheux do enunciado “On a gagné”, mostrando algumas diferenças entre a abordagem acontecimental para este autor e a abordagem feita por Foucault sobre o mesmo tema. Tal apresentação possibilita também a familiarização com algumas noções da AD, que aparecem no momento de análise do *corpus* que abordamos.

O surgimento da análise de discurso acontece, segundo Maingueneau (1997), numa certa tradição que fez convergir uma conjuntura intelectual e uma prática escolar. Essa convergência se deu no seio de uma tradição que, na França e na Europa de forma geral, favoreceu uma reflexão sobre os textos e história. Essa tradição estava mergulhada no êxito do estruturalismo que nos anos 50 e 60 imperou na França. “O fenômeno [do estruturalismo] obteve a adesão da maior parte da *intelligentsia*, até reduzir a nada algumas resistências ou objeções que se manifestaram quando do que se pode chamar o momento estruturalista” (DOSSE, 1993, p. 13)²⁶.

Para Maingueneau (op. cit.), a análise do discurso se filia a dois pontos: de um lado, é sob o amparo do estruturalismo nos anos 60 que a conjuntura intelectual francesa presenciou a articulação de três disciplinas: a lingüística, o marxismo e a psicanálise, com a finalidade de uma reflexão sobre a “escritura”; de outro, se liga à prática escolar que é a da “explicação de textos”, muito praticada na França, que se estendia da escola à universidade. De acordo com A. Culioli²⁷, “a França é um país onde a literatura desempenha um grande

²⁶ grifos nosso.

²⁷ (apud MAINGUENEAU, 1997, p. 10)

papel, sendo possível questionar se análise do discurso não seria uma maneira de substituir a explicação de textos como forma de exercício escolar”. É nesse contexto que Maltby (2003) explica que nasceu o projeto de uma figura central para análise do discurso (doravante AD), Michel Pêcheux. Este autor dividiu o percurso teórico da AD em três épocas.

Em sua fase inicial, a AD pensava o processo de produção discursiva configurado como uma máquina autodeterminada e fechada sobre si mesma. Nesse primeiro momento, supunha-se um sujeito-estrutura que determinava os sujeitos como produtores de seus discursos, causando neles a “ilusão” de propriedade sobre os seus discursos, mas não passavam de “submissos” deles. Um *corpus* de enunciados, na AD1, formava um discurso perfeitamente igual a si mesmo e distinto dos outros, isto é, de acordo com essa noção, o enunciado presente em um discurso está ausente de outro.

A noção de sujeito adotada pela AD se opõe às posições que defendiam um sujeito intencional como origem de seu discurso. A posição teórica da AD é “estruturalista”. Por isso, o sujeito estava longe de ter a liberdade defendida por outras posições. Os sujeitos não têm domínio sobre seus discursos, são antes assujeitados a eles, seus suportes, e não sua instância fundadora. O sujeito se assujeita a algo que lhe é superior. Essa instância superior é ocupada pela ideologia. Esta produz um sujeito ideológico o qual é assujeitado a seu temível poder, descartando, então, um sujeito dotado de intenção, fonte e senhor do seu dizer. Segundo Maltby (2003, p. 34), Althusser, ao propor o paralelismo entre evidência do sentido e do sujeito, instiga Michel Pêcheux a desenvolver, na passagem de seu artigo, a tese “a ideologia interpela os indivíduos em sujeitos”.

A principal contribuição de Althusser para a AD foi demonstrar que a ideologia atua como constitutiva dos indivíduos reais em sujeitos. O fato de a ideologia existir, a interpelação dos indivíduos, enquanto sujeitos, se concretizar, o (re)conhecimento acontecer, fundem-se numa mesma coisa para Althusser. É esse processo que se realiza nos rituais da vida cotidiana, transformando os indivíduos em sujeitos, porque a ideologia sempre/já interpelou os indivíduos como sujeitos, o que possibilita concluir que os indivíduos são sempre/já sujeitos. O sujeito, ao se inserir em práticas cujas regras são determinadas pelos aparelhos ideológicos, realiza, nesse momento, o reconhecimento. Esse

processo atesta que a existência da ideologia se concretiza somente através do sujeito e no sujeito que é categoria constitutiva da ideologia.

Nesse primeiro momento, o discurso era tratado como homogêneo, sendo os dispositivos de análise em AD submetidos a dois gestos sucessivos. Um deles se constitui na reunião “de um conjunto de traços discursivos empíricos (“corpus de seqüências discursivas”) fazendo a hipótese de que a produção desses traços foi, efetivamente, dominada por uma, e apenas uma, máquina discursiva (por exemplo um mito, uma ideologia, uma epistemê)” (PÊCHEUX, 1997, p. 312). O outro gesto, de acordo com Pêcheux (op. cit.), compõe-se, “a partir desse conjunto de traços e através de procedimentos regulados, do espaço da distribuição combinatória das variações empíricas desses traços”. A realização desse processo constitui um gesto epistemológico que conduz à estrutura da máquina discursiva que engendrou as seqüências discursivas.

A realização desses gestos resulta na composição de um *corpus* fechado de seqüências discursivas agrupadas em volta de uma palavra-chave que remete a um tema. Essas seqüências discursivas estão inseridas num espaço discursivo em que se pressupõe o domínio de condições de produção estáveis e homogêneas; a análise lingüística é uma operação autônoma como pré-requisito para a análise do *corpus*; a análise discursiva do *corpus* é direcionada a apresentar e a dar estrutura a espaços de identidades entre seqüências pertencentes a discursos empíricos distintos. Essas seqüências variam com sua combinação material, mas invocam um mesmo sentido, constituem o terreno de fixação de proposições de base em torno das quais se (re)formulam os discursos.

O segundo momento, a AD2, trata das relações entre máquinas discursivas como objeto de estudo. Esse segundo estágio é marcado pela noção de formação discursiva (FD), adaptada de Michel Foucault, que desbanca a noção de máquina discursiva fechada, ou seja, de um espaço discursivo estável. Passa-se a perceber que uma formação discursiva não é um espaço estrutural homogêneo porque ela se compõe por elementos que lhe são exteriores, que vêm de outras FD's, o que a torna um espaço heterogêneo. A invasão desses elementos de outras FD's é responsável pelas evidências discursivas fundamentais da FD em questão (dados sob a forma de “preconstruídos” e de “discursos transversos”).

Para definir o exterior de uma FD, é formulada a noção de interdiscurso. Ela aponta elementos exteriores (de outras FD's) que compõem uma FD. O interdiscurso possibilita essa relação que se estabelece entre FD's.

A noção de sujeito, ainda vista como assujeitamento, como efeito da FD na qual está inserido, também é assinalada pela não-unidade. Nesta fase, o sujeito da enunciação não se identifica com o “ego-eu”, pode ser distribuído em várias funções enunciativas diferentes. Os procedimentos metodológicos não sofrem grandes modificações com as mudanças. O ponto forte das inovações se restringe ao deslocamento da construção dos corpora discursivos.

Na terceira fase, AD3, a noção de máquina discursiva cai por terra, dando lugar ao primado do *outro* sobre o *mesmo*. O discurso é visto por meio de sua polifonia. A presença do *outro* no discurso acarretará mudanças significativas nesse terceiro momento. Um discurso é composto por meio da relação com outros discursos envolvidos em sua constituição. Com essa nova visão, deixa-se de praticar a análise por etapas, com ordem fixa. A heterogeneidade é posta em cena como espaço que remete à tematização das formas lingüístico-discursivas do discurso-outro. A partir de um ponto de vista heterogêneo, o sujeito enuncia colocando discursos em cena ou pondo-se em cena no papel de um outro.

A AD presenciou outras inovações na terceira fase, AD3²⁸. Segundo Gregolin (2004), a aproximação de Pêcheux (distanciando-se das posições de Althusser) com a nova história, com Bakhtin e com Foucault, permitiu a abertura de novas perspectivas para a AD. Em busca desse novo horizonte epistemológico, alguns trabalhos despontaram como renovadores da prática de análise de discurso. Maldidier (2003, p. 71-72) aponta a influência da tese “Problemas de Análise de Discurso. Ensaio de descrição do discurso francês sobre a China”, de Jean-Marie Marandin, defendida em 1978, na Universidade de Vincennes. Marandin leu os textos de Pêcheux, este fez parte de sua banca, e questionou “as proposições de Pêcheux”, o que possibilitou o aparecimento do novo na análise do discurso. A sua pesquisa permitiu o trabalho com a noção de “intradiscurso”, o conceito teórico de “fio do discurso”, na sua relação com o interdiscurso. Além disso, a principal contribuição de Marandin, nesse trabalho, foi abrir espaço, por meio de um diálogo com Michel Foucault, para direcionar a análise rumo à singularidade do acontecimento

²⁸ A terceira fase é explicada no parágrafo anterior.

discursivo. A tese de Marandin provoca reflexões que vão causar impacto sobre a análise do discurso. Depois de sua tese, aparece o trabalho sobre as práticas comunistas de Courtine que, por meio de uma releitura da *Arqueologia do Saber*, acarretou mudanças teórico metodológicas; com isso, passaram a integrar a AD as noções de heterogeneidade, dispersão e acontecimento discursivo. Em contato com esse trabalho, Pêcheux é influenciado pelas idéias de Foucault desenvolvidas na pesquisa de Courtine; por isso, abre espaço para pensar o discurso em sua condição de acontecimento. O reflexo disso surge no texto “O discurso: estrutura ou acontecimento?”. Esse texto é apresentado em forma de comunicação na conferência “Marxismo e Interpretação da Cultura: Limites, fronteiras, coerções”, organizado pela universidade de Illinois Urbana-Champaign, de 6 a 12 de julho de 1983.

No texto “O discurso: estrutura ou acontecimento”, Pêcheux (2002, p. 56) trata o discurso como acontecimento, dizendo que o discurso pode desestruturar-se e reestruturar-se a partir das redes de memória e dos trajetos sociais nos quais ele emerge. Além disso, o discurso é o índice capaz de uma inquietação nas filiações sócio-histórica de identificação, na proporção em que ele forma simultaneamente um efeito dessas filiações e um trabalho “(mais ou menos consciente, deliberado, construído ou não, mas de todo modo atravessado pelas determinações inconscientes) de deslocamento no seu espaço”. Pêcheux (op. cit.) afirma que a identificação não se dá de forma linear, que não existe ligação sócio-histórica que não sofra, de uma forma ou de outra, o que ele denomina de “infelicidade” no sentido performativo do termo, levando a um desvio de pessoa, pois é em relação ao *outro*, objeto da identificação, que ocorre a variação. Ao reconhecer o discurso como acontecimento, esse autor percebe que, se não houvesse esse desvio de pessoa, se daria apenas “uma justaposição caótica (ou uma integração supra-orgânica perfeita) de animais humanos em interação...” (PÊCHEUX, 2002, p. 57). Fazemos essa breve descrição do pensamento de Pêcheux (op. cit.) para discutir a análise que ele faz do acontecimento na mídia.

Ao analisar o enunciado “On a gagné” [“Ganhamos”] que tomou a França no dia 10 de maio de 1981, Pêcheux (op. cit.) o explica como acontecimento, confluência de uma atualidade e de uma memória. Esse enunciado é resultado de uma antecipação na mídia que trabalha o encontro de uma atualidade, F. Mitterand vence as eleições na França

(o fato novo), e uma memória, as filiações ideológicas da esquerda francesa que são apagadas. Tomado como acontecimento, “On a gagné” já funcionava antes em outro lugar, os campos de Futebol. Seu aparecimento é precipitado pela mídia por meio do veredicto das cifras, a evidência das tabelas, que faz o acontecimento jornalístico, que refere a um conteúdo sócio-político, ser transparente e opaco. O que Pêcheux (op. cit. p. 20) aponta é o trabalho da mídia para produzir o acontecimento, mostrando que este é o efeito de um confronto discursivo que resulta em formulações por meio de retomadas, deslocadas, invertidas, de um lado a outro do campo político, “tendendo a prefigurar discursivamente o acontecimento, a dar-lhe forma e figura, na esperança de apressar sua vinda... ou de impedi-la...”. De certo modo, Pêcheux (op. cit.) procura argumentar que, apesar do trabalho sobre o acontecimento feito pela mídia, pode-se demonstrar a opacidade dele.

A análise do enunciado “On a gagné” consiste em ser uma crítica das relações entre o funcionamento da mídia e o da classe política, segundo Pêcheux (op. cit.). A explicação deste teórico fica em torno da relação do enunciado em questão ao domínio esportivo. Pêcheux (op. cit.) critica a transposição feita pela mídia do enunciado “On a gagné” dos campos de futebol para o domínio político como eco de uma preparação anterior de uma “super copa de futebol”. Sua recusa a isso parece ter como principal argumento o fato desse enunciado pertencer a um universo logicamente estabilizado e, ainda por cima, ser fruto de um conjunto simples de argumentos, de predicados e de relações, que podem basear-se em fatos. Fazer a relação entre a eleição de F. Mitterand e o simples grito dos campos de futebol “Ganhamos”, remete a complexidade do acontecimento do espaço político à simples univocidade lógica do espaço esportivo. É isso que Pêcheux (op. cit.) quer pôr em destaque. Ele mostra que a mídia apaga a história, que deveria ser envolvida na constituição do acontecimento, ao apresentar o enunciado “On a gagné” como logicamente estabilizado. Para combater essa atividade da mídia, Pêcheux (op. cit., p. 23) diz que esse enunciado se liga a “uma série heterogênea de enunciados, funcionando sob diferentes registros discursivos, e com uma estabilidade lógica variável”.

Para Pêcheux (op. cit.), a interpretação política-esportiva proposta pela mídia apaga questionamentos do tipo: qual o sujeito do verbo “gagner” [ganhar]? Quais seus complementos? Por isso, esse teórico se propõe mostrar que a interpretação não deve ser feita como estabilizada, mas variável, pois, retomando o que ele disse, pode haver um

desvio de pessoa. Assim, Pêcheux (op. cit.) dá o exemplo de como analisar enunciados na mídia, tomando-os como acontecimento que converge uma atualidade e uma memória.

Temos em mente o importante papel de Pêcheux para a Análise do Discurso, mas pretendemos neste trabalho abrir espaço para pensar o acontecimento discursivo na mídia sob a perspectiva de Michel Foucault, mostrando que o acontecimento discursivo se sustenta numa relação entre poder e saber. Em seguida, discutimos o acontecimento discursivo para esse estudioso.

Para entendermos o acontecimento discursivo em Foucault, tentaremos mostrar algumas diferenças em relação à análise de Pêcheux do enunciado “On a gagné”. Tal tentativa será feita a partir do texto de Paul Veyne “Foucault revoluciona a história”. Esse texto foi lido pelo próprio Foucault, o que nos dá a segurança de tomá-lo como base de explicação do acontecimento discursivo para esse estudioso.

Se for tomado em sua condição de raridade à maneira de Foucault, o enunciado “On a gagné” não poderia ser explicado como transposição dos campos de Futebol para a política, pois, em primeiro lugar, haveria uma determinação da origem desse enunciado, fechando as possibilidades para esse enunciado. A existência de práticas ligadas aos campos de Futebol, como o grito de vitória sobre um adversário, não poderia ser tomada como “metáfora” para explicar o grito dos parisienses em massa na Praça da Bastilha, pois o referencial do enunciado mudou, conseqüentemente ele muda também. Não se pode determinar que o enunciado “ganhamos” seja uma “retomada direta” dos campos de futebol, o que fecha a possibilidade de se apontar outros trajetos possíveis para ele, caindo, então, na incúria de ser a voz da consciência sobre o que está dito. Se for apontado para o enunciado um trajeto como sendo sua possibilidade primeira, trata-se, nesse caso, de produzir um sentido para ele, multiplicando, assim, sua significação e, desse modo, pode-se, à maneira de Pêcheux (2002), estar sempre a produzir equívocos. Em segundo lugar, esse autor parece propor que o enunciado “On a gagné” repetido pelos parisienses substitui enunciados que se estruturariam numa palavra de ordem de uma manifestação ou de um comício político, apagando práticas políticas da esquerda. Nesse sentido, surge uma desestruturação e uma reestruturação a partir das redes de memória e dos trajetos sociais nos quais o enunciado emerge. Pêcheux (op. cit.) parece ter plena certeza de que o esporte é a metáfora que rege o funcionamento da mídia e essa a estende à classe política. Assim,

esse autor diz que “este jogo metafórico em torno do enunciado ‘On a gagné’ [“Ganhamos”] veio sobredeterminar o acontecimento, sublinhando sua equivocidade...”. Desse modo, o enunciado é explicado a partir de sua materialidade em direção a algo que o precede: a prática a que faz referência nos campos de futebol. A relação que se estabelece nesse jogo metafórico é de deslocamento, ou seja, os parisienses dizem “Ganhamos” por que a mídia trabalha o acontecimento sem levar em conta a complexidade do campo político; sendo assim, esse grito relativo à política é explicado por Pêcheux como efeito da transposição da univocidade lógica do espaço esportivo, tudo isso tendo a mídia como intermediária. Trata-se, então, de ver a mídia como produtora da racionalidade dos parisienses. Se estes gritam como acontece entre torcedores de futebol, são, antes, interpelados pela mídia que precipita o acontecimento. Trata-se, de certo modo, de perceber que a mídia cria a univocidade lógica para o enunciado “On a gagné”, e Pêcheux (op. cit.) tenta mostrar que esse enunciado se liga a formulações equívocas. O que se estabelece entre a mídia, que produz um universo lógico estável para a política, e os apontamentos de Pêcheux (op. cit.), que mostra a equivocidade desse universo lógico criado pelo *mass media*, é, de fato, um enfrentamento ideológico em torno do enunciado em questão. Na esteira de Pêcheux (op. cit.), parte-se do dito para buscar algo que se imagina estar por trás, ou seja, um universo logicamente estabilizado deslocado do espaço esportivo para a política. Pelo fato de explicar o enunciado por meio de uma metáfora, Pêcheux interpreta o enunciado, produzindo uma significação para ele.

Por outro lado, segundo Veyne (1998, p. 248), a palavra, para Foucault, significa o que diz, sendo possível, dessa maneira, “julgar as pessoas por seus atos e eliminar os eternos fantasmas que a linguagem suscita em nós”. A prática dos parisienses na Praça da Bastilha não seria por causa de um motor oculto, mas foi o que eles fizeram. Se se pensar que os parisienses foram à praça gritar “ganhamos” a partir de uma determinação, tira-se a originalidade dessa prática. Ou seja, as práticas da mídia não são um planejamento desse acontecimento. Ao falar, uma pessoa sabe que está falando, o que lhe escapa é a percepção sobre a gramática da qual faz uso, não tem domínio sobre as regras que aplica, pensa ser o ato de falar natural. Ao romper o silêncio para falar o que julga ser necessário à ocasião, uma pessoa precisa de uma certa língua, o português ou inglês. Na praça, os parisienses não sabiam que falavam de acordo com uma certa gramática, que não é da

ordem da língua, mas da política. Se os parisienses são torcedores nas praças da França, não são por si, eles acreditam fazer o que deve ser feito, comemorar o resultado das eleições. O que dizem é fruto de uma gramática imprópria que lhes escapa, mas não é ideologia, pois o discurso é o que é realmente dito. Também a mídia acredita fazer seu papel quando recorre ao veredicto das cifras e a evidência das tabelas. Ou seja, seu discurso ou a gramática oculta não devem ser buscados no implícito, conforme tenta fazer Pêcheux (2002) ao acrescentar complementos ao verbo “gagner”. Essa gramática oculta, para Veyne (op. cit.), não está na ordem direta do que é dito e do que é feito, já que o que é dito ou feito possui “uma gramática casual e não uma gramática lógica, coerente, perfeita”.

Para Pêcheux (op. cit.), a mudança dos gritos de ordem da esquerda deve-se ao fato da mídia ter trabalhado o acontecimento como se se tratasse de uma super copa de futebol. Parece haver aí uma relação de causa e consequência. Assim, a significação do enunciado “ganhamos” se liga a um trabalho consciente que determina a idéia de que se disputa uma copa de futebol.

A partir das explicações de Veyne (op. cit.), pode-se dizer que a mídia fala de cifras e tabelas porque imagina ser esse seu papel, não é guiada por um planejamento de transpor o enunciado “On a gagné” do espaço esportivo para a política. Se F. Mitterand não vencesse as eleições, então não haveria cifras e tabelas? Se a univocidade lógica do espaço esportivo é tomada como metáfora para explicar o acontecimento da Praça da Bastilha, fecha-se as possibilidades do que é o enunciado, pois tanto um grupo de enunciados ou um único enunciado são multiplicidades, assim afirma Deleuze (2005) ao falar do enunciado para Foucault. Nesse sentido, o enunciado “On a gagné” em Pêcheux (op. cit.) está numa relação do múltiplo e do um, ou seja, a mídia seria um sujeito que condicionaria, pensaria, derivaria de uma origem esse enunciado. Trata-se, nesse caso, de propor ao dito na Praça da Bastilha outra inscrição à qual ele remeteria, isto é, outro sentido que não está no próprio enunciado, mas está em sua exterioridade. Pêcheux (op. cit.) toma, assim, o enunciado em questão a partir de uma interpretação que busca complementar as lacunas, que precisam ser preenchidas. Em contrapartida a essa atitude, Deleuze (op. cit., p. 29) define bem o que o enunciado é para Foucault que

pode declarar que nunca escreveu nada a não ser ficção: é que... os enunciados se parecem com sonhos, e tudo muda, como num caleidoscópio, segundo o

corpus considerado e a diagonal que se trace. Mas, por outro lado, ele também pode dizer que nunca escreveu nada que não fosse real, com o real, pois tudo é real no enunciado, e nele toda realidade se manifesta.

Retomando o enunciado analisado por Pêcheux (op. cit.) em oposição ao pensamento acima, pode-se perceber, então, que a mídia opera um deslocamento que se daria no plano da ideologia, pois ela apaga uma espécie de não-dito que, conseqüentemente, é também a história da esquerda. Pêcheux percebe uma mudança nos gritos de ordem da esquerda, o que só teria acontecido com a influência da transposição feita pela mídia. Nesse ponto, a partir da mudança de que fala Pêcheux, podemos supor como isso seria tratado por Foucault.

Talvez, perigosamente, pode-se ver na precipitação do enunciado “On a gagné” na mídia a produção de um saber por meio da qual a mídia exercerá um controle sobre os parisienses e outros franceses. Saber esse que é representado pelas cifras e tabelas, mas que esconde o poder que a mídia vai exercer nesse momento, que não está diretamente ligado a um planejamento mais amplo. Se a mídia exerce o poder sobre as ações dos franceses, talvez não se deva ver nisso a tentativa de apagar a história de manifestações da esquerda, nem a transposição do enunciado do espaço esportivo como ruptura decisiva. Mas, ver nas cifras, tabelas e outras práticas da mídia algo que talvez escape aos contemporâneos dessas práticas. A mídia precipita para o acontecimento da Praça da Bastilha um grande espetáculo do qual o enunciado “On a gagné” é a expressão. Esse enunciado pode ser visto como um da família que constitui a “sociedade do espetáculo” discutida por Debord (2005). Em certo sentido, a mudança nos gritos de ordem da esquerda pode ter sido operada por uma vida nas sociedades nas quais as modernas condições de produção imperam. Tal vida seria modificada, conforme Debord (op. cit.), por meio de uma imensa acumulação de espetáculos, o que representaria o mesmo que viver mediado por imagens. O espetáculo²⁹, como parte da sociedade, investe na mídia para coordenar as relações de poder, produzindo saber e sendo, assim, “todo olhar e toda consciência” (DEBORD, op. cit., p. 3). Ele é o modo pelo qual a mídia submete os espectadores para exercer o controle sobre eles, tentando, assim, agir sobre suas ações, o que pode ter levado os parisienses e outros franceses a gritar “On a gagné”. Em contrapartida, o espaço

²⁹ Voltaremos a discutir o espetáculo.

esportivo obedece a relações bem diferentes das da política. Mas, para Pêcheux (op. cit.), a causa da mudança nas práticas da esquerda pode ser atribuída à racionalidade da mídia sobre a vitória de F. Mitterand. Ao invés disso, propomos que deve mostrar-se o que está por trás dessa mudança, ou seja, o espetáculo em sua raridade de existência histórica. Em nossa sociedade, o espetáculo se apresenta como acúmulo de imagens, não se pode cair no erro de dizer que o universo lógico de uma super copa de futebol está regendo este ou aquele funcionamento do discurso político, pois seria muito reducionista e impediria que se visse que mais relações podem estar implicadas nisso.

As práticas em torno do enunciado “On a gagné” não podem ser comparadas a outras práticas pelos parisienses e outros franceses para se tirar uma conclusão de quais práticas são mais adequadas naquele momento para se comemorar a vitória de F. Mitterand. Nesse sentido, pode-se afirmar que a política não existe, a não ser por meio das práticas que a constituem em cada momento, ou seja, fruto do acaso das lutas. Assim, se os gritos de ordem da esquerda não são mais os mesmos, confirma o que foi dito, ou seja, as práticas não permanecem as mesmas. A mídia, ao produzir saber, pode ser apontada como responsável pela modificação no campo de informação dos espectadores, mas sem um planejamento ideológico disso. Assim, as cifras e tabelas referentes à vitória da esquerda é, por assim dizer, o saber que surge da necessidade de agir sobre as ações dos franceses no campo da política. O enunciado “ganhamos” é, então, a confirmação de que a mídia obteve resultado “positivo” na sua formação de um saber que influenciou as ações dos franceses. Nisso, “não há, em Foucault, nem recalque nem retorno do recalque, não há nenhum não-dito que bata à porta...” (VEYNE, 1998, p. 274). A partir dessa perspectiva, pretendemos analisar os enunciados presentes nas capas da revista *Veja*. A seguir discutiremos alguns conceitos que Foucault (2002) alinhavou em seu livro “Arqueologia do saber”.

2.3 – A menor unidade do discurso

Explicamos a noção de enunciado em Foucault (2002a) porque a partir dela realizamos a análise dos enunciados nas capas da revista *Veja*.

Em sua fase arqueológica, Foucault (op. cit.), no livro *Arqueologia do Saber*, elege o enunciado como objeto de sua pesquisa. Ele chama a atenção para o que pôde denominar de “átomo do discurso”. O enunciado é a parte fundamental e, ao mesmo tempo, a menor parte do discurso. Foucault (op. cit.) convida-nos a conhecer o enunciado por meio daquilo que ele não é. Pode-se, a partir das negativas desse estudioso, entrar em contato com um novo tipo de pragmática³⁰ elaborada por ele, que tem no enunciado sua realização.

O enunciado não obedece às leis da lógica, tanto que “ninguém ouviu” e “é verdade que ninguém ouviu” estão no mesmo nível proposicional, não havendo possibilidade de vê-los como diferentes. Se fossem tomadas como enunciados, tais formulações poderiam obedecer a regras diferentes. Se a primeira estivesse em um romance, poderia ter sido formulada pelo autor ou por uma personagem. Já a segunda formulação, também no romance, poderia constituir um monólogo interior ou um fragmento de diálogo. O que Foucault (op. cit.) quer mostrar é que as duas formulações podem não ocupar o mesmo lugar no plano do discurso, podendo não pertencer ao mesmo grupo de enunciados, o que as diferencia é o nível enunciativo.

O enunciado não obedece às mesmas regras da frase, pois pode-se apontar exemplos de enunciados que não obedecem à estrutura lingüística da frase. A flexão do verbo *amar* em uma gramática qualquer – *amo, amas, ama* - não corresponde a uma frase, mas trata-se do enunciado das diferentes formas de flexões pessoais do indicativo presente desse verbo. Não se trata de ver na conjugação do verbo frases elípticas como “a primeira pessoa do verbo *amar* é *amo*”, pois Foucault (op. cit.) chama nossa atenção para o que assim é dito e não para o não-dito, mas trata-se novamente de perceber que o nível enunciativo diferencia a flexão do verbo *amar* de uma frase. Algo semelhante ocorre quando selecionamos um gráfico ou uma tabela numérica, que não são frases. Se estas

³⁰ Conforme Deleuze (2005).

aparecem, surgem como interpretação ou comentário, mas não são equivalentes aos enunciados na forma de um gráfico ou tabela. Por isso, um enunciado não está no mesmo nível da frase.

Por último, Foucault (op. cit.) diferencia o enunciado do chamado *speech act* ou ato ilocutório. Este se relaciona ao ato de falar ou escrever, é marcado principalmente pela intenção do indivíduo que está falando quando quer convencer, ser obedecido ou dar notícias. Além disso, também se relaciona ao resultado do que foi dito, ou seja, quais os efeitos obtidos após a realização do ato ilocutório. Para Foucault (op. cit.), o enunciado não vai aquém para perguntar as intenções que se escondem nele e nem vai além para perguntar quais os efeitos produzidos, mas “o que produziu pelo próprio fato de ter sido enunciado – e precisamente esse enunciado (e nenhum outro) em circunstâncias bem determinadas” (FOUCAULT, op. cit., p. 94). Se alguma dúvida permanece sobre a diferença entre um enunciado e um *speech act*, ela pode ser dissipada ao se perceber que é necessário mais de um enunciado para se realizar um ato ilocutório como juramento, prece, contrato, promessa, demonstração. Foucault (op. cit.) vê nesses atos uma série de enunciados que não permanece a mesma, ou seja, que se modifica quando, por exemplo, em uma promessa, há tantos comprometimentos quantas forem as enunciações que puderem ser individualizadas em enunciados separados. Enfim, um ato ilocutório se concretiza por meio de uma articulação de vários enunciados que devem estar no lugar que convém a cada um deles; ao contrário, cada enunciado é individualizável e transformável em si mesmo e não somente no conjunto; além do mais, pode-se, como no caso da promessa, ter mais enunciados do que os atos ilocutórios.

Se o enunciado não está no mesmo nível da proposição, da frase e do ato ilocutório, o que é o enunciado? Para esclarecer melhor esse “átomo do discurso”, Foucault (op. cit.) dá o exemplo das letras do alfabeto em uma máquina de escrever como não sendo um enunciado, mas traçada num manual de datilografia a seqüência “A, Z, E, R, T” é um enunciado da ordem alfabética adotada pelas máquinas francesas. O que mudou da presença dessa seqüência na máquina de escrever para o manual de datilografia? Quando abordamos a diferença entre o enunciado e a proposição, entre o enunciado e a frase, apontamos o nível enunciativo como marca da diferença entre eles. No exemplo acima, o

que mudou foi a presença de uma enunciação. Mas, tal enunciação não está ligada simplesmente à intenção do sujeito.

Mais precisamente, a enunciação se realiza a partir de uma função enunciativa que dá a conjuntos de signos o caráter de enunciado. Foucault (op. cit.) dá o exemplo de um enunciado que não seria considerado como uma proposição verdadeira para mostrar a liberdade do enunciado em relação à proposição. Esse exemplo consiste em produzir um enunciado com características de um sonho “A montanha de ouro está na Califórnia”, por falta de referente esse enunciado não pode ser verificado do ponto de vista da lógica. Mas, tal enunciado, assim como num sonho, produz realidade, ou seja, o enunciado recorta o real, ou antes, é o próprio real. Por isso, torna-se necessário observar o correlato do enunciado, isto é, aquilo que ele enuncia, seu referente, seu tema, pois esse correlato determina se uma proposição tem referente ou não, assim explica Foucault (op. cit.). Voltando ao enunciado acima, sua condição de verdade não se limita à possibilidade de poder ser verificado no mundo real, mas, conforme Foucault (op. cit.), se ele estiver em um romance, pode, dependendo do mundo imaginário, ser passível ou não de se realizar. Nesse sentido, o enunciado é determinado pelo espaço de correlações a que está exposto.

A relação do enunciado e o que ele enuncia não está também no mesmo nível da relação de uma frase e seu sentido, já que para Foucault (op. cit.) mesmo uma frase que aparentemente não tem sentido se submete a correlações. Esse autor dá o exemplo da frase “Incolores idéias verdes dormem furiosamente”. Essa frase ao sofrer um julgamento é considerada sem sentido, mas semelhante julgamento delimita a inexistência de sentido a partir de algumas possibilidades que são vistas como não realizadas por meio da frase. Sua existência não pode ser atribuída a um texto poético, nem tampouco à fala de um drogado, mas trata-se de um enunciado que pode recortar uma realidade visível. Se é possível, para Foucault (op. cit.), relacionar uma frase a seu sentido, isso se deve ao fato de haver uma função enunciativa capaz de assegurar essa relação. Mesmo a frase que mencionamos acima não é desprovida de correlações e, nessa medida, ela é enunciado, e simplesmente pelo fato de se relacionar com alguma coisa.

Voltemos ao correlato do enunciado para explicá-lo um pouco melhor, pois ele parece ser fundamental para se entender o nível enunciativo da formulação. Foucault (op. cit., p. 104) diz que aquilo que o enunciado enuncia, seu correlato,

Está antes ligado a um “referencial” que não é constituído de “coisas”, de “fatos”, de “realidades”, ou de “seres”, mas de leis de possibilidade, de regras de existência para os objetos que aí se encontram nomeados, designados ou descritos, para as relações que aí se encontram afirmadas ou negadas. O referencial do enunciado forma o lugar, a condição, o campo de emergência, a instância de diferenciação dos indivíduos ou dos objetos, dos estados de coisas e das relações que são postas em jogo pelo próprio enunciado; define as possibilidades de aparecimento e de delimitação do que dá à frase seu sentido, à proposição seu valor de verdade.

Está descrito aí o conjunto que caracteriza o nível enunciativo para Foucault, o que diferencia esse nível de um nível gramatical ou lógico.

Torna-se necessário explicar também que o enunciado se relaciona a um sujeito que não está no mesmo nível do sujeito da frase. Para Foucault (op. cit.), o sujeito do enunciado não se identifica com o sujeito gramatical de primeira pessoa, pois mesmo um enunciado que não comporta sujeito gramatical tem um sujeito. Também não se pode ligar o sujeito do enunciado a um indivíduo que tenha articulado a formulação. Nesse sentido, Foucault (op. cit.) não quer dizer que a língua se articula sozinha, mas que é sempre a partir de alguém que ela é articulada. Ele mostra que o enunciado se produz a partir de uma função enunciativa, ou seja, uma posição que pode ser ocupada por qualquer indivíduo. Mas, não se trata de lugar físico e nem muito menos fixo, trata-se de uma posição que muda de um enunciado a outro. Essa posição pode ser vista como vazia onde indivíduos podem exercer a enunciação. Como há uma variedade de posições, um único indivíduo pode ocupar várias, assumindo o papel de diferentes sujeitos, conforme evidencia Foucault (op. cit.). Assim, Foucault (op. cit.) desafia nosso olhar a ver o sujeito do enunciado como não idêntico ao sujeito da frase e nem muito menos ao indivíduo que o articulou, mas como uma dispersão de posições no discurso que podem ser ocupadas pelo mesmo indivíduo ou por vários. Esse autor nos propõe um tipo de descrição da formulação, enquanto enunciado, que deixa de lado a análise das relações “entre o autor e o que ele disse”, para fazer aparecer “a posição que pode e deve ocupar todo indivíduo para ser seu sujeito” (FOUCAULT, op. cit., p. 109).

Foucault (op. cit.) mostra que a função enunciativa se relaciona a um domínio associado. Esse domínio é a relação que um enunciado mantém com outros enunciados. Mas, não está no nível do “contexto”, pois este se constitui de um “conjunto de elementos

de situação ou de linguagem que motivam uma formulação e lhe determinam o sentido” (FOUCAULT, op. cit., p. 112). O domínio associado de um enunciado possibilita delimitar o próprio enunciado na medida em que é possível estabelecer relações com outros enunciados que são reatualizados, conferindo singularidade ao enunciado a ser descrito. Por exemplo, uma das capas, que será analisada neste trabalho, apresenta o enunciado “Os radicais” que está imerso em um campo enunciativo onde tem lugar e *status*, ele pode ser relacionado ao passado para reatualizar outros enunciados e também abre um futuro eventual, ou seja, poderá ser reatualizado a partir de outras enunciações. Assim,

não há enunciado em geral, enunciado livre, neutro e independente; mas sempre um enunciado fazendo parte de uma série ou de um conjunto, desempenhando um papel no meio dos outros, neles se apoiando e deles se distinguindo: ele se integra sempre em um jogo enunciativo, onde tem sua participação, por ligeira e ínfima que seja (FOUCAULT, op. cit., p. 114).

Qualquer enunciado supõe outros enunciados com os quais mantém relações possíveis. O enunciado possibilita à frase ou à proposição uma existência específica, numa posição determinada. Tanto a frase quanto a proposição figuram num jogo enunciativo que está além delas. Esse jogo enunciativo pode ser descrito como posições enunciativas que coexistem. A partir dessas posições, pode-se descrever, conforme mostra Foucault (op. cit., p. 114), “as relações gramaticais entre frases, as relações lógicas entre proposições, as relações metalingüísticas entre uma linguagem-objeto e aquela que lhe define as regras, as relações retóricas entre grupos (ou elementos) de frases”. Nesse sentido, o papel do enunciado é, então, situar esses conjuntos significantes em um espaço onde podem se multiplicar e se acumular.

Foucault (op. cit.) apresenta uma condição essencial para que uma seqüência de elementos lingüísticos possa ser analisada como enunciado – deve existir materialmente. A materialidade do enunciado o constitui. A partir dessa afirmativa de Foucault (op. cit.), podemos explicar a existência material do enunciado. Tomemos como exemplo o enunciado “O parque dos dinossauros” que aparece em uma das capas que analisaremos. Esse enunciado foi formulado antes de aparecer na capa da revista em outro campo enunciativo – o do cinema – foi título de um filme. Trata-se de uma repetição do enunciado? Não. Embora tenha a mesma materialidade, a identidade do enunciado não

permanece a mesma na capa da revista, uma vez que está submetido a relações com um conjunto de outros enunciados que definem seu papel, a função que deve desempenhar. Tanto no cinema quanto na capa da revista temos enunciações singulares, mas o enunciado não mantém sua identidade, pois o *campo de utilização* no qual está inserido não é o mesmo, o que confere singularidade ao enunciado.

A partir da noção de enunciado proposta por Foucault (op. cit.), traçamos como objetivo descrever os enunciados da revista *Veja*, na medida em que eles estão em relação com o objeto política. Esses enunciados presentes na revista não são apenas de natureza lingüística, não compreendem apenas o que podemos reconhecer como uma série de frases ou proposições ou atos ilocutórios, mas são também imagens. Nesse sentido, é possível falar sobre a noção de discurso para Foucault (op. cit.). Esse autor concebe o discurso como um conjunto de seqüências de signos, enquanto enunciados, quando se pode lhes atribuir modalidades particulares de existência. Para estabelecer um princípio de dispersão e repartição dos enunciados, Foucault (op. cit., p. 124) cunhou o termo *formação discursiva*. Esse estudioso definiu o discurso como “conjunto de enunciados que se apóia em um mesmo sistema de formação...”. Assim, por meio das investigações que apresentou em seus livros “História da loucura”, “O nascimento da clínica” e “As palavras e as coisas”, pode falar do discurso clínico, do discurso econômico, do discurso da história natural, do discurso psiquiátrico. Cabe uma observação neste ponto: nossa investigação não recortou como *corpus* os discursos da revista *Veja* desde seu surgimento; por isso, não pretende fazer afirmações sobre a *formação discursiva* da revista. A partir de um recorte sincrônico, pretendemos descrever os enunciados nas capas da *Veja*, mostrando que eles estão em relação com a política, não como ação ou operação individual da revista, mas como posições possíveis para um sujeito. Trata-se de descrever os enunciados enquanto produtos da história, ou seja, ao que está dito nas capas da *Veja* deve-se perguntar por que apareceu e não outro em seu lugar, ao invés de interpretá-lo ou complementá-lo, acrescentando-lhe um não-dito. Não se deve ir em busca do significado e nem analisar o significante do ponto de vista da sintaxe, mas mostrar que em ambos há linguagem porque neles se produz domínios de objetos e sujeitos possíveis, não o sujeito da frase, mas posições de sujeito, ambos também abrem possibilidades de novas formulações e reutilizações eventuais. Assim, a análise do enunciado é uma análise enunciativa em que se busca fazer aparecer posições

para sujeitos possíveis. Essa é uma análise histórica. A análise enunciativa que propomos se articula também à noção de poder proposta por Foucault (1995), conforme já descrito anteriormente. Em seguida, discutimos formas de controle presentes nos textos de Foucault, visando mostrar tipos de controle que ainda estão em nossa sociedade.

CAPÍTULO 3

A POLÍTICA ESPETACULAR

3.1 – O controle espetacular

Ao longo deste trabalho, a palavra controle tem sido bastante usada para designar o que a revista *Veja* exerce sobre os seus leitores. Explicamos que o controle é característico de sociedades como a nossa. Ao falarmos de sociedades de controle, nos baseamos em Deleuze (1992). Até certo ponto, as idéias desse filósofo fazem aparecer uma ruptura que está se produzindo em relação às sociedades de disciplina discutidas por Michel Foucault. Mas, os apontamentos de Deleuze sobre as sociedades de controle não são uma lacuna deixada no pensamento prematuramente interrompido de Foucault. Não desmerecemos Deleuze pela análise que faz das sociedades de controle, pois seu pensamento nos possibilitou reflexões sobre as práticas da mídia em nosso presente. Entretanto, voltamos aos textos de Foucault (2002b) para discutir modelos de controle apresentados por ele. O modelo de controle dos leprosos foi praticado durante a Idade Média e desapareceu na Idade Clássica, sendo substituído pelo problema da peste e do policiamento da cidade empestuada. Ao apresentar esses modelos de controle, nosso objetivo é mostrar semelhanças entre eles e o tipo de controle praticado pela revista *Veja* sobre seus leitores, o que nos possibilitará “saber o que somos hoje” (FOUCAULT, 2006b, p. 258). Foucault (2006b) pensa que para compreendermos a nossa sociedade e aquilo que somos, é preciso observar a dimensão histórica profunda que nos envolve, e nesse campo histórico, os acontecimentos discursivos que se realizaram há séculos ou há anos têm um papel de grande importância. O que somos não se separa dos acontecimentos discursivos. É isso que Foucault afirma em suas palavras: “em certo sentido, não somos nada além do que aquilo que foi dito, há séculos, meses, semanas...”³¹.

³¹ *Idem.*

Nesse sentido, Foucault (op. cit.) trata de um controle praticado sobre os leprosos na Idade Média. Tal controle produzia a exclusão dos leprosos, impedindo que houvesse contato entre um indivíduo (ou grupo de indivíduos) e outro. Os leprosos eram a ameaça a ser banida da cidade, não podiam, de forma alguma, conviver no espaço urbano. Havia, então, uma exclusão de qualquer convívio junto com os demais. Além de não conviverem no espaço social, os leprosos eram desqualificados, não do ponto de vista moral, mas jurídico e político e, conseqüentemente, expulsos e excluídos. Esse processo de expulsão e de exclusão era acompanhado de uma declaração de morte dos indivíduos contaminados, acarretando, assim, práticas de rejeição, práticas de marginalização. Para Foucault (op. cit.), esse tipo de controle praticado sobre os leprosos está presente em nossa sociedade ainda hoje, sendo exercido como poder que se encarrega de excluir, de desqualificar, de exilar, de rejeitar, de privar, de recusar, de desconhecer, ou seja, formando conceitos e mecanismos negativos de exclusão dos loucos, dos doentes, dos criminosos, dos desviantes, das crianças, dos pobres. Mas, o controle sobre os leprosos em que a finalidade era purificar a comunidade foi perdendo força no final do século XVII e início do século XVIII.

Trata-se, conforme Foucault (op. cit.), de perceber uma ruptura em relação ao modelo “exclusão dos leprosos” para se instalar o modelo de controle da inclusão do pestífero. Para esse estudioso, o Ocidente só conhece esses dois tipos de controle³². O modelo do pestífero pode ser conhecido por meio da descrição de uma quarentena a que era submetida uma cidade, quando se constatava que a peste a havia infestado. Demarcava-se o território de uma cidade para fechá-lo, não para excluir aqueles que deviam ser retirados do convívio como no caso dos leprosários, mas para analisá-lo e policiá-lo minuciosamente. Esse território era dividido em distritos, que, por sua vez, eram divididos em bairros. Estes formavam bairros que tinham as ruas isoladas e cada rua era encarregada à vigilância de vigias que eram supervisionados por inspetores em cada bairro. Os inspetores, por sua vez, eram subordinados aos responsáveis pelos distritos. Enfim, cada cidade ficava sob a responsabilidade de um governador nomeado ou por escabinos que recebiam poder de tomar decisões. Foucault (op. cit.) analisa esse controle como sendo de maneira contínua

³² Além desses dois controles, mostramos o surgimento de um tipo de controle praticado pela imprensa revolucionária.

tanto pela hierarquia descrita acima quanto pela vigilância que era praticada sem interrupção. Ou seja, a vigilância se iniciava pelos sentinelas que tomavam conta das ruas, pelos inspetores de quarteirão e de distrito que, duas vezes por dia, não podiam deixar de fazer a revista minuciosa para que nenhum acontecimento passasse despercebido. As observações diárias produziam registros permanentes das informações colhidas pelo exame visual. Essas informações possibilitavam perceber mudanças no quadro inicial, pois eram confrontadas com as informações obtidas no início da quarentena, quando os cidadãos da cidade davam seu nome que era anotado em registros. Esses registros eram repartidos entre os inspetores locais e a administração central da cidade. De posse dos registros, os inspetores podiam fazer a inspeção de cada casa por meio de uma chamada. Para facilitar o controle, os inspetores paravam em frente de uma janela onde o indivíduo deveria se apresentar, sua ausência acarretava a interpretação de que estava doente, passando, então, a ser considerado perigoso. Após essa conclusão, fazia-se necessário a intervenção. Por meio desta, registravam-se os indivíduos doentes e os não doentes. Tudo isso gerava uma gama de informações em registros que, por sua vez, eram confrontados com os registros gerais em poder dos escabinos que estavam na administração central da cidade.

Foucault (op. cit.) mostra que a diferença entre o modelo do leprosário e o modelo da peste está na finalidade de cada um: enquanto aquele excluía, este inclui. Os leprosos eram rejeitados. Mas, os empesteados são controlados sem haver separação entre os sãos e os doentes. Sobre eles, exerce-se um poder que distingue diferenças, produzindo individualidades. A relação do poder com o indivíduo não é mais de distância, pelo contrário é de aproximação. Enquanto a lepra era vista como uma ameaça e devia passar por uma purificação, a peste deve ser combatida para “maximizar a saúde, a vida, a longevidade, a força dos indivíduos” (FOUCAULT, 2002, p. 58). Ao analisar esse modelo de controle da peste, Foucault (op. cit.) aponta o surgimento de uma preocupação com a vida bem diferente das práticas de purificação em relação à lepra. Nessa preocupação se desenvolve um exame contínuo de um campo de regularidade, onde cada indivíduo torna-se objeto de avaliação permanente, “para saber se está conforme à regra, à norma de saúde que é definida”³³. Durante esse período da peste, o poder político se exerce plenamente por meio de um policiamento da população. O que, para Foucault (op. cit.), impede a

³³ *Idem.*

liberalização da população consciente da morte iminente de toda e qualquer convenção social.

Em suma, Foucault (op. cit.) expõe um modelo de controle da lepra e um modelo de controle da peste como momentos de invenção de tecnologias de poder. Mas, enquanto a reação à lepra é uma reação negativa, de rejeição, de exclusão; a reação à peste é uma reação positiva, ou seja, trata-se de incluir, de observar, de formar saber, de multiplicar os efeitos de poder por meio do acúmulo da observação e do saber. Assim,

passou-se de uma tecnologia do poder que expulsa, que exclui, que bane, que marginaliza, que reprime, a um poder que é enfim um poder positivo, um poder que fabrica, um poder que observa, um poder que sabe e um poder que se multiplica a partir de seus próprios efeitos. (FOUCAULT, 2002, p. 60)

O tipo de poder descrito por Foucault (op. cit.) não se exerce mais para excluir, trata-se, ao contrário, de incluir maciçamente e analisar os elementos. Tem-se, então,

Um poder que não age pela separação em grandes massas confusas, mas por distribuição de acordo com individualidades diferenciais. Um poder que não é ligado ao desconhecimento, mas, ao contrário, a toda uma série de mecanismos que asseguram a formação, o investimento, a acumulação, o crescimento do saber. [A Idade Clássica inventou técnicas de poder], enfim, como as que podem ser transferidas para suportes institucionais muito diferentes, como os aparelhos de Estado, as instituições, a família, etc. A Idade Clássica, portanto, elaborou o que podemos chamar de uma “arte de governar”, precisamente no sentido em que se entendia, nessa época, o “governo” das crianças, o “governo” dos loucos, o “governo” dos pobres e, logo depois, o “governo” dos operários.

O poder como “governo”, no século XVIII, se desenvolveu por meio da implantação de um aparelho de Estado, e também nas várias instituições que foram surgindo para auxiliar esse aparelho.

A partir dessa noção de poder que forma, investe, acumula, o crescimento do saber, pretendemos pensar o papel da *Veja* como instituição, onde esse poder é exercido sobre os leitores por meio da constituição de um saber sobre os candidatos às eleições de 2002. Podemos tomar tanto alguns indícios da presença do controle dos leprosos por meio da exclusão quanto o controle inclusivo dos pestíferos. Durante o período eleitoral, a *Veja* tratou de produzir a exclusão da esquerda, tratando-os como monstros que devem ser postos

fora dos muros da cidade. Como a esquerda não tem um espaço de enunciação legitimado na grande mídia do Brasil, a constituição do sujeito de esquerda surge, quase sempre, de uma função enunciativa historicamente legitimada de direita. Quando se trata da esquerda na mídia em geral, há a tentativa de uma desqualificação jurídica e política. Fazemos a análise de uma capa em que membros da esquerda são configurados como radicais. Tratados assim, não é possível não fazer referência à exclusão dos leprosos, em que o objetivo era excluir, desqualificar, exilar, rejeitar, privar, recusar. Esse tipo de controle está presente nas capas da revista *Veja* para desqualificar a esquerda como força política capaz de governar o país. Mas, não se pode esquecer também do controle inclusivo dos pestíferos como um modelo que predomina mais em nossa sociedade atualmente. Talvez, a mídia exerça com maior predominância o poder positivo (no sentido de produzir saber), em que a finalidade é fabricar, observar, produzir saber para controlar as ações dos indivíduos. Na *Veja*, parece haver a predominância da formação de um saber sobre os candidatos para influenciar as ações dos leitores da revista. Trata-se de ver a revista como lugar de exercício de um poder que produz saber legitimado sobre nossa política. Seu papel se aproxima do papel da hierarquia instituída nas cidades sob a quarentena. O período eleitoral pode ser comparado ao período da quarentena. Nesse momento, todos os candidatos são colocados sob vigília constante. Sobre eles, há toda a formação de registros dos seus atos. Tais registros são comparados com outros do arquivo³⁴ em poder da mídia. Os candidatos devem se apresentar conforme o *script* preestabelecido para eles, caso contrário serão declarados “doentes”.

Nesse período eleitoral, o *marketing*, conforme já citamos, é o meio de controle eficaz dos indivíduos. Ele é um instrumento decisivo para as decisões dos eleitores. Ganhar uma eleição sem *marketing*, é quase impossível nos dias atuais. Por isso, os políticos estão sempre preocupados como vão aparecer na grande mídia, pois não querem de modo algum sofrer desqualificação para os cargos a que concorrem. Consciente de sua importância, a mídia, visando agir sobre a ação dos outros, faz uso de diferenças lingüísticas ou culturais, tem como objetivos a manutenção de privilégios e acúmulo de lucros, se vale dos efeitos da palavra para influenciar, elege fenômenos de hábito ou de

³⁴ Para Foucault (2002, p. 149), “o arquivo é, de início, a lei do que pode ser dito, o sistema que rege o aparecimento dos enunciados como acontecimentos singulares”.

moda preferíveis; enfim, tenta se impor a qualquer resistência possível a seu saber. Esse poder exercido pela mídia forma saber e investe sobre o corpo. É, antes, um investimento político sobre o corpo. Para Foucault (1986), o corpo está imerso num campo político, em que as relações de poder estão implicadas para investi-lo, marcá-lo, dirigi-lo, sujeitá-lo a trabalhos, obrigá-lo a cerimônias. Esse estudioso nos convida a ver a sujeição do corpo não mais a partir da violência física que poderia submetê-lo, mas a partir de uma sujeição que pode ser “direta, física, usar a força contra a força, agir sobre elementos materiais sem no entanto ser violenta; pode ser calculada, organizada, tecnicamente pensada, pode ser sutil, não fazer uso de armas nem do terror, e no entanto continuar a ser de ordem física” (FOUCAULT, 1986, p. 28). Assim, o corpo não é pensado a partir de seus atributos físicos, mas a partir de uma sujeição da “alma”. Pode-se, conforme Foucault (op. cit.), ter um saber do corpo que não se restringe a seu funcionamento, nem a um controle de suas forças, mas que trata da sua subjetividade. No entanto, esse saber do corpo não é contínuo e não pode ser localizado apenas em uma instituição ou material. Ele é antes fragmentado. É como fragmento que pretendemos analisar o saber nas capas da revista *Veja* com o objetivo de mostrar como o exercício do poder pela revista fabrica corpos políticos para as eleições de 2002. Esse saber que investe sobre o corpo do leitor para sujeitá-lo é constituído de modo a apresentar a política em forma de espetáculo. Nele, a subjetividade proposta fabrica corpos políticos por meio de imagens espetaculares.

Debord (2005), ao falar da sociedade do espetáculo, nos mostra como a relação com o vivido passou a ser mediada por imagens, tornando a experiência do real apenas contemplação. O espetáculo é, para Debord (op. cit.), o produtor de um olhar iludido e da falsa consciência em uma sociedade que, em parte, se relaciona por meio de imagens. Ele, nesse sentido, se estabelece como uma visão de mundo, ou seja, produz realidade. Mas, essa realidade não seria real, ao contrário é irreal. Em nossa sociedade, o espetáculo é fruto do modo de produção existente. Se realiza nas práticas dominantes da sociedade atual por meio de informação ou propaganda, publicidade ou consumo direto de divertimentos. O que acarreta a divisão do mundo em realidade e imagem. Essa divisão é realizada por meio de uma linguagem espetáculo que está intrinsecamente ligada ao modo de produção existente em nossa sociedade. De acordo com Debord (op. cit.), o espetáculo é um produto que inverte o real. Ao produzir essa inversão, ele produz realidade, tornando-se

o próprio real. Assim, o mundo partilha de duas realidades uma objetiva fora do espetáculo e outra não menos objetiva dentro do espetáculo que invade a primeira. “Agindo” desse modo, o espetáculo transforma o vivido em aparência. Segundo Debord (op. cit.), qualquer crítica ao espetáculo não é feita de fora dele, mas se produz em seu interior, já que o momento histórico no qual estamos inserido não nos permite olhar para o espetáculo de outro lugar.

Ao tomarmos o espetáculo como modo de subjetivação nas capas da *Veja* para explicar como os leitores foram subjetivados durante a campanha eleitoral de 2002, pretendemos não tratá-lo como uma realidade oposta a outra realidade que existiria fora dele. À maneira de Foucault, analisaremos os enunciados nas capas da *Veja* como sendo o próprio real, pois eles são produtores de uma realidade para os leitores da revista. Esses enunciados se encarregam de fazer ver a política, dando a ela uma configuração que a torna visível. Tal configuração é que investe sobre os corpos dos leitores para fabricá-los como sujeitos políticos. Ela é produto de imagens espetaculares que mediam a relação do leitor com a política. Esta como espetáculo é a forma de controle sobre o leitor da *Veja*, pois produz um entretenimento que distrai enquanto as idéias da revista são ditas aos leitores.

Para Courtine (2003), a mídia é responsável pelo declínio do discurso político em forma de monólogo, o que ocorreu por meio da crítica antitotalitária das línguas de madeira, que, durante os anos 70 e 80, recusou toda forma longa e monológica da fala pública. Ela substituiu essa maneira da fala pública por outra forma de expressão no campo político, que dá à política uma dimensão das propagandas de venda de produtos. Ou seja, a política passa a ser apresentada por meio de formas breves, de fórmulas, de pequenas frases. As regras dos veículos midiáticos exigem que a fala política seja cambiável, fluida, imediata, que dure apenas até a próxima propaganda de um produto, isto é, que tenha na astúcia verbal a fórmula de convencimento sem ter que apelar para as estratégias discursivas. Segundo Courtine (op. cit., p. 22), entra em cena a fala dialógica, constituída de jogos de linguagem, de trocas conversacionais: “a fala pública conhece uma profunda transformação enunciativa, que a torna uma fala breve, interativa, descontínua, fragmentada”. Esse tipo de fala abre espaço para que o indivíduo falante seja a figura principal das discussões políticas, deixando de lado o aparelho político, conforme evidencia Courtine (op. cit.).

A partir dessas novas práticas na política, o que ocorre, conforme Courtine (op. cit.), é uma passagem dos jogos de verdade, antes, estabelecidos pela oposição entre direita e esquerda para formas próprias das regras midiáticas que estão investidas de um imaginário de que a racionalidade produzida nos veículos de mídia estão de acordo com o moderno versus o arcaico das práticas anteriores a eles. Ou seja, as formas longas caíram no descrédito, deram lugar às formas breves. Que outro lugar a política é apresentada por meio de formas breves? Senão nas capas de revistas como as da *Veja*. As formas breves, que outrora não eram praticadas, tornam-se meio de produção da política a partir de um espaço público tomado pelo *marketing*. A lógica do *marketing* é a fórmula que está presente nas capas da *Veja* para produzir um saber espetacular que tem por finalidade controlar os leitores da revista. Esse saber espetacular é fruto do exercício do poder praticado pela revista. Analisando esse saber, conforme já dissemos e não é demais reiterar, pretendemos mostrar como o poder é exercido sobre os leitores da *Veja*. A seguir analisamos as capas.

3.2 - O enunciado político na *Veja*



Ao entrar em contato com uma capa de revista como a que *Veja* põe em circulação na primeira semana do mês de outubro cujo assunto principal é política, pode-se talvez pensar que o tema mentira mobilizado para falar de política, além de possível, é perfeitamente ajustável à linguagem escolhida pela revista. Tendendo a ver a relação estabelecida entre mentira e política como evidente, parece escapar a boa parte dos leitores da *Veja* questionamentos possíveis sobre essa relação. Para reforçar isso, a política não se realiza sem um espaço de visibilidade pública. A capa da *Veja* é um entre outros espaços em que a política se torna visível. E, como estratégia decisiva para conquistar votos, os políticos têm conhecimento do papel que a mídia exerce durante o período eleitoral, não só durante, mas também antes e depois dele. Por isso, tentam ocupar o máximo possível os espaços de visibilidade que a mídia possui. Nesse sentido, ser visível, na capa de uma revista como a *Veja*, pode fazer grande diferença para qualquer político. Mas, a capa, apresentada acima, dá visibilidade a um tema mais geral: “A mentira na política”. Trata-se de um tema entre outros, porém não é bem assim. Por que falar de mentira na primeira

semana do mês de outubro? Talvez, para essa pergunta, não seja possível dar uma resposta ou, ao contrário, dar várias. Observar o que está dito, pode ser um passo para descrever o discurso de verdade que a capa constrói para o leitor e, ao mesmo tempo, a forma como subjetiva seu corpo político.

Olhando para a capa, a impressão da palavra “mentira”, em caixa alta e em cor amarela, seguida de um ponto de exclamação, acima de duas máscaras: uma expressa tristeza e a outra alegria, parece pôr para funcionar o espetáculo político, pois o escopo de sua forma visa chamar a atenção do leitor. Constituída com cores fortes, a capa envolve o leitor no jogo proposto pelo espetáculo, ou seja, prender, mesmo que seja por pouco tempo, os leitores diante dos dizeres inscritos nela. Esse espetáculo camufla o controle que será exercido sobre o leitor. A capa não é espetacular pela referência direta ao teatro que as máscaras provocam, mas pela produção das imagens que constituem objetos possíveis; entre eles, está o tema de relacionar políticos a atores. A política aparece, assim, como um palco. Surge como o grande espetáculo a se realizar, sugerindo o leitor como espectador. A imagem do leitor presente na capa é fruto do espetáculo em que ele está imerso, cabendo-lhe nessa condição apenas olhar. Será que ele olha a capa? Ou capa olha para ele? Do interior da capa, vem o alerta. Os olhares se entrecruzam, o da capa sobre o leitor e o do leitor sobre a capa. Estão antecipadas na capa, por meio das máscaras, as reações possíveis diante da palavra mentira, que podem ser: surpresa, espanto, raiva e indignação. Para o leitor, é construída a posição de espectador, onde ele pode esperar pelo desenrolar do espetáculo, mas alguns não aceitam tal posição. Para os que aceitam a posição construída, suas reações frente aos dizeres da capa já foram previstas. O olhar que a capa imprime ao leitor funciona, ao mesmo tempo, para moldá-lo. Tal olhar o interpela a ver a política por meio da visibilidade constituída na capa. Em certo sentido, o leitor, imerso nos dizeres da capa, parece receber do que está visível tudo o que precisa saber sobre política naquele momento. Esses dizeres da capa assumem a posição principal no “Panopticon”, ou seja, vigiar o leitor a partir do que é efetivamente dito na capa³⁵. O tema mentira alerta o leitor para a necessidade de ficar atento sobre possíveis mentiras que os políticos contam.

³⁵ A imagem possibilitada por essa analogia não é literal em relação ao funcionamento do “Panopticon” que tem na figura do guarda sua realização de vigilância. O olhar, que sugerimos, é o que incute no sujeito uma sujeição de sua “alma”.

O controle se justifica por meio do alerta que a palavra “mentira” provoca, sendo o enunciado que aparece no canto superior esquerdo da capa essa justificativa. O enunciado “Collor, novo escândalo no aniversário de dez anos da queda” “trabalha” a relação entre evitar que políticos, que estão disputando as eleições, consigam se eleger por meio de mentiras e também provocar, simultaneamente, no leitor, o medo de que erros do passado possam voltar a acontecer. Veículos de comunicação, como a revista *Veja*, se encarregam de dizer a verdade sobre a nossa política, pois têm o papel privilegiado de “locutor” em nossa sociedade, pondo o que diz a circular como passível de ser aceito como verdade ou não. O que está dito em sua capa é que pode constituir-se em verdade. Esta está exposta ao olhar dos leitores. Entre eles, alguns serão guiados a ver a política pela ótica impressa na capa, mas outros resistirão a essa ótica. De certa forma, todos são controlados num espaço fechado onde não há possibilidades para sua participação, pois o que está na capa não pode mais ser modificado. Porém, os que resistem se põem fora do limite do discurso que tenta sujeitá-lo, têm que produzir sentidos contrários ao que está na capa em outro lugar, pois a seção carta dos leitores ativa uma “polícia discursiva” que recusa dizeres contrários aos interesses políticos da *Veja*.

A palavra “mentira”, as máscaras, o enunciado sobre Collor, os outros dizeres abaixo das máscaras, tudo isso parece que sempre esteve presente na capa. Tem-se a impressão, equivocada por sinal, que aquilo que está na capa só poderia ser dito daquela maneira. A capa está ali na frente do leitor como uma evidência sobre política. A verdade começa a se formar. O que parece se tornar evidente é que a política é o exercício da mentira. Assim, a capa constitui mais do que é constituída pelo leitor. Diante dela, está o corpo político a ser subjetivado. Esse corpo político recebe da capa e, talvez não só por ela, os dizeres que o constroem como eleitor no espaço de possibilidades que a democracia sugere. No limite dessas possibilidades, supõe-se a liberdade de escolha, mas é ilusória que essa escolha esteja livre das ações do poder que a governa.

Para subjetivar o corpo político, os enunciados abaixo das máscaras explicam porque o tema mentira está presente na capa. São esses enunciados que inscrevem no corpo do leitor as verdades sobre o objeto política de que trata a capa. O enunciado “Um levantamento mostra que as pessoas ouvem duzentas mentiras por dia” põe para funcionar as estatísticas. Esse enunciado produz o efeito de espanto e, simultaneamente, enfraquece,

desanima e desarma. O estatuto de verdade é assegurado pelo dizer que está na revista. Em sociedades como a nossa, a pesquisa goza, quase sempre, do privilégio de ser prova da verdade que está sendo enunciada. A contraprova para derrubar uma verdade disseminada por meio de uma pesquisa parece ser aceita somente através de outra pesquisa. Resistir a um enunciado como o que está em questão, torna-se, de certo modo, quase impossível, mas não é inexistente a resistência por parte de sujeitos que estão expostos a outros processos de subjetivação. A pesquisa é um dos meios mais eficazes para controlar. Ela produz a verdade com comprovação. Sua construção do real é exata, na medida em que possibilita em um certo momento chegar ao conhecimento de como estão sendo realizadas algumas práticas no meio social. Trata-se, portanto, de tomar o enunciado da capa por meio do estatuto científico que o constitui como legitimamente produzido num espaço visível que assegura a ele sua condição de verdade. O fato de ser dito tendo um apoio institucional confere ao enunciado não só um caráter de informação, mas produz uma maneira de ver a realidade, pois inscreve no corpo político, que constitui, a verdade sobre si mesmo. A sutileza da inscrição dos dizeres no corpo se dá principalmente porque “as pessoas” são apresentadas como vítimas das mentiras contadas. Cria-se o efeito de que o corpo político ao qual estão direcionados os dizeres não mente, pelo contrário deve ser subjetivado para se defender das mentiras. Assim, o controle é exercido pela produção do saber que possibilitará ao leitor tomar conhecimento de como as mentiras estão presentes no seu dia-a-dia. Esse saber, dado em dose homeopática na capa, desperta curiosidade e, ao mesmo tempo, explica a importância de se tratar do tema em questão. Desse modo, alguns leitores se submetem ao espetáculo da capa, que se desdobra diante de si. A finalidade desse espetáculo é o corpo, torná-lo “dócil” aos dizeres que estão dispostos em forma de tópicos.

A relação estabelecida entre o primeiro tópico, cujo enunciado foi abordado acima, e o segundo tópico, cujo enunciado é: “A mentira é um apaziguador social e sem ela a vida seria um inferno”, parece apresentar uma contradição. Se o primeiro enunciado causa espanto, o segundo parece atenuar o efeito do primeiro. Este segundo enunciado aparentemente tranquilizador camufla o efeito que se quer produzir, pois sua composição não é um atenuante para o primeiro enunciado, mas uma antecipação do outro enunciado que está abaixo, ou seja, entre todas as mentiras que são ouvidas pelo leitor, há as que tornam sua vida aceitável. Assim, o enunciado surge de uma função enunciativa em que o

leitor não será reprovado por mentir, mas, em certo sentido, dá a ele a diferença entre as mentiras “boas” e as ruins. Trata-se de dizer ao leitor as mentiras que ele ouve, mas que não são tão importantes. Essa atitude apresenta uma postura conservadora, na medida em que não busca modificar o meio social, apresentando maneiras para se tentar construir um ambiente em que haja mais sinceridade, mas trata o assunto apenas como uma constatação. Além disso, no trecho: “e sem ela a vida seria um inferno”, há a posição em defesa do que se considera mentiras sem importância. Reproduz-se o meio social tal qual ele é, ou seja, contribui para reforçá-lo. Ao dizer que “a mentira é um apaziguador social”, subjetiva-se, com efeito, o leitor a não se importar com determinadas mentiras, o que gera um corpo despreocupado em combater certos tipos de comportamentos em outros espaços. Trata-se de um dizer que privilegia a canalhice no meio social, isto é, premia o comportamento em que não ser sincero é ser igual aos demais. Como o discurso escapa a quem os produz, pode-se perceber no segundo enunciado uma grande contradição no discurso assumido por *Veja*, que busca subjetivar corpos políticos para agir contra políticos mentirosos. Assim, o leitor se vê diante de um discurso que o autoriza a ser mentiroso, ou seja, que pode falar mentiras para apaziguar sua vida. Está dito no enunciado que mentiras que não estão relacionadas à política fazem bem às relações sociais. Como assim! Mentir faz bem? Para quem mente ou para quem ouve a mentira? Nessas interrogações, está presente a subjetividade do sujeito que se propõe a falar de política ao leitor. A partir dessa subjetividade, constituem-se os corpos políticos dos leitores que não resistem a esse modo de subjetivação. O segundo enunciado põe de lado as mentiras do cotidiano para dizer ao sujeito que olha a capa, que sua preocupação está direcionada em combater as mentiras ditas na política.

O terceiro enunciado é ainda mais curioso, pois expressa o controle, de certo modo, em sua plenitude. O que está dito no enunciado é “por que os políticos exageram seus poderes e fazem promessas que não irão cumprir”. Esse enunciado inicia-se por um pronome interrogativo, mas não termina com um ponto de interrogação. Uma interrogação que parece interpelar o leitor. Porém, o enunciado sugere que a pergunta não é direcionada ao leitor, porque o sinal de interrogação não aparece na capa. A participação do leitor parece estar presente nesse enunciado, por outro lado a pergunta também parece ser retórica, isto é, o sujeito pergunta e responde ao mesmo tempo. O efeito da interrogação

supõe que o leitor está interessado em saber exatamente a resposta para o tipo de pergunta feita pela revista. Além disso, a pergunta sugere algum tipo de resistência por parte do leitor que pode se recusar a ceder ao efeito de ser interrogado. Por isso, a escolha da questão é realizada pelo sujeito da enunciação. Esta antecipa ao leitor o desejo dele, ou seja, saber “por que os políticos exageram seus poderes e fazem promessas que não irão cumprir”. Assim, o controle é exercido na atitude de dizer ao leitor o que ele tem que querer saber, mas sem dizer isso de forma que pareça ser uma imposição, ou seja, o poder exercido deve, entre outras coisas, seduzir. Por isso, a forma de subjetivar o leitor a aceitar que o que está visível na capa é o que ele deseja saber sobre política é o espetáculo para garantir o consumo. A visibilidade pública da política obtém seu êxito porque a política é produzida para o leitor em forma de espetáculo. Esse espetáculo é um dos modos de subjetivação possível, e, na revista *Veja*, está expresso esse modo de subjetivação para controlar o leitor. Tal modo de subjetivação é evidente para o leitor, já que ele está imerso na sociedade do espetáculo. Alguns desses leitores não se questionam a maneira como o tema política está sendo tratado na capa, porque a relação entre leitor e revista se tornou habitual. O hábito faz de boa parte dos leitores sujeitos acostumados a serem subjetivados pelo modo espetacular, tornando-os passíveis de controle por meio do saber produzido tanto na revista quanto em outros veículos da mídia. Assim, o leitor não percebe o controle que é exercido sobre ele sutilmente pelos dizeres na *Veja*.

A seguir abordamos outra capa da revista *Veja* veiculada na semana seguinte à capa que acabamos de analisar.



As eleições de 2002 se dividem em dois momentos: um se realiza com as votações do primeiro turno e o outro, com as votações do segundo turno. No primeiro turno, os eleitores decidem quem vai para o segundo turno ou quem vence as eleições já no primeiro turno. No Brasil, a cada quatro anos, vamos às urnas para decidir eleições em primeiro e segundo turnos para o executivo, já para o legislativo, estaduais e federais, elas são decididas no primeiro turno. Em 2002, estávamos vivendo o período eleitoral que tinha como objetivo preencher os cargos tanto do executivo quanto do legislativo. As votações do primeiro turno aconteceram no dia 6 de outubro. A capa acima está datada de 09 de outubro, mas a inscrição no canto superior “Eleições 2002” faz supor que sua circulação começou bem antes. O tema dessa capa aponta para as eleições de um modo geral, porém as imagens na capa direcionam o foco principal para os candidatos à presidência do Brasil. A escolha desse tema é pertinente, pois os brasileiros são envolvidos numa rede de informações que trazem os acontecimentos da disputa para o cargo mais importante do país. No entanto, pode-se questionar o que está dito na capa para constituir a política para o leitor da revista, buscando mostrar o que está dito no que a revista diz a seus leitores.

A capa em questão assemelha-se a um cartaz que anuncia um espetáculo a se realizar. Em destaque na parte superior da capa, está a chamada “Eleições 2002”. Dessa chamada, saem raios de luzes que iluminam as cabeças dos quatro candidatos à presidência. Essas cabeças estão dispostas na seguinte ordem: a cabeça de Ciro Gomes vem primeiro, depois a cabeça de Anthony Garotinho, abaixo deste a de José Serra e, por último, a cabeça de Lula. A ordem presente na capa parece supor as posições que os candidatos ocupam na corrida presidencial. Atrás das cabeças, há pequenas estrelas brilhando. À frente, as cabeças brilhando, na capa, como se fossem cometas vindos do céu, podem levar o leitor a associar os políticos a estrelas. Há estrelas pequenas que, atrás das cabeças, sugerem a comparação entre políticos e estrelas, não do céu, mas estrelas de um outro tipo de espetáculo, ou seja, do show business. A capa, que foi analisada anteriormente, constitui a política como teatro, trata políticos, de um modo geral, como atores. Na atual capa, apresenta-se os atores do grande espetáculo que está para acontecer e, ao mesmo tempo, confirma a idéia de que o enunciado é um nó em uma rede, pois a composição dessa capa reforça a composição da capa que foi analisada antes dessa. São as votações do primeiro turno que se espetacularizam. Nelas, os candidatos sorriem para os leitores, cada um à sua maneira. O leitor tem a impressão de que cada candidato o olha, tentando conquistá-lo com um sorriso amistoso. Ali na capa, as cabeças convidam o leitor a participar do espetáculo das eleições, como se os políticos se apresentassem aos leitores. No entanto, eles não se apresentam, são, antes, apresentados pela revista. Os enunciados ao lado das cabeças apresentam o “roteiro” que o leitor precisa seguir para se identificar com um dos atores do espetáculo político.

O primeiro enunciado “Você decide”, em caixa alta, diz ao leitor seu papel no espetáculo, ou seja, decidir entre um dos candidatos. Esse enunciado evoca uma série de práticas que estão relacionadas à democracia. Entre elas, o ato de votar como medida eficaz para garantir o exercício democrático, cada voto tem o mesmo valor, isto é, todos se igualam mesmo em condições desiguais. Na democracia, há sempre a impressão de que a igualdade é possível, mesmo com todas as desigualdades visíveis. O pronome “você”, em terceira pessoa e em destaque na capa, fala direto ao leitor, interroga cada um em sua individualidade, governa cada um a exercer seu papel. É, no espaço onde se supõe liberdade, que o poder é exercido como mais força; por isso, a democracia é um terreno fértil para o exercício de uns sobre os outros. Na capa, há o enunciado que diz ao leitor

“você decide” que surge de uma função enunciativa democrática e, em seguida, os enunciados abaixo exercem o controle sobre a decisão que o leitor terá que tomar. Ao decidir em quem votar, o leitor não se dissocia do saber que a revista produziu sobre os candidatos. Esse saber constituirá o corpo político dos leitores. Nessa constituição, talvez a escolha já esteja feita, e os leitores serão apenas conduzidos a ela, mas não se deve deixar de alertar que há nesse processo resistências por parte de alguns leitores. Trata-se de perceber que o enunciado “Você decide” sugere a liberdade de escolher, mas essa liberdade de escolha só pode ser exercida com o auxílio da revista que está supondo tal liberdade. Assim, esse enunciado surge também porque a revista se antecipou, percebendo que poderia haver resistências ao seu discurso. A formulação desse enunciado passa a impressão de que o leitor é totalmente livre para escolher. Ao produzir saber sobre os candidatos, o controle já é exercido pela revista por meio dos aspectos que mostrará de cada um deles. As escolhas feitas sobre, por exemplo, desempenho político de cada um são maneiras de exercer o controle sobre os leitores, pois eles esperam que determinados anseios seus sejam atendidos pelo candidato vitorioso. Assim, a liberdade de decisão pode ser condicionada pela revista ao produzir estrategicamente saber sobre um determinado candidato, dando a ele qualidades que o façam capaz de atender os anseios que os leitores têm. Isso é possível por que leitor e revista se conhecem. Ao se tornar assinante, o leitor informa quase tudo sobre sua vida para a *Veja*. Os leitores eventuais também são conhecidos por meio de pesquisas. Por isso, o enunciado “você decide” é a função enunciativa que pode ser ocupada por qualquer sujeito inserido numa sociedade que é regida pelo sistema democrático. Nesse sentido, a revista ocupa essa função para dizer ao leitor qual é seu papel. Portanto, os enunciados abaixo supõem uma neutralidade da revista em relação aos candidatos, mas o que está dito neles é neutro?

Abaixo do enunciado “Você decide”, está inscrito o enunciado “Está nas suas mãos escolher se haverá segundo turno e com quem Lula concorrerá”. Havia a possibilidade de que o candidato Lula vencesse as eleições já no primeiro turno, pois as pesquisas indicavam que isso poderia acontecer. A formulação “Está nas suas mãos escolher se haverá segundo turno...” surge de um discurso que se diz preocupado com o leitor para fazê-lo optar pelo segundo turno, pois seria uma maneira de conhecer melhor os candidatos, já que iriam continuar expondo suas idéias aos olhares dos críticos. Essa

formulação poderia ser “Está nas suas mãos escolher se **não** haverá segundo turno” e, em seguida, ser suprimido o restante do enunciado, mas a escolha da revista apagou, entre outras, essa possibilidade. O que está dito no enunciado em questão é o desejo de que o segundo turno aconteça, pois o restante da formulação “e com quem Lula concorrerá” emerge de uma posição que busca o respaldo do leitor para que o desejo expresso na revista se realize. Na *Veja*, o acontecimento do segundo turno é precipitado, agenciando o corpo político a atender a essa emergência do segundo turno. Toda a formulação a partir de verbos no futuro do presente, que indicam uma ação da qual se tem a certeza de realização no futuro, afirma a vontade de que o leitor atenda ao chamado presente na revista. As quatro cabeças, presentes na capa, camuflam a tendência combativa a uma decisão no primeiro turno. Nesse sentido, o enunciado que vem abaixo pode ser bastante esclarecedor.

O enunciado “Para ajudá-lo a fazer a escolha, VEJA revela:” pode ser interrogado sobre qual escolha se quer dar ênfase. Há pelo menos duas escolhas apontadas no enunciado anterior “se haverá segundo turno” e, caso haja, “com quem Lula concorrerá”. Se o leitor escolher que não haja segundo turno, terá feito uma escolha e se escolher que haja, terá feito uma escolha, ambas diferentes. Se o leitor optar pela segunda possibilidade, também tem que fazer uma segunda escolha, ou seja, escolher o candidato que enfrentará Lula no outro turno. Porém, o substantivo “a escolha” está no singular, o que poderia indicar uma opção pela possibilidade de não haver segundo turno, mas se o desejo fosse esse, a formulação poderia ter sido “Está nas suas mãos escolher se **não** haverá segundo turno”. Não sendo essa a formulação, pode-se perceber que o discurso supõe que o leitor aceita o que está dito e faz a opção pelo segundo turno; por isso, a escolha possível é o candidato que concorrerá com Lula. Se a opção do leitor não fosse essa, o discurso presente na capa perderia sua função, pois se os leitores já houvessem escolhido Lula, não haveria a necessidade de revelar nada. De fato, o controle por meio do discurso está sendo exercido ao conduzir o leitor a não escolher Lula. Aliás, escolher Lula é a única coisa que não deve ser feita. Assim, a política ganha contornos para constituir corpos políticos no espaço de visibilidade que a revista ocupa para informar o seu leitor. Este é conduzido a aceitar a individualização que está proposta para ele na capa, ou seja, escolher o que o discurso diz que deve ser aceito. Esse discurso tenta camuflar seu próprio papel, ou seja, dissimula, por meio da ajuda que sugere, seu temível efeito de convencimento. Ele diz ao

leitor que este precisa de ajuda, e o papel do sujeito *Veja* é “ajudá-lo”. Nessa ajuda, o controle sobre os leitores vai ser exercido e, de forma velada, será aceito porque eles não percebem na ajuda qualquer risco. Para exercer o poder sobre o leitor em forma de ajuda, a estratégia principal é a produção do saber presente na revista. Esse saber começa a se articular em torno de um verbo, por sinal, bastante intrigante. O verbo “revelar” tem as seguintes acepções: manifestar; esclarecer; evidenciar; dar a conhecer (mistérios, segredos, etc); descobrir; patentear; declarar; denunciar. Tais acepções, no discurso do sujeito *Veja*, vão constituindo o efeito do inesperado, ou seja, aquilo que o leitor não ficou sabendo e só pode tomar conhecimento porque a revista está proporcionando isso a ele. Além do mais, a escolha do verbo produz o efeito de legitimidade ao discurso da capa, pois forma-se, no interior da própria capa, a necessidade de que o discurso crie um sujeito político, que precisa do Outro para lhe dizer o que não conseguiu saber antes. Trata-se de perceber que a capa busca inscrever no leitor

... os enunciados [que] se apropriam dos corpos e os desviam de sua destinação na medida em que não são corpos no sentido de organismos, mas quase-corpos, blocos de palavras circulando sem pai legítimo que os acompanhe até um destinatário autorizado (RANCIÈRE, 2005, p. 60)³⁶.

O leitor é subjetivado para se tornar individual, constituído pelo discurso que o separa de qualquer coletividade possível; por isso, o pronome “você” é inserido na capa para convocar o leitor a se identificar com a individualização sugerida para governá-lo. Os enunciados que se apropriarão dos corpos dos leitores são dados em forma de saber sobre os candidatos, aparecem abaixo do enunciado que analisamos acima. Todos os “mistérios, segredos” sobre os candidatos ganharão *status* de verdade nas páginas da *Veja*, pois são ditos de uma determinada maneira pela revista e põem-se a funcionar para muitos leitores, talvez, como a única verdade possível sobre os presidenciais.

Uma estrela acima do enunciado “como pensam, como decidem e como mandam os presidenciais” confere um efeito de espetáculo ao saber que o leitor pode tomar como verdade para que possa fazer sua escolha. Esse enunciado se liga à posição do *Panopticon* ocupada pelo sujeito *Veja* que vigia os candidatos, que acompanha os passos deles, que pode dizer o que cada um fez ou o que cada um pode fazer se ocupar a cadeira de

³⁶ *Grifo nosso.*

presidente. Trata-se de perceber que a legitimidade do discurso presente na revista está intrinsecamente relacionada à sua posição institucional, pois esse discurso tem seu papel reforçado pela posição que a *Veja* ocupa em nossa sociedade, isto é, entre outros, produzir saber sobre os políticos e seus atos. Essa legitimidade discursiva prende o sujeito leitor à posição do dizer verdadeiro que o constitui, porque disponibiliza um saber que apresenta a vida dos candidatos por dentro. Nesse sentido, o discurso, na capa em questão, produz estrategicamente saber que subjetiva os leitores a votar nos estilos de vida construídos no discurso da *Veja* sobre cada um dos candidatos. Esses estilos de vida aparecem no discurso porque há uma preocupação que opera com o objetivo de organizar a vida. A presença de enunciados que acentuam a ilusão de que cada um é livre para escolher o rumo de sua vida, é apenas um jogo de espelho em que o discurso democrático se reflete no discurso da *Veja*, pois as possibilidades que podem se realizar já foram escolhidas. Isso é possível porque a revista possui saber, pois tem dispositivos de investigação, de pesquisa e pode mostrar saídas comprovadas quantitativamente para a futura administração de cada candidato. A dúvida do leitor pode ser esclarecida por meios infalíveis como explicações que acumulam estatísticas sobre como alcançar as melhores formas de vida. Os números não enganam, explicitam e antecipam verdades. Errar não é permitido. Assim, os corpos políticos são constituídos por números que os conduzem ao candidato que pode ter mais sucesso devido ao método de administração aplicado à resolução dos problemas que o país precisa resolver. Tanto os problemas apontados quanto as soluções possíveis, que cada candidato poderá apontar, são, por assim dizer, ligados à posição que os coloca em cena. Assim, o discurso da *Veja* antecipa ao leitor a reação do presidenciável frente a um problema. Desse modo, exclui qualquer outra forma de ação de qualquer um deles. Produz-se, portanto, a verdade que atravessa os próprios corpos dos políticos, ou seja, que os constrói definitivamente para o leitor. Essa verdade se impõe por meio do espetáculo que constitui a política como tema da capa. Ela não se impõe pela coerção, mas pela sedução que o espetáculo proporciona, pois este prende o leitor em sua própria história. A maioria dos leitores não percebem que o que está dito na capa poderia ser dito de outra maneira, por exemplo, por meio de uma fotografia original que apresentasse os candidatos de corpo inteiro em alguma atividade política. Mas, a preferência pelo espetáculo é um meio de prender o leitor a sua história do presente e, além disso, garantir por meio desse tipo de visibilidade pública da política o

consumo. Assim, o espetáculo é mobilizado para produzir os políticos como artistas, celebridades, estrelas que brilham sob holofotes, para quem todos olham, procuram se identificar, imitar. A acumulação desse espetáculo, constituído de imagens, de formas de vida que são construídas no saber, de crenças, produz reprodutores dos sentidos que a capa gera. Esse processo não se impõe sem as resistências, mas elas são silenciadas nas cartas dos leitores, produzindo ecos em outros lugares. A capa em questão traz um enunciado que ativa na memória do leitor uma relação com a capa que a antecede.

O último enunciado “Quais são as promessas que eles fazem e quais as que não vão cumprir” é uma reformulação do enunciado “Por que os políticos exageram seus poderes e fazem promessas que não irão cumprir”. O primeiro enunciado é mais específico que o segundo, faz referência aos candidatos à presidência. Tanto o substantivo “as promessas” quanto o pronome de terceira pessoa “eles” retomam elementos discursivos definidos, aquele retoma as promessas dos presidenciáveis e este remete aos candidatos Ciro Gomes, Anthony Garotinho, José Serra e Luís Inácio. Assim, a reformulação é uma maneira de trazer à lembrança do leitor o tema “mentira” apresentado na capa que analisamos anteriormente. Da outra capa a esta, não cessa de se impor no discurso da revista uma vontade de verdade sobre os sujeitos políticos. Trata-se, de certo modo, de um controle discursivo que joga com o verdadeiro e o falso, pois as verdades ditas no discurso da *Veja* constroem, ao mesmo tempo, o falso dito pelos candidatos. Esse último enunciado que retorna reformulado do arquivo propicia uma relação com as sociedades de discurso que Foucault (2004, p. 40) diz não terem desaparecido, pois “mesmo na ordem do discurso verdadeiro, mesmo na ordem do discurso publicado e livre de qualquer ritual, se exercem ainda formas de apropriação de segredo e de não-permutabilidade”. No seu discurso político presente na *Veja*, produz-se o tempo todo esse efeito de segredo que é manifestado nas “revelações” sobre os atores políticos e seus atos, mas que não é divulgado enquanto forma de apropriação do discurso político dos envolvidos na campanha eleitoral para traduzi-lo como eficaz ou como ineficaz. A próxima capa da série que analisamos apresenta uma configuração bastante curiosa.



Entre todas as capas, a capa acima traz um discurso que faz rir e, além disso, produz a política de uma maneira que lembra a virtualidade do mundo cibernético. Imagens das cabeças de políticos mescladas em imagens de corpos de dinossauros, virtualidade que se sobrepõem a uma possibilidade de tentar reproduzir as imagens dos políticos na capa em qualquer situação de suas vidas públicas. A virtualidade da capa provoca, acima de tudo, derrisão que Bonnafous (2003) diz ser algo presente no discurso político há bastante tempo, misto de humor e agressividade que predominam nas falas políticas. À esteira de Bonnafous (op. cit.), pode-se perceber que o discurso presente na capa acima tenta desqualificar os políticos que aparecem na capa por meio do ridículo. Essa autora, ao fazer o estudo do discurso de Jean-Marie Le Pen, mostra como esse político faz usos das táticas de ridicularização e de desestabilização tanto dos jornalistas quanto da classe política por meio dos jogos de palavras, neologismos, calembures, metáforas e outros acrônimos. O ridículo, na capa, é constituído pelas imagens que têm correspondência nos leitores que partilham da posição derrisória estampada na capa. Os políticos são expostos ao ridículo de serem monstros. Com efeito, o espetáculo das imagens torna os políticos na capa alvo do riso pela cumplicidade estabelecida com os leitores.

O enunciado no canto superior da capa “Enéas: politicossauro que pinta a barba e dorme de calça e camisa” surge de uma posição enunciativa subjetivada pela preferência à exposição do privado no espaço público. Hábitos da vida privada do político Enéas são expostos aos leitores da *Veja* para desqualificá-lo. A estratégia é fazer a oposição entre o arcaico, representado pelas práticas pessoais de Enéas, e o moderno, práticas que possivelmente são assumidas pelos leitores. Assim, o riso surge de uma não identificação, isto é, aquele que ri não está na mesma condição daquele que é objeto do riso. Por isso, o efeito imediato ao ler o enunciado acima é o riso daqueles que se consideram numa posição de sujeito *fashion* em oposição àquele que está numa posição de sujeito *démodé*. O enunciado que desqualifica Enéas expõe a subjetividade da revista como sujeito político que não separa o público do privado, medindo a competência de um sujeito político pelas práticas pessoais. Provocar o riso sobre Enéas, expõe o controle sendo exercido sobre o leitor. O enunciado produz uma realidade não desejável: ter no poder alguém ligado a práticas passadas. O que está dito no enunciado é que a *Veja* não está na posição *démodé*; por isso, pode ridicularizar Enéas. Este político foi eleito. Sua desqualificação partilha da adesão dos leitores que possivelmente não votaram nele. Assim, os leitores podem rir à vontade do ridículo a que Enéas é exposto na capa. Esse político poderia figurar entre os demais que aparecem caricaturados na capa, já que foi desqualificado. Porém, não está na mesma posição dos outros porque foi eleito.

O espetáculo produzido na capa mostra bem o que somos hoje. No campo da política, corpos políticos subjetivados e controlados pelo espetáculo. O enunciado “O parque dos dinossauros”, no centro da capa, é bem familiar, pois é um dos da família do espetáculo. Nesse momento, não se pode deixar de perceber que esse enunciado deu nome a uma série de filmes de ficção do cinema hollywoodiano. O diretor Steven Spilbert produziu um filme em que mostrou a recriação dos dinossauros em laboratório para serem atração em um parque. A menção a esse filme possibilita-nos perceber como os sujeitos políticos são constituídos em sujeitos subjetivados pelo entretenimento ininterrupto, ou seja, a acumulação de imagens está em parte da sociedade numa incessante metamorfose. O enunciado “O parque dos dinossauros” não tem o mesmo referencial na capa da *Veja*, constitui o campo político, houve uma mudança institucional, o que acarretou também uma mudança do enunciado. Mas, não é possível deixar de fazer a relação de sua materialidade à

materialidade do filme para mostrar, em certa medida, como o espetáculo invadiu a política. Esse espetáculo é uma estratégia presente na revista para influenciar as ações dos leitores. O enunciado da capa, de certa forma, mantém relação com um futuro eventual, ou seja, subjetiva os leitores a não votarem em políticos que sejam considerados como sujeitos ligados a práticas arcaicas. Isso produz as eleições a partir dos sentidos de um filme de ficção que chama a atenção, sendo comentado por um tempo, depois é esquecido e substituído por outra produção cinematográfica. O cinema emociona, faz as pessoas reagirem, enquanto estão sentadas na frente da tela, mas depois tudo volta à rotina, sem que aquele filme interfira na vida prática. Ou seja, a política perde sua essência de meio sério para resolver problemas “reais”, torna-se fórmulas espetaculares breves, imagens que não provocam reflexões profundas, mas o riso descompromissado dos espetáculos, cuja finalidade é entreter.

Todo esse efeito de espetáculo camufla senão “ordens”, a derrisão distrai o leitor enquanto o discurso vai se impondo às resistências, pois o riso desarma, produz efeito de igualdade entre os que riem, inclui. Convida-se a rir de políticos dinossauros que foram retirados do parque. O enunciado “Estas espécies foram tiradas de circulação” surge tendo ao fundo a imagem de um solo desértico, criando o efeito derrisório de que os políticos se deram mal nas urnas. Evocando a imagem do parque do filme de Spilbert, pode-se perceber que a imagem de uma floresta abundante desaparece na capa da revista, dando lugar à escassez que a derrota nas urnas propiciou. Trata-se de ver semelhanças da capa com o filme, mas de não ver uma transposição da lógica do filme para a política, pois o enunciado do entretenimento ao constituir a política muda pela relação que estabelece com outros enunciados do campo político. A seguir analisamos a próxima capa.



A capa acima, entre todas as analisadas, é bastante apelativa e traz um discurso que pode ser remetido ao arquivo dos discursos produzidos pelo sujeito *Veja*. A primeira capa formulada por esse sujeito, conforme já foi dito, trazia o enunciado “O grande duelo no mundo comunista” e, além disso, trazia também uma foice e um martelo. Há, na capa acima, indícios de uma regularidade quanto à posição política assumida pelo sujeito *Veja*, já que muitos anos se passaram, mas a aversão aos comunistas permanece. Para controlar os leitores, os enunciados devem reconstruir os medos. Por isso, a capa diz ao leitor, em certa medida, que deve ter medo. É, em destaque, a faixa vermelha, no canto superior esquerdo, que sustenta a grande ameaça, traz a possibilidade de se viver um caos no país. O enunciado “Brasil, O risco de um calote na dívida” é, de certa forma, a cristalização de um pânico que, estrategicamente, controla o leitor a aceitar o discurso que compõe a edição que antecede as eleições do segundo turno. Esse pânico se inscreve no corpo político do leitor para torná-lo suscetível ao que o discurso formulado na revista vai dizer sobre os perigos que a política esconde.

O enunciado, no canto superior esquerdo, surge de uma posição conservadora que se configura pela defesa da tradição, da continuidade e não do risco. Ele

pode ser identificado como uma formulação de direita, pois representa a continuidade e a defesa da ordem hierárquica versus alguma coisa que seria de esquerda que defende a ruptura, a descontinuidade e a ordem igualitária. Ora, um sujeito de direita é subjetivado para, acima de tudo, salvaguardar a tradição, ao passo que o sujeito de esquerda, ao contrário, luta, acima de qualquer outra coisa, para libertar seus semelhantes das amarras a eles impostas pelos privilégios de raça, classe e ações políticas conservadoras de privilégios. Porém, não significa que a direita é absolutamente conservadora, que pretende conservar todas as desigualdades, e que a esquerda é absolutamente igualitária, que pretende eliminar todas as desigualdades. O que é criticado no modo de ver as coisas pela direita, é a defesa do habitual, da tradição e da força do passado. Pois bem, o discurso, na *Veja*, é a expressão do habitual, isto é, os radicais são monstros, querem trazer o pânico, a desordem e romper com a hierarquia fundada, precipuamente, na propriedade.

Segundo Contrera (2002, p. 29), esse pânico, que presenciamos na mídia em geral, “pode ser comparado ao deus Pan, que utiliza o medo, o terror, o entorpecimento, o descontrole para possuir nossos corpos”. A emergência desse enunciado é a encarnação do pânico proposto por Pan, ou seja, “tudo ao mesmo tempo aqui e agora”, isto é, há risco que se perca todas as conquistas sociais, econômicas e políticas, produz-se, na capa, a iminência do caos. Assim, o pânico é utilizado para intensificar o controle sobre o leitor, pois causar pânico permite reforçar os estilos de vida que o discurso da *Veja* propõe. O que entra em cena é a preocupação com a vida para controlar a mente por meio da disseminação do medo. Esse processo de regulação da vida tem, entre a maior parte dos leitores, aprovação, pois esses leitores se vêem frente à revista que se diz preocupada com o seu bem-estar. Tal atitude discursiva visa controlar as ações, sutilmente é verdade.

Para acentuar o pânico, há uma imagem de um monstro abaixo do enunciado que anuncia o perigo que o país corre se a esquerda chegar ao controle do Estado. A figura do monstro surge de uma função enunciativa de direita que se opõe às idéias defendidas pela esquerda. Essa figura híbrida mescla as cabeças de três personagens históricas ligadas à crítica das práticas capitalistas ao corpo de um monstro. A associação das personagens Marx, Lênin e Trotski a um monstro lembra o controle exercido sobre os leprosos que eram indesejáveis e, por isso, deviam ser postos fora dos muros da cidade. Nesse sentido, o controle sobre o leitor visa fazê-lo rejeitar a posição política defendida pela esquerda por

meio de uma relação com uma memória constituída sobre integrantes da esquerda. Neste momento, põe-se a funcionar o arquivo midiático. A memória discursiva do imaginário social e as representações discursivas construídas sobre a ala esquerdista partilham, como diria Foucault, da mesma *epistemê*, da mesma sensibilidade, dos mesmos “medos” (TRONCA, 2005, 207-208). Basta um retorno ao arquivo para se perceber que o olhar sobre a esquerda a partir da posição de um sujeito de direita foi, quase sempre, para produzir uma desqualificação que, outrora, fora enunciada da seguinte maneira: “o ‘perigo vermelho’ [que ainda assusta os militares promotores do golpe de 64] atende pelo nome de Luís Inácio Lula da Silva (JB, 1989)” (apud MARIANI, 1998, p. 115). Os enunciados na capa não se desprendem de uma relação com a história. De acordo com Foucault, (2002, p. 113), “... não há enunciado que, de uma forma ou de outra, não reatualize outros enunciados (elementos rituais em uma narração; proposições já admitidas em uma demonstração; frases convencionais em uma conversa)”. Isso pode ser constatado por meio do trabalho de Mariani (op. cit., p. 115) que selecionou em alguns jornais de 1922 a 1989 algumas designações para os comunistas, as quais são um campo associado ao discurso da revista que os definem como *maus, desatinados, infelizes, ateus, agitadores extremistas, falsos, sedentos de poder etc.* É, aos sentidos produzidos por essas definições, que a capa da *Veja* nos remete. O enunciado “o que querem os radicais” se projeta num campo enunciativo, onde tem lugar e *status* (a capa da revista), que lhe apresenta relações possíveis com o passado e que lhe abre um futuro eventual³⁷. Trata-se de perceber, nessas relações, que esse enunciado evoca uma tentativa de separar os leitores da revista de qualquer tolerância aos membros da esquerda ou às suas posturas políticas. O que está presente no controle que é exercido sobre o leitor é uma exclusão que pode ser associada à exclusão dos leprosos.

A desqualificação da esquerda por meio do discurso da *Veja* surge da estratégia de chamar a atenção para o risco que os leitores estão correndo se Lula ganhar. Mas, o perigo para a revista não é o Lula, e sim “os leprosos” de seu partido. Ou seja, os 30% que devem ser excluídos da política. Essa parcela que abomina o capitalismo é, no

³⁷ Conforme Foucault (2002, p. 113). Ainda ele diz que “qualquer enunciado se encontra assim especificado: não há enunciado em geral, enunciado livre, neutro e independente; mas sempre um enunciado fazendo parte de uma série ou de um conjunto, desempenhando um papel no meio dos outros, neles se apoiando e deles se distinguindo: ele se integra sempre em um jogo enunciativo, onde tem sua participação, por ligeira e ínfima que seja”.

discurso da revista, introduzida na lógica capitalista, pois pretendem cobrar “a fatura”, uma atitude de um empresário que mantém relação comercial com outro. Talvez o termo “fatura” exponha os membros da esquerda como *falsos*, isto é, uma espécie de capitalistas enrustidos. Eles cobrarão por que no sistema capitalista não é comum se perdoar dívidas. Tem-se aí um discurso de uma posição enunciativa ligada às práticas capitalistas, ou seja, que tenta expor o risco que se corre se essas práticas não forem realizadas. Se temos um que vai cobrar, temos outro que, no discurso da revista, diz que não vai pagar. O enunciado “O PT diz que não paga” expõe a lógica capitalista sendo quebrada. Reside aí o perigo, um partido caloteiro. Se esse partido chegar ao poder, o medo é que o enunciado “Brasil, o risco de um calote na dívida” torne-se “O Brasil dá um calote na dívida”. Para evitar isso, as estratégias discursivas surgem em nome do futuro, ou seja, caso os membros que representam 30% cobrem, os outros 70% não vão pagar. Se internamente o partido pratica o calote, o que pensar de sua postura frente aos credores internacionais? Trata-se, nesse caso, de uma maneira agressiva de desqualificar a esquerda. Torna-se, mais agressiva ainda, por que provoca o medo de um caos, caso a esquerda vença as eleições. Portanto, a finalidade precípua é excluir a possibilidade de que a esquerda venha a governar o país, agindo sobre os leitores para não votarem no que está construído na capa como perigo. A seguir analisamos a última capa da série.



Na última capa, edição 1776, do dia 30 de outubro de 2002, aparece a imagem de Luís Inácio Lula da Silva segurando a Bandeira Nacional e, sobre ela, está o enunciado “Triunfo Histórico”. Esse enunciado anuncia a chegada de um ex-sindicalista ao poder. Rompe-se, assim, com uma seqüência de mandatos exercidos por pessoas que não são de origem humilde. Sutilmente, a presença da bandeira traz dizeres que atualizam um compromisso com o lema democrático no Brasil inscrito em duas palavras: “ordem e progresso”. Busca-se criar o vínculo imprescindível com a democracia. A bandeira é o símbolo para estabelecer esse vínculo. Tem-se, nesse enunciado imagético, uma posição de sujeito ligado aos valores democráticos. Na capa acima, não há mais o apelo ao cômico. Trata-se de produzir uma imagem com fotografia original, pois o discurso veiculado nas outras capas sofreu forte resistência, deixando visível a luta no meio social. Ao se impor, a resistência mostra que a relação entre os discursos formulados e os sujeitos aos quais tenta assujeitar não é simétrica. Esses sujeitos se mostram um pouco mais livres em relação ao discurso. Trata-se de não se ver, nesses sujeitos, uma massa de manobra, mas vê-los como sujeitos capazes de resistir à sujeição proposta pela grande mídia. Nesse sentido, o discurso, presente na revista *Veja*, sofre uma derrota na sua produção de imagens aparências, pois essas imagens com tendência ao cômico desaparecem. A capa anterior sustentava uma

regularidade na política-espetáculo para os leitores, pois “a regularidade dos enunciados é definida pela própria formação discursiva”³⁸ (FOUCAULT, 2002a, p. 135). Se há ruptura na regularidade, ela se dá por uma imposição do exterior. Ou seja, ao ser eleito para o cargo de presidente, o candidato Lula provoca a ruptura e, ao mesmo tempo, decreta a derrota da imagem, na atual capa, como dispositivo estratégico para constituir a política aparência de mercadoria para consumo. Com o fim da eleição, expõe-se a constituição da história do sujeito *Veja* entre derrotas e vitórias, mostrando que os sujeitos lutam no meio social. Ao apoiar-se no discurso espetáculo como estratégia para controlar os leitores, a dispersão do sujeito *Veja* pelo discurso presente nas capas mostra-nos que esse sujeito está imerso em seu momento histórico constituído pelo espetáculo. Quando fazemos referência ao termo ruptura, não queremos de forma alguma afirmar que a política-espetáculo tenha se findado com a vitória de Lula, mas tão somente constatar que a vitória desse candidato nas eleições de 2002 foi um golpe nessa maneira de produzir o discurso político na mídia. Assim, impõe-se às formulações feitas pelo discurso nas outras capas um silêncio que deve ser praticado pelo próprio sujeito *Veja* das formulações anteriores. Os enunciados das outras capas são apagados, não produzem mais efeito, é como se nunca tivessem existido. Na sociedade do espetáculo, as informações se sobrepõem com grande rapidez. Trata-se de respeitar o novo presidente na ordem democrática, acima de tudo, legitimar a sua posição. Essa posição de sujeito fala mais alto. O sujeito *Veja* não pode mais retomar seus conselhos anteriores em outras capas. O seu discurso não foi suficiente para fazer seus conselhos mudarem o resultado da eleição. Sua verdade não se impôs à verdade que elegeu o novo presidente. Assim, uma outra verdade foi construída. Em certo sentido, Lula também soube usar os saberes para disseminar a sua verdade. Isso provoca a constatação de que há competição. É, pelo acaso da luta, que a verdade de quem utiliza melhor os mecanismos de construção da verdade se impõe.

A atual capa é importante por que possibilita compreender como e por que a política nas capas da *Veja*, nesse momento histórico, apresenta um modo de constituição

³⁸ Segundo Foucault (2002, p. 133), “... o que se descreveu sob o nome de formação discursiva constitui, em sentido estrito, grupos de enunciados, isto é, conjuntos de performances verbais que não estão ligadas entre si, no nível das *frases*, por laços gramaticais (sintáticos ou semânticos); que não estão ligadas entre si, no nível das *proposições*, por laços lógicos (de coerência formal ou encadeamentos conceituais); que tampouco estão ligadas, no nível das *formulações*, por laços psicológicos (seja a identidade das formas de consciência, a constância das mentalidades, ou a repetição de um projeto); mas que estão ligadas no nível dos *enunciados*”.

para que o indivíduo (leitor) identifique a si mesmo. O leitor, enquanto indivíduo, se volta para a política porque ela é um dispositivo que possibilita sua condição de sujeito perante si mesmo e os outros. Sendo assim, a política o torna pertencente a um grupo e, ao mesmo tempo, o constrói num espaço público. O discurso da revista *Veja* constitui a subjetividade do seu leitor por meio da diferença entre o fato de se ter “o primeiro presidente de origem popular”, tentando colocar o povo na posição de espectador, e o que se queria, garantir a permanência de um *status* de não-popular, isto é, um presidente da elite. Para Foucault (op. cit., p. 133), “as dimensões próprias dos enunciados é que estão utilizadas na demarcação das formações discursivas”. Assim, o enunciado marca a formação discursiva de Lula por sua origem popular, ao passo que a revista dista-se dela, ou seja, demarca sua formação discursiva.

O campo enunciativo ocupado pela revista não produz um discurso de mudança no campo político com a vitória de um presidente popular, mesmo que essa vitória assinale uma mudança histórica nesse campo. Por isso, a enunciação nessa capa marca uma diferença de interesses, que é apresentada porque a vitória de Lula surge como algo estranho à formação discursiva da *Veja*. Sendo assim, a revista pode, no plano da esfera pública, tornar sua prática política diferente e dizer-se sujeito dela. Isso é possível porque ela exercita a enunciação da diferença para seus leitores, que, em sua grande maioria, partilham da sua formação discursiva. Esta permite que o dispositivo da política desenvolva estratégias de objetivação do indivíduo referido à prática política. Para isso, o discurso se constitui porque dispõe de técnicas de separação de interesses na disputa política e, conforme já dissemos e não é demais lembrar, a *Veja* está envolvida nas lutas, em nossa sociedade, em torno da busca da *identidade*.

A repartição de interesses aparece de uma posição enunciativa que produz o enunciado “seu desafio: retomar o crescimento e corrigir as injustiças sociais / sem colocar em risco as conquistas da era FHC” (barra colocada por nós), é o discurso que se constitui na relação que marca Lula como presidente dos injustiçados socialmente, mas que oferece riscos às “conquistas da era FHC”. Sendo assim, a formulação marca a posição política do sujeito da enunciação. O sujeito eleito está em outra posição política; por isso, oferece riscos. Trata-se, então, de dizer qual será seu papel, isto é, “retomar o crescimento”. O verbo “retomar” significa (tomar de novo, reiniciar e readquirir). Esse verbo nos leva a

pressupor que o Brasil não estava crescendo e, por isso, há injustiças sociais; porém, houve conquistas e alguns se beneficiaram delas. Falar sobre essas conquistas, torna o discurso da revista uma estratégia que faz emergir um espaço enunciativo que marca sua posição política. Os dizeres tentam preservar acima de tudo estilos de vida conquistados durante o governo FHC. Essa enunciação exclui outra: a de que a vitória de Lula significa uma possibilidade de mudança nas práticas políticas, por exemplo, em relação à distribuição de renda, principal fator que mantém as injustiças sociais. Os dizeres da capa são formulados estrategicamente para assegurar uma manutenção de privilégios, pois as capas anteriores falharam como estratégia contra a eleição de Lula.

O reconhecimento, a identificação e a conscientização dão-se nos moldes enunciativos de visibilidade política praticada pelo sujeito *Veja*. Daí o leitor se constitui sujeito-político, às vezes, sem pensar em outras formas de enunciações possíveis e, às vezes, resistindo às enunciações presentes na revista. Ele, quando se conforma com a identidade proposta pelo discurso da revista, a assume porque ela é legitimada socialmente. No dizer o “desafio” de Lula, constrói-se, por meio do discurso, estratégias de interlocução com o leitor, que marcam exatamente os limites do que pode e deve ser dito. Assim, como acontecimento há uma tentativa de antecipar outros acontecimentos. O sujeito *Veja* põe-se na posição de quem tem conhecimento, assume e julga-se autoridade para prever acontecimentos e alertar a população. Assim, exerce um controle sobre a vida da população que precisa saber que vai ter de ficar em alerta e também exerce um controle sobre os dizeres futuros do presidente que terá de responder, garantir o sucesso com mudanças e com manutenção daquilo que o discurso da revista disse estar bem. Nesse processo, instaura-se a rede enunciativa que é sustentada pelo mecanismo do comentário que aparece na *Veja* e que funcionará como estratégia de controle dos posicionamentos enunciativos futuros do presidente e do povo desconfiado se fez a coisa certa. Quem pode revelar as verdades, as saídas para “o desafio de Lula”? O sujeito *Veja* se coloca nesse lugar, constrói sua posição sem compromisso com os injustiçados. Ele disponibiliza por meio de suas técnicas de busca da verdade os saberes que o novo presidente necessita para “retomar” o crescimento que o país precisa atingir. Tais saberes são formados a partir da posição de um sujeito de direita defensor da ordem estabelecida. A bandeira segurada por Lula surge dessa posição. O enunciado singular da imagem na capa é a tentativa de reafirmação de um

compromisso com a manutenção de privilégios conquistados durante o governo de FHC. Os enunciados da capa são estratégias de interlocução com o leitor que é construído para aceitar a posição da revista frente à vitória de Lula.

Essas estratégias de interlocução se encaixam no que diz Foucault (op. cit., p. 57),

quem fala? Quem, no conjunto de todos os sujeitos falantes, tem boas razões para ter esta espécie de linguagem? Quem é seu titular? Quem recebe dela sua singularidade, seus encantos, e de quem, em troca, recebe, se não sua garantia, pelos menos a presunção de que é verdadeira? Qual é o *status* [da *Veja*] que [tem] – e apenas [ela] – o direito regulamentar ou tradicional, juridicamente definido ou espontaneamente aceito, de proferir semelhante discurso?³⁹

O *status* da revista *lhe* assegura, por meio de competência e de saber; instituições, sistemas, normas pedagógicas; condições legais que dão direito – não sem antes *lhe* fixar limites – a prática discursiva de produzir saberes sobre política. Sua fala política não está separada de seu valor, sua eficácia, seus poderes de apontar o melhor no campo político e, de maneira geral, sua existência como discurso político não são indissociáveis de seu personagem, definido por *status*, que tem o direito de articulá-lo, reivindicando para si o poder de desvelar o jogo político, indicando o que é melhor para o país. A sua posição de sujeito é definida pela posição que ocupa em relação ao objeto política: a *Veja* é sujeito que aponta quem mente, segundo pesquisas e experiências já vividas com outros políticos; é sujeito que ajuda a escolher o melhor candidato, segundo informações sobre eles e antecipa seus possíveis desempenhos; é sujeito que ridiculariza os políticos que não *lhe* convém, segundo o tempo que já estiveram no comando do país; é sujeito que busca a adesão ao seu discurso por meio do pânico, segundo os medos que figuram no imaginário do leitor; e, por último, é sujeito pertencente a uma posição política definida, segundo concepções constituídas historicamente. Assim, a revista define o seu lado, defendendo “as conquistas da era FHC”⁴⁰.

O discurso da *Veja* se define na relação com o seu outro, Lula (o PT), segundo essa alteridade que ela toma consciência de si. Daí que o sujeito *Veja* traz para si Lula (o PT), para que ele pense, diga ou aja segundo a vontade da revista. Ou seja, “corrigindo as injustiças sociais sem colocar em risco as conquistas da era FHC”. O

³⁹ Grifos nosso para adaptar trechos do livro *Arqueologia do Saber*.

⁴⁰ Adaptações da *Arqueologia do Saber* p. 57-58.

discurso se apresenta aí em toda sua relação de forças, pois a submissão de Lula ao sujeito *Veja* se dá pela influência dela sobre os seus leitores. São eles que serão direcionados ao enfrentamento caso aconteça atitudes que possam “colocar em risco as conquistas da era FHC”. “Diremos que é a existência de uma ameaça ou a possibilidade de gratificação. Uma ou outra constitui uma sanção, e é essa possibilidade que confere ao sujeito que fala alguma autoridade” (CHARAUDEAU, 2006, p. 17).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Escrito à maneira de um ensaio, esse trabalho não pretende ser a verdade sobre o *corpus* analisado, mas se o leitor dele aceitar o que foi escrito como possibilidade sobre o discurso da *Veja*; então o que está dito passará a funcionar como verdade. Mostramos que o discurso da revista *Veja* impôs aos seus leitores verdades que podem ser questionadas como forma de constituir sujeitos políticos. A descrição desse discurso faz aparecer preconceitos formulados para que a esquerda seja recusada como força política. Tal discurso político da revista se propôs a produzir um espetáculo para prender o leitor da revista em seu próprio tempo. Nesse sentido, esse leitor está atualmente imerso numa sociedade de controle em que a mídia exerce o controle por meio da espetacularização, entre outros temas, da política. Enquanto sujeito dessa sociedade, *Veja* está entre os veículos da mídia que fazem uso da estratégia de produzir a política como um entretenimento de palco, isto é, tratando os políticos como estrelas do show business. Ao percebermos isso, propomos-nos a descrever o discurso da revista para que a sua verdade fosse questionada como contribuição para o exercício democrático. Apontamos que as verdades, em suas capas, são produto de um momento histórico que, em parte da sociedade, é uma estratégia para subjetivar os indivíduos. Essa estratégia investe sobre os indivíduos leitores para subjetivá-los, objetivando agir sobre suas ações. Na relação entre leitores e revista, desenrola-se o processo em que o poder exercido pela *Veja* produz saber. Ao exercer o poder que lhe foi concedido de formular discursos sobre nossa política, a revista exerce o poder de agir sobre os leitores. Esse exercício do poder resulta em saber espetacular. A descrição que fizemos desse saber expõe a subjetividade da *Veja* como sujeito que não se preocupa em modificar as práticas discursivas em que está imerso, mas apenas reproduz o estabelecido, contribuindo para reforçá-lo.

Essa subjetividade se liga à reprodução dessa sociedade de controle que se sustenta no espetáculo como forma de controle para sujeitar os indivíduos ao saber que está investido dos interesses da indústria da comunicação. A revista explora as diferenças lingüísticas e culturais ao produzir, por exemplo, o discurso da capa que antecede as eleições do segundo turno, pois a imagem do monstro na capa não é compreensível a

qualquer um, principalmente porque as caricaturas de Marx, Trotski e Lênin remetem a um conhecimento histórico de seus papéis. Não podemos deixar de perceber que a produção do espetáculo como fórmula para prender o leitor por meio de uma comunicação política que se assemelha às propagandas de produtos, visa à manutenção de privilégios e ao acúmulo de lucros. Para isso, a *Veja* aposta nos efeitos da palavra para vender revistas e influenciar os leitores. Além disso, a revista produz um discurso que se liga ao hábito, ou seja, institucionalmente há, como na capa citada acima, um discurso contrário à administração da esquerda em nosso país. Enfim, há também a aposta em um discurso espetacular porque a revista tem conhecimento da eficácia e crê no resultado esperado. Esse resultado é modificar o campo de informações dos leitores para conduzi-los a não votar na esquerda. Mesmo após a vitória de Lula, o sujeito *Veja* parece manter-se firme à sua postura de desconfiança em relação ao que esse político pode fazer na administração do país. Essa vitória também não pôs fim ao discurso espetacular da revista.

Durante a análise, foi possível perceber uma regularidade na produção discursiva espetacular sobre a política praticada na campanha eleitoral de 2002. Essa regularidade sofreu uma ruptura aparente com a vitória de Lula, o que foi imposto do exterior ao discurso da revista, mas na sequência as outras capas retomam a regularidade do discurso espetáculo.

O problema do espetáculo é atual, está presente e faz-se urgente, pois como forma de subjetividade o espetáculo aniquila o sujeito. Há nesse problema algo que envolve a existência. A maneira como os discursos nas capas da *Veja* foram formulados constitui desprovidos de senso crítico em relação à nossa política boa parte dos sujeitos, já que o espetáculo esvazia as possibilidades de reflexões, porque quase tudo é dado em forma de um entretenimento ininterrupto. Assim, as resistências vão diminuindo drasticamente e o discurso da revista e da grande mídia se impõe. A exposição cotidiana a um discurso espetacular o torna aceito pelo fato de se estabelecer como hábito. No entanto, a descrição que fizemos é para fazer ver o que vemos em nosso cotidiano. Não para suscitar confrontos no interior do jogo espetacular, mas para resistir e recusá-lo como jogo que produz o verdadeiro e o falso sobre nossa política.

Enfim, esse trabalho tenta dizer que não suportamos mais que o poder seja exercido por meio desse saber espetacular.

Propomos a nossa pesquisa como elemento de resistência ao discurso da *Veja*, pois na seção Carta dos Leitores as resistências não aparecem. Temos a consciência de que o enunciado não pode ser esgotado pela língua, algo que se aplica também ao que escrevemos sobre a *Veja*.

REFERÊNCIAS

1. ARENDT, Hannah. *O que é política?*. [editoria, Ursula Ludz]; tradução de Reinaldo Guarany. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004, p. 242.
2. BONNAFOUS, Simone. *Sobre o bom uso da derrisão em J.M. Le Pen*. In: GREGOLIN, M.R.V. (Org.). *Discurso e Mídia: a cultura do espetáculo*. São Carlos: Claraluz, 2003, p. 35-48.
3. BRIGGS, Asa e BURKE, Peter. *Uma história social da mídia: de Gutenberg à Internet*. Tradução Maria Carmelita Pádua Dias. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2004, p. 377.
4. BURKE, Peter. *O que é história cultural*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005, p. 192.
5. _____. *Abertura: a nova história, seu passado e seu futuro*. In: *A Escrita da História: novas perspectivas*. Peter Burkert (org.); tradução de Magda Lopes. São Paulo: Editora UNESP 1992, p. 7-37.
6. CHARAUDEAU, Patrick. *Discurso político*. Tradução Fabiana Komesu e Dílson Ferreira da Cruz. São Paulo: Contexto, 2006, p. 328.
7. CONTRERA, Malena Segura. *Mídia e pânico: saturação da informação, violência e crise cultural na mídia*. São Paulo: Annablume: Fapesp, 2002, p. 126.
8. COURTINE, J-J. *Os deslizamentos do espetáculo político*. In: GREGOLIN, M.R.V. (Org.). *Discurso e Mídia: a cultura do espetáculo*. São Carlos: Claraluz, 2003, p. 21-34.
9. DEBORD, Guy. *A sociedade do espetáculo*. Tradução Estela dos Santos Abreu. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997, p. 237.
10. DELEUZE, Gilles. *Foucault*. Tradução Claudia Sant'Anna Martins. São Paulo: Brasiliense, 2005, p. 142.
11. _____. "Post-scriptum sobre as sociedades de controle" In: *Conversações*. Rio de Janeiro: Trinta e Quatro, 1992, p. 226.
12. DOSSE, François. *A história à prova do tempo: da história em migalhas ao resgate do sentido*. Tradução Ivone Castilho Benedetti. São Paulo: Editora UNESP, 2001.
13. _____. *História do estruturalismo, v. 1: o campo do signo, 1945-1966*. Tradução Álvaro Cabral. São Paulo: Ensaio; Campinas, SP: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1993, p. 446.

14. EKECRANTZ, Jan. *Espetáculos midiaticizados e comunicações democráticas entre a hegemonia global e a ação cívica*. In: Mídia, esfera pública e identidades coletivas. Rousiley Maia, Maria Ceres Pimenta Spínola Castro (organizadoras). Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006, p. 93- 116.
15. FOUCAULT, Michel. *É inútil revoltar-se?* In: Michel Foucault. *Ética, Sexualidade, Política*. Tradução Manoel Barros da Motta (Org.) (Col. Ditos & Escritos V). Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006a, p. 77-81.
16. _____. *Poderes e Estratégias* In: Michel Foucault. *Estratégia, Poder-Saber*. Tradução Manoel Barros da Motta (Org.) (Col. Ditos & Escritos IV). Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006b, p. 241-252.
17. _____. *Diálogo sobre o Poder* In: Michel Foucault. *Estratégia, Poder-Saber*. Tradução Manoel Barros da Motta (Org.) (Col. Ditos & Escritos IV). Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006b, p. 241-252.
18. _____. *A Sociedade Disciplinar em Crise* In: Michel Foucault. *Estratégia, Poder-Saber*. Tradução Manoel Barros da Motta (Org.) (Col. Ditos & Escritos IV). Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006b, p. 267-269.
19. _____. *Retornar à História*. In: Michel Foucault. *Arqueologia das Ciências e História dos Sistemas de Pensamento*. Tradução Manoel Barros da Motta (Org.) (Col. Ditos & Escritos II). Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2005, p. 282-295.
20. _____. *A ordem do discurso*. Tradução Laura Fraga de Almeida Sampaio. 11ª ed. São Paulo: Edições Loyola, 2004, p. 79.
21. _____. *A Arqueologia do Saber*. Tradução Luiz Felipe Baeta Neves. 6ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002a, p. 239.
22. _____. *Os Anormais: curso no Collège de France (1974-1975)*. Tradução: Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2001, p. 479.
23. _____. *O sujeito e o Poder*. In: RABINOW, P. & DREYFUS, H. Michel Foucault, uma trajetória filosófica. Tradução De Vera Porto Carrero. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995, p. 231-239.
24. _____. *Vigiar e punir*. Tradução Ligia M. Ponde Vassallo. Petrópolis, Vozes, 1986, p. 277.

25. _____. *As palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas*. Tradução Salma Tannus. São Paulo: Martins Fontes, 1992.
26. _____. *Microfísica do Poder*. Organização e tradução Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979, p. 295.
27. GOMES, Wilson. *Apontamentos sobre o conceito de esfera pública política*. In: Mídia, esfera pública e identidades coletivas. Rousiley Maia, Maria Ceres Pimenta Spínola Castro (organizadoras). Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006, p. 49-61.
28. GREGOLIN, Maria do Rosário. *Foucault e Pêcheux na construção da análise do discurso: diálogos e duelos*. São Carlos: ClaraLuz, 2004, p. 220.
29. _____. *Michel Foucault: o discurso nas tramas da história*. In: *Análise do Discurso: unidade e dispersão*. (Org.) Cleudemar Alves Fernandes, João Bosco Cabral dos Santos. Uberlândia: EntreMeios, 2004, p. 19-42.
30. MAINGUENEAU, Dominique. *Novas tendências em análise do discurso*. Tradução Freda Indursky. Campinas, SP: Pontes: Editora da Unicamp, 3. ed. 1997, p. 198.
31. MALDIDIER, Denise. *A inquietação do discurso – (Re)ler Michel Pêcheux Hoje*. Tradução Eni P. Orlandi. Campinas: Pontes, 2003, p. 110.
32. MARIANI, Bethânia. *O PCB e a imprensa: os comunistas no imaginário dos jornais (1922/1989)*. Rio de Janeiro: Revan; Campinas, SP. UNICAMP, 1998, p. 258.
33. O'BRIEN, Patrícia. *História da cultura de Michel Foucault*. In: HUNT, Lynn. *A nova história cultural*. Tradução Jefferson Luiz Camargo. São Paulo: Martins Fontes, 1992.
34. ORWELL, George. *1984*. Tradução de Wilson Velloso. 23 ed. São Paulo: Editora Nacional, 1996, p. 302.
35. PÊCHEUX, Michel. *O Discurso: estrutura ou acontecimento*. Tradução Eni Puccinelli Orlandi. 3ª ed. Campinas: Pontes, 2002, p. 67.
36. _____. *A análise de discurso: três épocas (1983)*. In: GADET, F.; HAK, T. *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. Tradução Eni P. Orlandi. 3 ed. Campinas: Editora da Unicamp, 1997.
37. PLATÃO. *A República*. Tradução Pietro Nassetti. São Paulo: Editora Martin Claret, 2007, p. 418.

38. POPKIN, Jeremy D. *Jornais: a nova face das notícias*. In: Robert Darnton & Daniel Roche (orgs.). *Revolução Impressa, a imprensa na França 1775-1800*. São Paulo: edusp, 1996.
39. RANCIÈRE, Jacques. *A partilha do sensível: estética e política*. Tradução Mônica Costa Neto. São Paulo: EXO experimental org.; Ed. 34, 2005, p. 69.
40. SCALZO, Marília. *Jornalismo de revista*. São Paulo: Contexto, 2003, p. 112.
41. SCHNEIDER, Michel. *Ladrões de palavras: ensaio sobre o plágio, a psicanálise, e o pensamento*. Tradução: Luiz Fernando P. N. Franco. Campinas: Editora da UNICAMP, 1990, p. 503.
42. STEINBERGER, Margarethe Born. *Discursos geopolíticos da mídia: jornalismo internacional na América Latina*. São Paulo: EDUC; Fapesp; Cortez, 2005, p. 310.
43. THOMPSON, John B. *A mídia e a modernidade: uma teoria social da mídia*. Tradução de Wagner de Oliveira Brandão. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998, p. 261.
44. TRONCA, Ítalo A. *Foucault e a linguagem delirante de memória*. In: Margareth Rago; Luiz B. Lacerda Orlandi e Alfredo Veiga-Neto (Org.). *Imagens de Foucault e Deleuze: ressonâncias nietzschianas*. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2005, p. 199-216.
45. VEJA. *Mentira!*. Edição 1771. Editora ABRIL: ano 35, nº. 39.
46. VEJA. *Você decide*. Edição 1772. Editora ABRIL: ano 35, nº. 40.
47. VEJA. *O parque dos dinossauros*. Edição 1773. Editora ABRIL: ano 35, nº. 41.
48. VEJA. *O que querem os radicais do PT*. Edição 1774. Editora ABRIL: ano 35, nº. 42.
49. VEJA. *Triunfo histórico*. Edição 1775. Editora ABRIL: ano 35, nº. 43.
50. VEYNE, Paul. *Como se escreve a história; Foucault revoluciona a história*. Trad. de Alda Baltar e Maria Auxiadora Kneipp. 4ª ed. – Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998, p. 239-285.
51. WEBER, Maria Helena. *Visibilidade e credibilidade: tensões da comunicação política*. In: *Mídia, esfera pública e identidades coletivas*. Rousiley Maia, Maria Ceres Pimenta Spínola Castro (organizadoras). Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006, p. 117-136.